



SGD: 2026/27009/159422

EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90028/2026

QUADRO DE INFORMAÇÕES	
MODALIDADE/Nº:	PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90028/2026
TIPO:	MENOR PREÇO POR GRUPO
REGISTRO DE PREÇOS	(X) SIM () NÃO
MODO DE DISPUTA:	(X) ABERTO () ABERTO E FECHADO () FECHADO E ABERTO
SITE	www.gov.br/compras
ÓRGÃO REQUISITANTE:	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
DATA/HORÁRIO:	08/07/2026 às 9h (Horário de Brasília)
UASG:	926164
PREGOEIRA DESIGNADA:	Natália Reis de Sousa Tavares
TELEFONE:	(63) 3027-3716
E-MAIL:	diretoriadelicitacao@seduc.to.gov.br

PREÂMBULO

A SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, através da SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES, torna público para conhecimento dos interessados, a realização da licitação, para **REGISTRO DE PREÇOS**, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, do tipo **MENOR PREÇO POR GRUPO**, de acordo com o definido no quadro de informações, por intermédio do site estabelecido no quadro de informações. O certame será regido pela Lei nº 14.133/2021, Decreto nº 6.606/2023, Lei Complementar nº 123 de 2006, e pelas condições estabelecidas no presente Edital, será conduzido pela pregoeira e respectiva Equipe de Apoio, designados pelo Secretário da Educação, através da Portaria-Seduc nº 907, de 21 de maio de 2025.

Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local estabelecidos no preâmbulo deste Edital, desde que não haja comunicação da Pregoeira em contrário.

O Aviso de intenção de Registro de Preços foi publicado no Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 6.881, página fl. 48, conforme (fl. 702), dos autos. Não havendo nenhuma manifestação de interesse por parte de outros órgãos da administração em participar do certame.

1. DO OBJETO

1.1. Aquisição de materiais e insumos necessários para a realização das aulas práticas dos cursos Técnicos e de Formação Inicial e Continuada – FICs, ofertados pelo programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC.

1.2. A licitação será dividida em grupo, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos grupos forem de seu interesse.





1.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço por Grupo, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

1.4. Na hipótese de haver diferença entre a descrição dos itens que compõe os grupos registrados no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br e as especificações constantes no Edital e seus anexos, deverão ser consideradas as do Termo de Referência deste Edital.

1.5. Acompanham este Edital os seguintes Anexos:

Anexo I: Tabela de Especificação do Objeto;

Anexo II: Termo de Referência;

Anexo III: Ata de Registro de Preços;

Anexo IV: Minuta de Contrato.

2. DO CREDENCIAMENTO E DA REPRESENTAÇÃO

2.1. As licitantes interessadas deverão proceder ao credenciamento antes da data marcada para início da sessão pública via Internet.

2.2. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Eletrônico no site estabelecido no quadro de informações.

2.3. O credenciamento junto ao provedor do Sistema implica a responsabilidade legal, única e exclusiva do Licitante ou de seu representante legal e na presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

2.3.1. O uso da senha de acesso pelo Licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do Sistema ou à SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÃO, promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

2.4. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas ao provedor do Sistema para imediato bloqueio de acesso.

2.5. O credenciamento no SICAF permite a participação dos interessados em qualquer licitação, na forma eletrônica, exceto quando o seu cadastro tenha sido inativado ou excluído por solicitação do credenciado ou por determinação legal.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema.

3.4. A participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

3.4.1. A obtenção do benefício a que se refere fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos





limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006, bem como art. 4º da Lei 14.133/2021.

3.6. NÃO PODERÃO participar desta licitação:

3.6.1. Aqueles que não atendam às condições deste Edital e seus anexos;

3.6.2. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.2.1. O impedimento de que trata o item 3.6.2 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante;

3.6.3. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.4. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.6.5. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.6. Agente público do órgão ou entidade licitante;

3.6.7. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.6.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021;

3.6.9. As empresas ou pessoas físicas que se encontrem impedidas de licitar e contratar com o Governo do Estado do Tocantins ou com os Poderes Legislativo e Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública, nos termos do Art. 156, III e § 4º da Lei 14.133/2021 e do Art. 320, §3º do Decreto nº 6.606/2023, durante o prazo da sanção aplicada ou até que seja promovida sua reabilitação;

3.6.10. As empresas declaradas inidôneas para licitar ou contratar com toda a Administração Pública, nos termos do art. 156, IV e §5º, da Lei 14.133/2021, durante o prazo da sanção aplicada ou até que seja promovida sua reabilitação;

3.6.11. Pessoa física ou jurídica que tenha sido proibida de contratar com o Poder Público em razão de condenação por ato de improbidade administrativa, nos termos do artigo 12 da Lei Federal nº 8.429/1992;

3.6.12. Que estejam sob falência ou insolvência civil e dissolução de sociedade;

3.7. A obtenção de benefícios referente à ME/EPP, fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte;

3.8. Nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, será considerado o valor anual do contrato na aplicação dos limites previstos nos §§ 1º e 2º do art. 4º da Lei 14.133/2021.

3.9. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que





integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.10. A vedação de que trata o item 3.6.6. estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública;

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.3.3. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

4.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021;

4.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021;

4.5.1. A assinalação do campo “não” no sistema eletrônico apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.6. A falsidade das declarações sujeitará o licitante às sanções previstas no art. 155, inciso VIII na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital;

4.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances;

4.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances;

4.9. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:





- 4.9.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 4.9.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitando o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima;
- 4.9.3. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 4.9.4. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- 4.10. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 4.11. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 5.1.1. Valor unitário (XXXXXXX) e (XXXXXX) total do item;
- 5.1.2. Descrição do objeto, contendo as especificações do Termo de Referência;
- 5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.
- 5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação de serviços;
- 5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto;
- 5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses;
- 5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente;
- 5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição;
- 5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação;
- 5.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
- 5.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas do Estado e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato;
- 5.11. O(a) Pregoeiro(a) poderá requisitar a licitante que readeque sua proposta, caso esta apresente alguma inconsistência sanável, desde que não configure alteração na proposta original apresentada;





5.12. Nas propostas de preços com mais de duas casas após a vírgula, o(a) Pregoeiro(a) realizará o arredondamento “para menos”;

5.13. Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, **exceto quando se referirem a produtos/serviços e instalações de propriedade do licitante**, para os quais ele renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração;

5.14. O processo será encaminhado ao órgão requisitante para análise da equipe técnica e manifestação quanto às propostas ofertadas, conforme solicitado no termo de referência e quanto aos preços apresentados.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. Da abertura da sessão

6.1.1. A partir da data e horário estipulado para início da sessão e de conformidade com o estabelecido neste Edital, terá início a sessão pública do presente Pregão Eletrônico, que será aberta automaticamente pelo sistema, observado o modo de disputa adotado no quadro de informações do edital;

6.1.2. O(a) Pregoeiro(a), verificará as propostas apresentadas, inclusive quanto à exequibilidade, e desclassificará aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital;

6.1.2.1. Eventual exclusão de proposta do licitante pelo pregoeiro, implica a retirada do licitante do certame, sem prejuízo do direito de defesa;

6.1.3. O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo pregoeiro, sendo que somente estas participarão da fase de lances;

6.1.4. O licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado o intervalo mínimo de diferença de valores, o que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta;

6.1.4.1. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível;

6.1.5. Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do melhor lance registrado, vedada a identificação do licitante;

6.1.6. Incumbirá à Licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante a sessão pública do Pregão Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Sistema ou de sua desconexão;

6.1.7. O(a) Pregoeiro(a) poderá, durante a disputa, como medida excepcional, excluir a proposta que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório, mediante comunicação eletrônica automática via sistema;

6.1.8. A verificação da conformidade da proposta será realizada, exclusivamente, na fase de julgamento e em relação à proposta mais bem classificada;

6.1.9. Durante a sessão pública, o sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes, vedada outra forma de comunicação;

6.1.10. A desclassificação de propostas será fundamentada e registrada no sistema, acompanhado em tempo real por todos os participantes;

6.1.11. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item/grupo

6.1.12. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.1.13. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.2. Do modo de disputa





6.2.1. Poderão ser adotados para o envio de lances no pregão eletrônico os seguintes modos de disputa:

I - ABERTO - os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações, conforme o critério de julgamento adotado no edital;

II - ABERTO E FECHADO - os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado, conforme o critério de julgamento adotado no edital, ou

III - FECHADO E ABERTO - serão classificados para a etapa da disputa aberta, com a apresentação de lances públicos e sucessivos, o licitante que apresentar a proposta de menor preço ou maior percentual desconto e os que apresentarem propostas até 10% (dez por cento) superiores ou inferiores àquela, conforme o critério de julgamento adotado;

6.2.2. Quando da opção por um dos modos de disputa estabelecidos nos incisos I a III do item 6.2.1., o edital preverá intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta, o qual está definido no quadro de informação deste edital;

6.2.3. Os lances serão ordenados pelo sistema e divulgados da seguinte forma:

I - ordem crescente, quando adotado o critério de julgamento por menor preço;

6.2.4. O modo de disputa e o intervalo de lances, quando for o caso, adotado para o envio de lances neste pregão eletrônico será aquele definido no QUADRO DE INFORMAÇÕES e serão conduzidos de acordo com o rito estipulado abaixo;

6.3. Modo de Disputa Aberto

6.3.1. No modo de disputa **ABERTO**, a etapa de envio de lances durará 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração dessa etapa;

6.3.2. A prorrogação automática da etapa de envio de lances será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários;

6.3.3. Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida no item 6.3.1, a etapa será encerrada automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme disposto no item 6.2.3. deste;

6.3.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), a Pregoeira, auxiliada pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, nos termos estabelecidos no edital de licitação, para a definição das demais colocações;

6.3.5. Após o reinício previsto no item 6.3.4., os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários;

6.3.6. Encerrada a etapa de que trata o item 6.3.5., o sistema ordenará e divulgará os lances conforme estabelecido no item 6.2.3..

6.4. Modo de Disputa Aberto e Fechado

6.4.1. No modo de disputa **ABERTO E FECHADO**, a etapa de envio de lances da sessão pública terá duração de 15 (quinze) minutos;

6.4.2. Encerrado o prazo, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada;

6.4.3. Após a etapa de que trata o item 6.4.2. o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os autores das ofertas subsequentes com valores ou percentuais até 10% (dez por cento) superiores ou inferiores àquela, conforme o critério adotado, possam ofertar um lance final e fechado em até 05 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo;





6.4.4. No procedimento de que trata o item 6.4.3., o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance;

6.4.5. Na ausência de, no mínimo, 03 (três) ofertas nas condições de que trata o item 6.4.4., os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de 03 (três), poderão oferecer um lance final e fechado em até 05 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo;

6.4.6. Encerrados os prazos estabelecidos nos itens 6.4.3. e 6.4.4., o sistema ordenará os lances em ordem crescente de vantajosidade;

6.4.7. Na ausência de lance final e fechado classificado, haverá o reinício da etapa fechada para que os demais licitantes, até o máximo de 03 (três), na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até 05 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo, observado, após esta etapa, o disposto no item 6.4.6.;

6.4.8. Encerrados os prazos estabelecidos, o sistema ordenará e divulgará os lances.

6.5. Modo de Disputa Fechado e Aberto

6.5.1. No modo de disputa **FECHADO E ABERTO**, de que trata o inciso III do item 6.2., somente serão classificados automaticamente pelo sistema, para a etapa da disputa aberta, com a apresentação de lances, o licitante que apresentou a proposta de menor preço ou maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores ou inferiores àquela, conforme o critério de julgamento adotado;

6.5.2. Não havendo pelo menos 03 (três) propostas nas condições definidas no item 6.5.1., poderão os licitantes que apresentaram as 03 (três) melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos;

6.5.3. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o(a) Pregoeiro(a), auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, nos termos estabelecidos no edital de licitação, para a definição das demais colocações;

6.5.4. Após o reinício previsto no item 6.5.3, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários, podendo optar por manter o seu último lance;

6.5.5. Encerrada a etapa de que trata o 6.5.4, o sistema ordenará e divulgará os lances conforme disposto no item 6.2.3. do edital.

6.6. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021 e art. 118 do Decreto Estadual nº 6.606 de 2023, nesta ordem:

6.6.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.6.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atestado de cumprimento de obrigações;

6.6.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme art. 118, inciso III, do Decreto Estadual nº 6.606/2023;

6.6.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle;

6.7. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.7.1. empresas estabelecidas no território do Tocantins;

6.7.2. empresas brasileiras;





- 6.7.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 6.7.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009;
- 6.8. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contra proposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital;
- 6.8.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes;
- 6.8.2. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório;
- 6.8.3. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados;
- 6.8.4. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo;
- 6.9. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar atende às condições de participação do certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021 e no item 3.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta dos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido na Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);

7.1.3. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU (<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:CERTIDAO:0:>);

7.1.4. Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>)

7.1.5. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “7.1.2”, “7.1.3” e “7.1.4” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

7.3.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

7.5. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 2 horas, sob pena de não aceitação da proposta.





7.5.1. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.5.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo (a) Pregoeiro (a), destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo (a) Pregoeiro (a), sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

7.6. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.7. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

7.8. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.7 e 4.6 deste edital.

7.9. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.10. **Será desclassificada a proposta vencedora que:**

7.10.1. conter vícios insanáveis;

7.10.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.10.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.10.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.10.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.11. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.12. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do (a) pregoeiro (a), que comprove:

7.12.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.12.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.13. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.14. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.15. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.16. A Pregoeira poderá encaminhar, nos termos do art. 61, §1º da Lei nº 14.133/2021 e art. 20, I do Decreto Estadual nº 6.606/2023, encaminhar por meio do sistema eletrônico contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

7.17. Também nas hipóteses em que a Pregoeira não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar como licitante para que seja obtido preço melhor.

7.18. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.19. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

8. DA HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para





demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133 de 2021;

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF nos documentos por ele abrangidos.

8.1.2. Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

8.1.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.1.4. Os documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade de o licitante realizar o objeto da licitação serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133 de 2021.

8.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021;

8.3. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente;

8.4. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de **2 (duas) horas**, sob pena de inabilitação;

8.5. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação;

8.6. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital;

8.7. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos;

8.8. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;

8.8.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições;

8.9. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação;

8.10. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 6.8.3;

8.11. Será verificado se o licitante apresentou declaração confirmando o atendimento aos requisitos de habilitação, sendo o declarante legalmente responsável pela veracidade das informações fornecidas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021)

8.12. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, depois de concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior;

8.13. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas





de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

8.14. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.15. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas”, adequando a numeração dos subitens conforme a sequência do edital.

8.16. Habilitação jurídica:

8.16.1 Registro comercial, no caso de firma individual;

8.16.2 Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor e alterações subsequentes devidamente registradas, em se tratando de Sociedade Comercial, e no caso de sociedade por ações acompanhados da ata arquivada da assembleia da última eleição da diretoria;

8.16.3 Inscrição no ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

8.16.4 Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

8.16.5 Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

8.16.6 Ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971, em caso de licitante cooperativa;

8.17. Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista:

8.17.1. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuinte Estadual (Fornecimento de Bens) ou Municipal (Prestação de Serviços), relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto da presente licitação;

8.17.2. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal (Tributos Federais e Dívida Ativa da União, abrangendo as Contribuições Previdenciárias Sociais) Estadual e Municipal do domicílio ou sede da PROPONENTE, ou outra equivalente na forma da Lei;

8.17.3. Certidão Negativa, expedida pela Caixa Econômica Federal, com a finalidade de comprovar a inexistência de débitos junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;

8.17.4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), com a finalidade de comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho;

8.18. Qualificação Econômico-Financeira

8.18.1. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais ou ao último exercício, no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

8.18.1.1. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;

8.18.1.3. Certidão Negativa de feitos sobre Falência expedida pelo Distribuidor da sede do licitante.

8.18.2. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral(LG), Solvência Geral(SG) e Liquidez Corrente(LC), superiores a 1(um) resultantes





da aplicação das fórmulas, devidamente assinados por profissional habilitado na área contábil que atende o atendimento dos índices:

LG =	Ativo Circulante + Realizável a Logo Prazo
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante
SG =	Ativo Total
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante
LC =	Ativo Circulante
	Passivo Circulante

8.18.2.1. As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 1% (um por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente, através da apresentação de balanço patrimonial, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta de preços;

8.18.2.2. As empresas cujo exercício seja inferior a um ano, deverão comprovar o capital mínimo de 1% (um por cento) do valor estimado da contratação, feita relativamente à data da apresentação da proposta de preços.

8.18.3. Apresentar certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

8.18.4. Apresentar Balanço Patrimonial e Demonstrações de Resultado, dos últimos 2 (dois) exercícios sociais já exigível que comprove a situação financeira da empresa, por meio da Escrituração Contábil Digital – ECD com o respectivo Recibo de Entrega emitido pelo SPED, ou registrado na Junta Comercial, devidamente com a indicação do número das páginas e números do livro onde estão inscritos o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) no Livro Diário, acompanhado do Termo de Abertura e Termo de Encerramento do Livro Diário, conforme artigos 1.180, 1.184, § 2º, 1.181, 1.179 da Lei nº 10.406/2002 e Instrução Normativa nº 2.003 de 18 de janeiro de 2021 e em acordo as NBC T 2.1.4 (Res. CFC 563/83); NBC T 3.1.1 (Res. CFC 686/90), NBC T 2 e Resolução 563/83;

8.18.5. A apresentação do Balanço Patrimonial consiste nos seguintes elementos:

- **Livro físico**

- Termos de Abertura e Encerramento do Livro Diário;
- Balanço Patrimonial;
- Demonstração de Resultado do Exercício – DRE;
- Comprovação de índices.

Ou

- **Livro digital – SPED Contábil**

- Termos de Abertura e Encerramento do Livro Diário;
- Balanço Patrimonial;
- Demonstração de Resultado do Exercício – DRE;
- Comprovação de índices;
- Termo de Autenticação.

8.18.5. O atendimento dos índices econômicos previstos no item 8.18.2 deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo licitante.

8.19. Qualificação Técnica:

8.19.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens/serviços em características compatíveis com o objeto desta licitação ou com o item pertinente, por meio da apresentação de ATESTADO





fornecido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devendo constar o nº do CNPJ da empresa licitante;

8.19.1.1. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora;

8.19.1.2. Outros documentos de qualificação técnico-profissional específicos ao objeto desta licitação, exigidos por Lei para o livre exercício de atividade específica, quando for o caso, que poderão ser exigidos no termo de referência em anexo e deverão ser apresentados sob pena de inabilitação;

8.19.1.3. Declarações do licitante de que tem pleno conhecimento das condições para cumprimento dos prazos - objeto da contratação - conforme a descrição e em compatibilidade com as especificações técnicas visando o atendimento adequado às etapas regionais dos jogos como um todo, bem como as demandas desta Pasta ao longo do exercício vigente.

8.19.2. Em caso de apresentação por licitante, de atestado de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte, se o atestado ou o contrato de constituição do consórcio não identificar a atividade desempenhada por cada consorciado individualmente, serão adotados os critérios estabelecidos nos incisos I e II do §10 do art. 67 da lei 14.133/2021, quais sejam:

8.19.2.1. Caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio homogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada empresa consorciada na proporção quantitativa de sua participação no consórcio, salvo nas licitações para contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, em que todas as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada uma das empresas consorciadas;

8.19.2.2. Caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio heterogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada consorciado de acordo com os respectivos campos de atuação, inclusive nas licitações para contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual;

8.20. A documentação de habilitação poderá ser substituída pelo Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, emitido pelo Governo Federal, salvo os documentos de HABILITAÇÃO TÉCNICA, que serão solicitados, apenas pelo licitante vencedor e deverão ser encaminhados, via sistema, no prazo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do(a) Pregoeiro(a);

8.20.1. As empresas estrangeiras que não funcionem no País deverão apresentar documentos equivalentes;

8.20.2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, mediante solicitação do(a) pregoeiro(a), a respectiva documentação atualizada.

8.21. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões, realizada pelo(a) pregoeiro(a), lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s);

8.22. Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas pelo licitante vencedor.

8.23. Os documentos relativos à regularidade fiscal serão exigidos somente em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado;

8.24. Não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos após a entrega daqueles definidos para habilitação, salvo em sede de diligência para:

8.24.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

8.24.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.25. Na análise dos documentos de habilitação, o(a) Pregoeiro(a) poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado no sistema, e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação;

8.26. A pessoa física deverá estar cadastrada no Sistema de Registro Cadastral Unificado (Sicaf) para





participar deste procedimento licitatório;

8.27. As empresas estrangeiras que não funcionem no País deverão apresentar documentos equivalentes àqueles previstos neste edital, na forma de regulamento emitido pelo Poder Executivo Federal.

8.28. Quanto à participação de empresas consorciadas:

a) Cada empresa consorciada deverá apresentar documentação, no que couber, nos termos dos itens 8.16, 8.17, 8.18 e 8.19 deste edital;

b) No caso da qualificação técnica-operacional, será admitido o somatório dos quantitativos de cada consorciado; e

c) Para efeito de habilitação econômico-financeira, será admitido o somatório dos valores de cada consorciado;

d) A responsabilidade pelos atos praticados em consórcio será solidária dos integrantes, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato.

e) O licitante vencedor é obrigado a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio;

f) A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo órgão ou entidade contratante e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato.

8.29. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.30. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

9.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de **2 (DUAS) HORAS**, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

9.1.1. Ser redigida em língua portuguesa, sem emendas, rasuras, entre linhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal;

9.1.2. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento;

9.1.3. Constar o prazo de validade da proposta, especificações do objeto, prazo de entrega dos materiais; e prazo de garantia dos materiais, conforme definido no Termo de Referência;

9.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso;

9.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada;

9.4. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso;

9.4.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos;

9.5. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação;

9.6. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro





licitante;

9.7. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação;

9.8. Nos termos do §1º do Art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021, o licitante deverá declarar, sob pena de desclassificação, que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;

9.9. O(a) Pregoeiro(a) verificará as propostas de preços desclassificando, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no Edital;

9.10. No preço ofertado deverão estar incluídos todos os insumos que o compõe, tais como as despesas com mão-de-obra, materiais, impostos, taxas, fretes, descontos e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto desta licitação;

9.11. Nas operações ou prestações internas, relativas à aquisição de mercadorias ou serviços por órgão da administração pública estadual, suas autarquias e fundações, o licitante deverá apresentar sua proposta, deduzido o ICMS incidente na operação ou prestação, nos termos do Decreto 2.912 de 29 de dezembro de 2006 alterado pelo Art. 2º Inciso LXXX de Decreto 4.222/10 (Convênio ICMS 23/03 e 88/10);

9.12. A empresa em condição de microempresas (ME) ou empresas de pequeno porte (EPP), deverá apresentar declaração do licitante que não celebrou contratos com a Administração Pública, no ano-calendário de realização desta licitação, cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte;

9.13. O Pregoeiro(a) poderá requisitar a licitante que readeque sua proposta, caso esta apresente alguma inconsistência sanável, desde que não configure alteração na proposta original apresentada.

10. DOS RECURSOS

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inhabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021 e art. 130 do Decreto Estadual nº 6.606/2023;

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inhabilitação do licitante:

10.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, contendo contra qual (is) decisão (ões) pretende recorrer e a motivação, sob pena de preclusão;

10.3.1. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer será de 10 (dez) minutos;

10.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inhabilitação;

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema;

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos;

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos;

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses;

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente;

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento;





10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico.

11. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

11.1. A sessão pública poderá ser reaberta a critério do(a) Pregoeiro(a), devidamente justificada, nas seguintes hipóteses:

11.1.1. Quando do provimento de recurso que leve à ANULAÇÃO de atos à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública;

11.1.2. Quando HOUVER ERRO NA ACEITAÇÃO DO PREÇO melhor classificado;

11.1.3. Quando o licitante declarado vencedor NÃO ASSINAR O CONTRATO, NÃO ASSINAR A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E NÃO HOUVER CADASTRO RESERVA E NÃO RETIRAR O INSTRUMENTO EQUIVALENTE, oportunizando a convocação dos remanescentes;

11.1.4. Quanto o licitante não comprovar a REGULARIZAÇÃO FISCAL E TRABALHISTA, nos termos do art. 43, §1º da LC 123/2006;

11.2. Nessas hipóteses serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances;

11.3. Todos os licitantes remanescentes serão convocados, de acordo com a fase do procedimento licitatório a ser reaberta, mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata complementar.

12. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

12.1. A adjudicação e homologação do presente certame são de responsabilidade da autoridade superior, em consonância ao art. 71 da Lei 14.133/2021;

12.2. O ato de adjudicar e homologar o certame enseja não apenas atribuir-lhe eficácia e aprovação, mas também, reconhecer a legalidade dos procedimentos ali realizados, ratificando-os em todo o processo, desde a autorização para licitar.

13. DA SUBCONTRATAÇÃO

13.1. Não será admitida a subcontratação total ou parcial do objeto desta contratação, conforme dispositivo no Termo de Referência e no quadro de informações disposto neste edital;

13.2. Quando previsto no termo de referência, a subcontratação depende de autorização prévia do contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de habilitação e qualificação exigidas na licitação, cabendo ao contratado apresentar à Administração a documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado;

13.3. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação;

13.4. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

14. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

14.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente;

14.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital;

14.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para o





aceite/retirada da Nota de Empenho, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado no prazo de 10(dez) dias, a contar da data de seu recebimento;

14.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do fornecedor, e aceita pela Administração;

14.3. Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor;

14.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nas condições propostas pelo licitante vencedor, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

14.4.1 convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

14.4.2 adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição;

14.5 A rescisão administrativa do contrato de fornecimento por ato unilateral da CONTRATANTE obedecerá a disposto no artigo 139 da Lei 14.133/2021;

14.6. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

14.6.1. Referida Nota de Empenho está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133 de 2021;

14.6.2. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

14.6.3. A contratada reconhece que as hipóteses de extinção do contrato são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/2021 e reconhece as consequências previstas no artigo 139 da mesma Lei;

14.7. Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato;

14.7.1. É permitida a identificação e assinatura digital por pessoa física ou jurídica em meio eletrônico, mediante certificado digital emitido em âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

14.8. Decorrido o prazo de validade da proposta, indicado no edital, sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

15. DO PRAZO DE VIGÊNCIA

15.1. O instrumento contratual terá sua vigência inicial de **12 (doze) MESES** com **POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO** nos termos e prazo do artigo **105 da Lei 14.133/2021**, desde que seja comprovada a sua vantajosidade e que os serviços tenham sido prestados com eficiência e qualidade.

15.2. O órgão contratante, no momento da contratação e a cada exercício financeiro, deve observar a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro;

15.3. As publicações resumidas do contrato que vier a ser firmado deverão ser realizadas na forma do estabelecido no Art. 94 da Lei nº 14.133/2021;

15.4. Durante a vigência do contrato, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato.





16. DA ENTREGA, CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO E EXECUÇÃO DO OBJETO

Entrega:

16.1. A entrega dos materiais deverá ocorrer no prazo máximo de **15 (quinze) dias úteis**, contados a partir da **Ordem de Entrega** emitida pela Diretoria de Administração da Secretaria da Educação, conforme a necessidade do Programa.

16.2. Os materiais deverão ser entregues no seguinte local:

16.2.1. Almoxarifado Central da Secretaria da Educação do Estado do Tocantins, situado no endereço: QD. 206 Norte, Avenida NS-08, Quadra 23, Lote 03, CEP: 77065-600, Palmas-TO, observado os horários de expediente do setor, a saber, das 08:00h às 14h e das 14:00h às 18h, em que o telefone para contato é (63) 32186109 e o e-mail: almoxarifado@seduc.to.gov.br.

16.3. A contratada será responsável por todas as despesas relativas ao transporte, incluindo frete, seguro, tributos, encargos trabalhistas e quaisquer outros custos incidentes sobre a entrega dos materiais, até o local definido pela Administração.

16.4. Caso não seja possível à entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 24 horas de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

16.5. No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a seis do prazo total recomendado pelo fabricante.

16.6. Caso os materiais venham em desacordo às especificações e/ou prazo de validade, danificados ou deteriorados deverá ser substituído no prazo máximo de **5 (cinco) dias** corridos. A carga e descarga serão por conta do fornecedor, sem ônus de frete para a Secretaria da Educação do Estado do Tocantins (SEDUC/TO).

16.7. Deverão ser aceitos os produtos em perfeitas condições, conforme descrição pormenorizada nas especificações técnicas do objeto.

16.8. Após minuciosa análise conclui-se que diante da singularidade finalística do objeto a ser licitado, que é, didaticamente ensinar a prática profissionalizante, a aglutinação dos itens em **2 (DOIS) GRUPOS**, é a mais adequada. Assim, os materiais da pretensa aquisição direcionam-se, especificamente aos EIXOS TECNOLÓGICOS MEIO AMBIENTE E SAÚDE E O DE RECURSOS NATURAIS.

16.9. Na divisão por lotes levou-se em conta natureza e segmento dos objetos, tal qual a segmentação do comércio. Por isso, o **GRUPO 01** aglutina itens pertinentes ao eixo tecnológico, meio ambiente e saúde, enquanto o **GRUPO 02** comporta os itens do eixo tecnológico de recursos naturais.

16.10. Os itens de cada eixo tecnológico estão estritamente ligados. Pois para que a parte prática de cada curso aconteça de forma integral, todos os itens devem ser homologados, a fim de desenvolver o aprendizado dos cursistas, tal qual exige o mercado de trabalho e os respectivos planos de curso.

16.11. Assim, licitar por item, correr-se-á no risco de não haver proposta para um ou mais itens. Um item fracassado tornaria inviável se proceder com as aulas prática. A título de ilustração, se o esmalte e/ou o alicate ficassem sem proposta, não haveria como ensinar o ofício de manicure e pedicure.

16.12. Esta metodologia facilitará para que se efetive a finalidade da presente aquisição, que é atender com qualidade e celeridade a necessidades da Administração Pública, no que diz respeito à gestão da bolsa-formação, bem como garantirá o pleno aprendizado do aluno.

16.13. Ademais, os itens poderão ser fornecidos por diversos estabelecimentos dos respectivos segmentos, permitindo, assim, maior competitividade, diversidade de fabricantes e produtos, possibilitando melhor preço e maior redução no valor dos itens aglutinados em grupos. De forma, que mesmo a presente licitação ocorra por grupos, o Princípio da Economicidade e da Competitividade, será assegurado.

17. CRITÉRIO DE MEDIÇÃO E DO PAGAMENTO



**a) Recebimento:****17.1. Recebimento provisório:**

17.1.1. Os materiais entregues serão **recebidos provisoriamente no prazo de até 5 (cinco) dias úteis**, a contar da data da entrega no Almoxarifado, pelo(a) servidor(a) designado(a) para o acompanhamento e fiscalização do contrato, com a finalidade de verificação preliminar da conformidade com as especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência e na proposta da contratada.

17.1.2. Caso os materiais estejam em desacordo com o estabelecido, poderão ser rejeitados, total ou parcialmente, devendo ser substituídos no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, a contar da notificação formal à contratada, sem ônus para a Administração e sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas.

17.2. Recebimento definitivo:

17.2.1. O **recebimento definitivo** será formalizado mediante emissão de termo específico no prazo de até **15 (quinze) dias úteis**, contados do recebimento da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, após conferência e aceitação definitiva dos materiais quanto à qualidade, quantidade e conformidade com as exigências contratuais.

17.2.2. O prazo de que trata o item anterior poderá ser excepcionalmente prorrogado, **por igual período**, mediante justificativa formal da Administração, quando houver necessidade de diligências para aferição técnica dos bens entregues.

17.3. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do **art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021**, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertence à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento;

17.4. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo;

17.5. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato;

b) LIQUIDAÇÃO:

17.6. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

17.7. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

17.8. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 17.8.1. o prazo de validade;
- 17.8.2. a data da emissão;
- 17.8.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 17.8.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 17.8.5. o valor a pagar; e,
- 17.8.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

17.9. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;





17.10. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

17.11. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

17.12. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

17.13. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

17.14. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

17.15. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

c) PRAZO DE PAGAMENTO

17.16. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

17.17. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice:

17.17.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na entrega dos bens, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

17.17.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

17.17.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida.

d) FORMA DE PAGAMENTO

17.18. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicado pelo contratado.

17.19. Seremos consideradas data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

17.20. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

18. DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO

18.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as





normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderão pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

18.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

18.3. As comunicações entre a contratante e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

18.4. A Secretaria da Educação poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

18.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, a Seduc poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

a) Fiscalização Técnica:

18.6. Acompanhamento do contrato com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação ou execução do objeto estão compatíveis com os indicadores estipulados no TR, para efeito de pagamento conforme o resultado pretendido pela Administração Pública, podendo ser auxiliado pela fiscalização administrativa. (Decreto Estadual 6.606/23 art. 26, inciso II).

18.7. Atributos do fiscal técnico:

18.8. Cabe ao fiscal técnico do contrato e, nos seus afastamentos e impedimentos legais, ao substituto, em especial:

18.9. Prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato, subsidiando-o de informações pertinentes às suas competências;

18.10. Anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

18.11. Emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexatidão ou irregularidade constatada em desacordo com a execução do contrato, determinando prazo para a correção;

18.12. Informar ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;

18.13. Comunicar imediatamente ao gestor do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas;

18.14. Fiscalizar a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração Pública, conferindo as notas fiscais e as documentações exigidas para o pagamento, e após o atesto, encaminhar ao gestor de contrato, para ratificação;

18.15. Comunicar o gestor do contrato em tempo hábil o término do contrato sob sua responsabilidade, visando à tempestiva renovação ou prorrogação contratual;

18.16. Participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, juntamente com o fiscal administrativo e/ou setorial, de que trata o inciso VII do art. 30 deste Decreto; e

18.17. Auxiliar o gestor do contrato com as informações necessárias, para que elabore o documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, de que trata o inciso VIII do art. 30 do Decreto Estadual 6.606/23. (Decreto Estadual





6.606/23 art. 31).

b) Fiscalização Administrativa:

18.18. Acompanhamento dos aspectos administrativos contratuais quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como quanto ao controle do contrato administrativo e às providências tempestivas nos casos de inadimplemento. (Decreto Estadual 6.606/23 art. 26, inciso III).

18.19. Cabe ao fiscal administrativo do contrato e, nos seus afastamentos e impedimentos legais, do substituto, em especial:

18.20. Prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato, realizando tarefas relacionadas ao controle dos prazos do contrato, acompanhamento do empenho e pagamento, formalização de apostilamentos e termos aditivos, e acompanhamento de garantias e glosas;

18.21. Verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, solicitando os documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário;

18.22. Examinar a regularidade no recolhimento das contribuições fiscal, trabalhista e previdenciária e, em caso de descumprimento, aplicar as medidas cabíveis;

18.23. Atuar tempestivamente na solução de eventuais problemas de descumprimento das obrigações contratuais, reportando ao gestor do contrato para providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

18.24. Participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, juntamente com o fiscal técnico e/ou setorial, de que trata o inciso VII do art. 30 deste Decreto; e,

18.25. Auxiliar o gestor do contrato com as informações necessárias, para que elabore o documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, de que trata o inciso VIII do art. 30 do Decreto Estadual 6.606/23. (Decreto Estadual 6.606/23 art. 32).

c) Gestor do Contrato:

18.27. As atividades de gestão e fiscalização do contrato serão realizadas considerando as seguintes definições:

18.28. Gestão do contrato: coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica e administrativa e setorial, bem como dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para formalização dos procedimentos quanto aos aspectos que envolvam a prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção dos contratos, dentre outros. (Decreto Estadual 6.606/23 art. 26).

18.29. Caberá ao gestor do contrato e, nos seus afastamentos e impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:

18.30. Coordenar as atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa e setorial, de que dispõem os incisos II, III e IV do art. 26 do Decreto Estadual 6.606/23.

18.31. Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato ou dos terceiros contratados, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência.

18.32. Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para efeito de empenho de despesa e pagamento, devendo anotar no relatório de riscos eventuais problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e pagamento da despesa.

18.33. Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à necessidade ou não de eventuais adequações ao contrato para que atenda a finalidade da Administração Pública.





18.34. Coordenar os atos preparatórios à instrução processual e ao envio da documentação pertinente ao setor de contratos para formalização dos procedimentos de que dispõe o inciso I do art. 26 do Decreto Estadual 6.606/23.

18.35. Constituir relatório final, de que trata a alínea "d" do inciso VI do §3º do art. 174 da Lei Federal nº 14.133/2021, com as informações obtidas durante a execução do contrato, como forma de aprimoramento das atividades da Administração Pública, podendo ser utilizado como insumo para a confecção dos estudos técnicos preliminares, termo de referência e projeto básico das novas contratações.

18.36. Coordenar a atualização contínua do relatório de riscos durante a gestão do contrato, com apoio dos fiscais técnicos, administrativos e/ou setoriais.

18.37. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnicos, administrativos e/ou setoriais no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas.

18.38. Diligenciar para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei Federal nº 14.133/2021 ou pelo agente/setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto Estadual 6.606/23 art. 30).

19. DO REAJUSTE

19.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis pelo período de 12 (doze) meses, contados da data de apresentação da proposta. Após o período de 12 meses, os preços poderão ser reajustados, observando-se os índices de reajustamento previstos no edital, cuja data-base será vinculada à data do orçamento estimado.

19.2. A periodicidade de reajuste do valor do contrato será anual, com referência ao IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, que incidirá exclusivamente em relação às obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

19.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

19.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgada o índice definitivo.

19.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

19.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

19.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

19.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

20. GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

20.1. Os produtos deverão ter o prazo de garantia mínima de 12 meses, contados da data da entrega, observando para tanto a legislação vigente, sendo que as entregas ocorrerão de forma parcelada, conforme a necessidade e quando solicitado pela Administração.

20.1.1. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

20.2. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições





de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante, o prazo de validade, este deverá ser descrito nas rotulagens dos produtos através das expressões designativas abaixo, suas abreviações ou outras expressões equivalentes:

- VÁLIDO ATÉ: (MÊS/ANO);
- VÁLIDO POR: MESES, a partir da data de fabricação;
- DATA DE FABRICAÇÃO (MÊS/ANO).

20.3. As precauções de uso necessárias para prevenir o usuário dos riscos de ingestão, inalação, irritabilidade da pele e/ou olhos e inflamabilidade do produto, quando for o caso, além das frases: "Conserve fora do alcance das crianças e dos animais domésticos" e "Antes de usar leia as instruções do rótulo"; "Em caso de contato com os olhos, lavar com água em abundância. Se ingerido, consultar de imediato o Centro de Intoxicações ou Serviço de Saúde mais próximo".

21. DA EXIGÊNCIA DE AMOSTRA

21.1. Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar poderá apresentar amostra, que terá data, local e horário de sua realização divulgada por mensagem no sistema, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais fornecedores interessados.

21.2. Poderão ser exigidas amostras dos seguintes itens:

21.2.1. Álcool – Finalidade: multiuso, higienização. Categoria: etílico hidratado; Aspecto físico: gel; INPM: 67°. Potencial Hidrogeniônico (pH): 5 a 7 (25 °C); Odor: característico de álcool; Composição: álcool etílico, espessante, alcalinizante. Frasco de 1 litro

21.2.2. Algodão: Formato Disco – Diâmetro: 5,7 cm. Pacote com 50 Unidades, no mínimo

21.2.3. Algodão: Formato Rolo – Embalagem: com 250 g.

21.2.4. Alicate para Cutículas – Material: aço inoxidável; Cabo: em aço inoxidável; Ponta: fina; Requisito: autoclavável.

21.2.5. Base Líquida – Acabamento: matte; Cor: diversa; Requisito: Resistente à água. Embalagem: 30 ml, no mínimo.

21.2.6. Batom em Bastão – Tipo: matte e cremoso; Cores: diversas.

21.2.7. Bobina Plástica - Material: polietileno de alta densidade - PEAD; Micras: 0,10; Medida: 40 x 60 cm (L x A); Capacidade: 10 kg; Cor: transparente; Requisito: com solda reforçada no fundo e lateral; Informações adicionais: picotado. Rolo com 500 Unidades.

21.2.8. Cera Depilatória – Tipo: quente; Composição: à base de açúcar; Requisito: solúvel em água. Embalagem: 1,3 kg, no mínimo.

21.2.9. Cílios Postiços – Fios: sintéticos; Tamanho: 23 mm. Cartela com 5 Pares.

21.2.10. Cola para Cílios – Cor: preta; Embalagem: frasco com 14 ml, no mínimo.

21.2.11. Corretivo Facial – Apresentação: líquido; Cor: bege claro; Informações adicionais: Resistente à água. Embalagem: 8 ml, no mínimo.

21.2.12. Cortador de Unha – Material: aço carbono; Medida: 7,5 cm de comprimento; Informações adicionais: sem lixa.

21.2.13. Cotonete – Material: polipropileno; Haste: plástica; Informações adicionais: descartável, estéril. Embalagem com 50 Unidades, no mínimo.

21.2.14. Delineador de Olhos – Apresentação: líquido; Cor: preta; Embalagem: frasco com 1,7 ml, no mínimo.

21.2.15. Demaquilante – Apresentação: deve remover a maquiagem de forma eficaz, mesmo as que são a prova d'água. Não provocar ardência nos olhos e respeitar o pH da pele. Embalagem: 120 ml, no mínimo.

21.2.16. Esfoliante para Pés – Composição: com ácido salicílico; Embalagem: com 100 g. no mínimo.

21.2.17. Esmalte – Cores: diversas; Acabamento: cremoso; Requisito: hipoalergênico e secagem





rápida. Embalagem de 8 ml, no mínimo.

21.2.18. Espátula para Cutícula – Material: corpo e ponta em aço inoxidável; Ponta: dupla; Comprimento mínimo de 14 cm.

21.2.19. Espátula/Palito para Depilação – Material: madeira; Medida: 13, 8 x 1,5 cm (C x L). Pacote com 100 Unidades.

21.2.20. Espelho de Mesa – Tipo: dupla face; Diâmetro: 30 cm, mínimo; Base: em aço inoxidável, giratória, com ajuste de ângulo de 360°; Requisito: com zoom de até 5 x.

21.2.21. Frasco – Finalidade: borrifar e pulverizar; Material: plástico; Capacidade: **300 ml**; Cor: transparente; Requisito: com válvula gatilho rosqueável, regulagem em spray, jato e trava do gatilho.

21.2.22. Frasco – Finalidade: borrifar e pulverizar; Material: plástico; Capacidade: **700 ml**; Cor: transparente; Requisito: com válvula gatilho rosqueável, regulagem em spray, jato e trava do gatilho.

21.2.23. Gel Pós-Depilação – Composição: aloe vera; Embalagem: 300 g. no mínimo.

21.2.24. Jogo/Conjunto/Kit de pincel para maquiagem – Cabo: plástico; Cerdas: sintética. Com 24 Unidades. Tamanhos: 15 cm, mínimo. Sendo os itens necessários para amostra:

- 1 – Pincel chato de sombra;
- 1 – Pincel de sombra arredondado;
- 1 – Pincel de blush;
- 1 – Pincel de base e corretivo;
- 1 – Pincel de batom;
- 1 – Pincel de pó;
- 1 – Pincel delineador de lábios ou olhos;
- 1 – Pincel de sobrancelha;
- 1 – Pincel de rímel;
- 1 – Pincel para esfumacar;
- 1 – Pincel leque.

21.2.25. Lixa para unha – Comprimento: 16,5 cm; Cor: diversa. Pacote com 24 Unidades.

21.2.26. Loção Pré-Depilatória – Composição: com extrato de hortelã; Aplicação: corpo e face; Embalagem: 300 ml.

21.2.27. Máscara de Cílios – Cor: preta; Embalagem: frasco com 9 ml, no mínimo; Informações adicionais: à prova d'água.

21.2.28. Máscara Descartável – Finalidade: proteção contra agentes de transmissão aérea por gotículas; Categoria: cirúrgica; Material: polipropileno; Cor: branca; Tamanho: único; Requisito: tripla camada com filtro e elástico, clipe nasal, descartável, soldada eletronicamente por ultrassom. Caixa com 50 Unidades.

21.2.29. Óleo Pós-Depilação – Aplicação: corpo e face; Fragrância: diversa; Embalagem: frasco com 240 ml, no mínimo.

21.2.30. Palito de Unha – Material: laranjeira; **Ponta: chanfrada.** Pacote com 100 Unidades, no mínimo.

21.2.31. Palito de unha – Material: laranjeira; **Ponta: fina.** Pacote com 100 Unidades, no mínimo.

21.2.32. Papel para Depilação - Categoria: lenço; Material: tnt; Medida: 23 x 7,5 cm (C x L); Cor: branca. Pacote com 50 Unidades, no mínimo.

21.2.33. Pó Compacto – Acabamento: matte; Cor: bege claro; Embalagem de 10 g. No mínimo.

21.2.34. Primer Facial – Apresentação: creme; Acabamento: matte; Embalagem: 25 ml, no mínimo; Informações adicionais: toque aveludado.

21.2.35. Removedor de Esmalte – Composição: sem acetona; Embalagem: frasco com 100 ml. No mínimo.

21.2.36. Removedor para Cutícula – Apresentação: creme; Composição: água, álcool isopropílico, hidróxido de sódio, lauril éter sulfato de sódio; Embalagem: 120 g. No mínimo.

21.2.37. Sombra – Categoria: adulto; Apresentação: pó; Cores: diversas; Requisito: paleta com 12





cores, no mínimo.

21.2.38. Talco para Depilação – Apresentação: em pó; Ação: neutra; Embalagem: de 100g. No mínimo.

21.2.39. Tesoura Cabeleireiro – Tipo: reta; Material: aço inoxidável; Tamanho mínimo: 7"; Cabo: polipropileno.

21.2.40. Tesoura para Unha – Material: aço inoxidável; Cabo: em aço inoxidável; Ponta: curva; Requisito: autoclavável.

21.2.41. Toalha de Rosto – Material: 100% algodão; Medida: **70 x 45** cm, no mínimo (L x A); Cor: branca; Gramatura: 80 g/m²; Informações adicionais: Cor branca.

21.2.42. Toalha Descartável – Material: viscose; Medida: 30 x 29 cm (C x L); Gramatura: 50 g/m²; no mínimo. Cor: branca. Pacote com 50 unidades.

21.2.43. Balde – Material: polietileno de alta densidade – PEAD; Cor: preta; Alça: alumínio; Capacidade: **10 L**; Requisito: estrutura reforçada, resistente a impactos.

21.2.44. Balde – Material: polietileno de alta densidade – PEAD; Cor: preta; Alça: alumínio; Capacidade: 12 L; Requisito: estrutura reforçada, resistente a impactos.

21.2.45. Balde em Plástico com Bico – Com capacidade mínima de **12 litros**, graduado na escala de intervalo de no máximo 1 litro.

21.2.46. Balde – Material: plástico; **Cor: branca**; Alça: de plástico; Capacidade: **20 L**; Requisito: **com tampa e lacre**.

21.2.47. Bandeja para Mudas/Sementeira – Material: poliestireno expandido; Quantidade de 200 células de célula: 18 cm³, no mínimo. Requisito: Leve e flexível, possibilitando o reaproveitamento.

21.2.48. Chapéu – Modelo: Australiano; Tipo: pescador; Material: brim, 100% algodão; Cor: cáqui; Requisito: com proteção na nuca, botões de pressão para prender as abas, cordão para pescoço e forro interno; Informações adicionais: com logotipo/logomarca institucional em bordado.

21.2.49. Colher de Pau – Madeira Reflorestamento Tradicional 44 Cm. No mínimo.

21.2.50. Facão – “Tipo: para mato; Material: aço carbono; Cabo: em polipropileno; Tamanho: 12”.

21.2.51. Fertilizante: Ácido Bórico – Categoria ácida inorgânica; Informações adicionais: fórmula química H₃BO₃ e peso molecular 61,84, teor de oxido de boro (B₂O₃) 56,00 %, de boro 17,00 %, de sulfato 0,1 % e de ferro 0,002 %. Saco com 3 Quilos, no mínimo.

21.2.52. Fertilizante: Adubo, Categoria Orgânico; Requisito: bem curtido. Saco com 25 quilos, no mínimo.

21.2.53. Fertilizante: Adubo NPK – Composição: 05 – 25 – 15. Pacotes de 1 Quilo, no mínimo.

21.2.54. Fertilizante: Sulfato de Cobre – Informações adicionais: teor e forma do nutriente 11% de S e 24% de cobre. Saco com 1 Quilo, no mínimo.

21.2.55. Fertilizante: Sulfato de Magnésio – Informações adicionais: teor e forma do nutriente 11% de S e 9% de Mg. Saco com 1 Quilo, no mínimo.

21.2.56. Fertilizante: Sulfato de Zinco – Informações adicionais: teor e forma do nutriente 9% de S e 20% de Zn. Saco com 1 Quilo.

21.2.57. Fita para Enxertia – Tipo: picotada; Medida: 60 m x 18 mm (C x L); Cor: transparente.

21.2.58. Jarra Medidora – Material: plástico; Capacidade: 500 ml; Medição: em litros e mililitros.

21.2.59. Óculos de Proteção – Material: policarbonato; Informações adicionais: resistente a impactos e choques físicos de materiais sólidos e líquidos, apoio nasal e proteção lateral do mesmo material da lente.; Proteção: UVA e UVB; Hastes: estilo espátula com ajuste de comprimento.

21.2.60. Placa de Identificação de Planta – Material: PVC; Medida: 5 x 4 cm (L x A); Haste: 15 cm; Cor: branca.

21.2.61. Saco para muda – Tamanho: 22 x 17 cm (C x L); Finalidade: para muda. Pacote de 1 Quilo.





21.2.62. Semente de Abobrinha: Variedade Caserta Italiana – Embalagem: com 10 g; Germinação mínima: 75%.

21.2.63. Semente de alface: Variedade Grande Lago Americana – Embalagem: com 10 g, no mínimo. Com Germinação mínima: 75%.

21.2.64. Semente de Alface: Variedade lisa - Embalagem: com 10 g, no mínimo. Com Germinação mínima: 75%.

21.2.65. Semente de Beterraba: Variedade maravilha – Embalagem: com 5 g; Germinação mínima: 75%.

21.2.66. Semente de Cebolinha: Variedade Todo Ano – Embalagem: com 3 g, no mínimo. Com Germinação mínima: 75%.

21.2.67. Semente de Cenoura: Variedade Brasília – Embalagem: com 10 g; Germinação mínima: 75%.

21.2.68. Semente de Coentro: Variedade Super Verdão – Embalagem: com 10 g, no mínimo. Com Germinação mínima: 75%.

21.2.69. Semente de Couve Manteiga: Variedade Geórgia – Embalagem: com 50 g; Germinação mínima: 75%.

21.2.70. Semente de Maracujá: Variedade, Redondo Amarelo – Embalagem: com 2 g, no mínimo. Com Germinação mínima: 75%.

21.2.71. Semente de Rúcula: Variedade Gigante de Folha Larga – Embalagem: com 100 g; Germinação mínima: 75%; Requisito: peletizada.

21.3. Solicitadas, as amostras deverão ser entregues no **Almoxarifado Central da Secretaria da Educação do Estado do Tocantins, situado no endereço: QD. 206 Norte, Avenida NS-08, Quadra 23, Lote 03, CEP: 77065-600, Palmas-TO, observado os horários de expediente do setor, a saber, das 08:00h às 14h e das 14:00h às 18h, em que o telefone para contato é (63) 32186109 e o e-mail: almoxarifado@seduc.to.gov.br, sendo que a empresa assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega.**

21.4. É facultada prorrogação o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada pelo interessado no chat do sistema ou por meio do e-mail do setor de licitação informado no Edital, antes de findo o prazo.

21.5. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas, a proposta será recusada.

22. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

22.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/21, o licitante que, com dolo ou culpa:

22.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

22.1.2. Quando não mantiver a proposta; não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação; recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível; pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; deixar de apresentar amostra; apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

22.1.3. Não celebrar contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta; ou recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente do prazo estabelecido pela Administração;

22.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou presta declaração falsa durante a licitação;

22.1.5. Fraudar a licitação;

22.1.6. Dar causa aos incisos I, II e III do art. 155, da Lei nº 14.133/2021;

22.1.7. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial





- quando: agir em conluio ou em desconformidade com a lei; induzir deliberadamente a erro no julgamento; apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 22.1.8. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 22.1.9. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846 de 2013;
- 22.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 22.2.2 Advertência;
- 22.2.2 Multa;
- 22.2.3 Impedimento de licitar e contratar e
- 22.2.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;
- 22.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 22.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;
- 22.3.2. As peculiaridades do caso concreto;
- 22.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 22.3.4. Danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 22.3.5. A implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle;
- 22.4. Comete infração administrativa, o contratado que:
- 22.4.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 14.133/2021, a Contratada que praticar quaisquer das atividades previstas no Art. 155, nos Incisos I ao XII da Lei Federal nº 14.133/21, C/C Art. 317 e seguintes do Decreto Estadual 6.606/23.
- 22.4.2 O licitante e a contratada que incorram nas infrações previstas no **art. 155 da Lei Federal no 14.133/2021**, apuradas em regular processo administrativo, garantidos o contraditório e ampla defesa, sujeitar-se-ão às seguintes sanções:
- I – advertência;
- II – multa;
- III – impedimento de licitar e contratar;
- IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;
- 22.4.3. Conforme disposto no Art. 156 da Lei Federal nº 14.133/21 c/c Art. 317 Decreto Estadual 6.606/23.
- 22.4.4. A multa será calculada na forma prevista no edital ou no contrato, e não poderá ser inferior a 0,5% nem superior a 30% do valor do contrato licitado ou celebrado.
- 22.4.5. A aplicação de multa moratória será precedida de oportunidade para o exercício do contraditório e da ampla defesa;
- 22.4.6. A aplicação de multa moratória não impedirá que a Administração Pública a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei Federal no 14.133/2021.
- 22.5. No que diz respeito à aplicação das sanções para o licitante e a contratada que incorram nas praticas supramencionadas, será levado em consideração os seguintes requisitos:
- I - a natureza e a gravidade da infração cometida;
- II - as peculiaridades do caso concreto;
- III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública.
- 22.6. Executar fielmente o contrato, em conformidade com as cláusulas avençadas e normas estabelecidas na Lei n.º 14.133/2021 e suas alterações;
- 22.7. Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;
- 22.8. Prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo FISCAL DO CONTRATO cujas solicitações e reclamações deverão ser atendidas prontamente, e, quando for o caso, em até 24 (vinte e quatro) horas;
- 22.9. Arcar com todos os custos necessários à completa execução dos serviços;





22.10. Responder, civil e penalmente, por quaisquer danos materiais ou pessoais ocasionados a esta Secretaria, seus contratados, terceiros e contribuintes a que derem causa seus empregados, dolosa ou culposamente.

23. DO SISTEMA DO REGISTRO DE PREÇOS

23.1. Nos termos do Decreto Estadual nº 6.606, de 31 de março de 2023, que regulamenta o procedimento licitatório no Estado do Tocantins, no âmbito da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para disciplinar o sistema de registro de preços (SRP), apresentam-se as seguintes hipóteses em que é cabível a utilização do SRP:

Art. 252. O sistema de registro de preços pode ser adotado quando:

I – pelas características da obra, bem ou serviço, houver necessidade permanente ou frequente de contratações;

II – for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa;

III – for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços comuns ou de engenharia ou obras para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo; ou

IV – pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pelos órgãos da Administração Pública.

23.2. Da análise do artigo 252 do Decreto em referência, constata-se que a presente contratação se enquadra nas disposições do inciso I, uma vez que os materiais objeto deste procedimento poderão ser contratados por premente necessidade, ou enquanto perdurar a vigência do Registro de Preços, observado em todos os casos as regras/normas orçamentárias aplicáveis.

23.3. No âmbito do Sistema de Registro de Preços a adjudicação significa tão somente o registro dos preços ofertados;

23.4. Salvo previsão expressa no Termo de Referência, com devida justificativa, não poderão os licitantes apresentar preços diferentes para os objetos a serem registrados em ata;

23.5. Salvo previsão expressa no Termo de Referência, com devida justificativa, não poderão os licitantes fornecer propostas em quantitativos inferiores ao previsto;

23.6. A existência de preços registrados não obriga a Administração a efetivar as contratações que dele poderão advir, ficando-lhe facultada a adoção de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência em igualdade de condições;

23.6.1. O exercício de preferência previsto no item 24.7, dar-se-á caso a Administração opte por realizar a aquisição através de licitação específica. Quando o preço encontrado for igual ou superior ao registrado, o detentor do registro de preços terá assegurado seu direito à contratação;

23.6.2. É vedada a aquisição por valor superior a que poderia ser obtido do detentor do registro de preços;

23.7. Uma vez registrados os preços, a Administração poderá convocar o detentor do Registro a fornecer os bens respectivos, na forma e condições fixadas no presente Edital e no Contrato;

23.8. Encerrado o processo licitatório para Registro de Preços, poderá ser firmado o CONTRATO entre a Administração e o adjudicatário, aplicando-se as disposições da Lei nº 14.133/2021 relativas aos contratos;

23.9. Durante a vigência do Registro de Preços, a Administração poderá convocar o detentor a cumprir as obrigações decorrentes da presente licitação e do Contrato;

23.9.1. Cada Nota de Empenho/Ordem de Fornecimento será considerada parte integrante do CONTRATO;





23.10. O contrato decorrente da Ata de Registro de Preços terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas e deverá ter seu extrato assinado e publicado, no prazo de validade da Ata de Registro de Preços;

23.11. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela Ata de Registro de Preços, sem prejuízo da possibilidade de remanejamento entre os participantes;

23.12. É vedada a participação do órgão ou entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto, nos termos previstos do item 24.9.

23.13. Será vedada aos órgãos e entidades da Administração Pública federal a adesão à ata de registro de preços gerenciada por órgão ou entidade estadual, distrital ou municipal, conforme o §8º do art. 86 da Lei nº 14.133/21;

24. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

24.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 3 (três) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021;

24.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

(a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

(b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração;

24.3. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições;

24.4. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada;

24.5. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133, de 2021, e em outras legislações aplicáveis;

24.6. Ao assinar a Ata de Registro de Preços e o contrato a empresa adjudicatária obriga-se a executar o objeto a ela adjudicado, conforme especificações e condições contidas neste edital e seus anexos e, também, na proposta apresentada, prevalecendo, no caso de divergência, as especificações e condições do edital;

24.7. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 12 (doze) meses, contados da publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme disposto no Art. 84 da Lei Federal 14.133/2021.

24.8. Haverá possibilidade de renovação dos quantitativos inicialmente registrados na ata de registro de preços em caso de prorrogação de vigência.

24.9. Quanto ao procedimento de carona:

24.9.1. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, pode ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem;

24.9.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o Órgão Gerenciador e Órgãos Participantes;

24.9.3. As aquisições ou contratações adicionais de que trata este artigo não poderão exceder, por





órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na Ata de Registro de Preços para o Órgão Gerenciador e para os Órgãos Participantes;

24.9.4. O total de utilização de cada item não pode exceder ao dobro do quantitativo inicialmente registrado, independentemente do número de Órgãos Não Participantes que aderirem.

24.10. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela Ata de Registro de Preços;

24.11. O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços deverá ser assinado e publicado seu extrato, no prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

25. DA PUBLICAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

25.1. Os preços classificados em primeiro lugar, serão registrados em ata própria e serão publicados no Portal Nacional de Contratações Públicas;

25.2. Os valores constantes da Ata de Registro de Preços serão fixados em moeda corrente no país;

25.3. A Ata de Registro de Preços implicará compromisso de fornecimento, pelo licitante vencedor, nas condições estabelecidas, depois de cumpridos os requisitos de publicidade.

26. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO RESERVA

26.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

26.1.1. Dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

26.1.2. Dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

26.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata;

26.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado;

26.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

26.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

26.3.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

26.3.2. Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos artigos 269 e 270 do Decreto Estadual nº 6.606, de 28 de março de 2023.

26.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

26.4.1. Convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

26.4.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

27. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E QUESTIONAMENTOS

27.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar os termos do edital do pregão ou solicitar esclarecimento, por meio eletrônico, na forma prevista no quadro de informação deste edital, devendo encaminhar o pedido até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública;





27.2. O (a) pregoeiro(a), responderá aos pedidos de esclarecimentos e/ou impugnação no prazo de até 03 (três) dias úteis contado da data de recebimento do pedido e limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, podendo requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital de licitação, do Termo de Referência e dos demais anexos;

27.3. A impugnação não possui efeito suspensivo, sendo a sua concessão medida excepcional que deverá ser motivada pelo pregoeiro nos autos do processo de licitação;

27.4. A peça de impugnação deverá conter, sob pena de rejeição, a exposição sucinta e clara do assunto, os fundamentos de Lei que alicerçam o pedido, como também, no mínimo, as seguintes informações de contato: telefone e e-mail;

27.5. Acolhida a impugnação contra o edital de licitação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, nos mesmos meios, exceto quando, em nada, altere a formulação das propostas, observados os prazos legais de publicação;

27.6. As respostas aos pedidos de esclarecimentos e impugnações serão divulgadas no [site www.portaldecompras.to.gov.br](http://www.portaldecompras.to.gov.br) e no sistema no qual ocorrerá o procedimento, dentro do prazo estabelecido no item 27.2, e vincularão os participantes e a Administração, ficando os licitantes cientes da obrigatoriedade de acessá-lo para obtenção das informações prestadas;

27.7. Os pedidos de esclarecimentos, questionamentos e impugnações ou quaisquer outras informações complementares deverão ser encaminhados no e-mail do(a) Pregoeiro(a) disponível no quadro de informações.

28. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

28.1. A autoridade superior poderá revogar os procedimentos licitatórios por motivo de conveniência e oportunidade, e deverá anulá-los motivado por ilegalidade insanável, de ofício ou por provocação de terceiros, assegurada a prévia manifestação dos interessados.

28.1.1. O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.

28.1.2. Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.

28.1.3. Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé ao ressarcimento dos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

28.2. Qualquer modificação no presente Edital será divulgada pela mesma forma que se divulgou o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação da proposta de preços.

28.3. As Licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

28.4. Após apresentação da proposta de preços não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo(a) Pregoeiro(a).

28.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação do objeto pelo órgão requisitante.

28.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, iniciando e vencendo os prazos somente em dias úteis.

28.7. As normas que disciplinam este Pregão Eletrônico serão sempre interpretadas, em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento do interesse do órgão requisitante, a finalidade e a segurança da contratação.

28.8. As Licitantes deverão observar os mais altos padrões éticos durante o processo licitatório e a execução do contrato, estando sujeitas às sanções previstas na legislação brasileira.

28.9. O LICITANTE obriga-se durante a participação de todas as fases do certame, a atuar em conformidade com a legislação vigente sobre proteção de dados pessoais e dados pessoais sensíveis, em especial os regulamentos municipais e a Lei nº 13.709/2018 (LGPD), empenhando-se em proceder a todo





tratamento de dados pessoais que venha a mostrar-se necessário, em conformidade com este edital.

28.10. Os horários estabelecidos no edital de licitação, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília, no Distrito Federal, inclusive para contagem de tempo e registro no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

28.11. Ao(à) Pregoeiro(a) ou à Autoridade Competente é facultada, em qualquer fase da licitação, promoção de diligência, destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documentos ou informações que deveriam constar dos autos, desde a realização da sessão pública.

28.12. A contratada deverá observar as disposições da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), comprometendo-se a adotar medidas de segurança, técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais eventualmente tratados durante a execução do contrato.

28.13. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço constante no preâmbulo deste Edital, nos dias úteis, no horário das 08h às 12h e das 14h às 18h, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

Palmas, 18 de junho de 2026.

Assinatura Digital

Marcus André Nogueira da Silva Júnior
Diretor de Licitações
ATO Nº 241 - NM.

Assinatura Digital

Júnia Kelly Álvares Tavares da Paixão
Superintendente de Licitações
ATO Nº 3.247 - NM.



**ANEXO I DO EDITAL****TABELA DE ESPECIFICAÇÕES**

1. O Quadro de Especificações que trata o presente Anexo foi elaborado a partir das informações dispostas no **Tópico 3** do Termo de Referência. Na hipótese de haver diferença entre a descrição dos Itens registrados no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br e as especificações constantes na Tabela abaixo e no Termo de Referência, deverão ser consideradas as descrições desses últimos, partes integrantes do Edital.
2. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **2% (dois) por cento**.

GRUPO 01					
GRUPO – 01 MATERIAS PARA AULAS PRÁTICA DOS CURSOS DO EIXO TECNOLÓGICO AMBIENTE E SAÚDE - PRONATEC/SEDUC					
Item	Unid.	QTD.	DESCRIÇÃO	Valor Unitário	Valor Total
01	Unid.	200	Álcool – Finalidade: multiuso, higienização. Categoria: etílico hidratado; Aspecto físico: gel; INPM: 67°. Potencial Hidrogeniônico (pH): 5 a 7 (25 °C); Odor: característico de álcool; Composição: álcool etílico, espessante, alcalinizante. Frasco de 1 litro.	R\$ 19,93	R\$ 3.986,00
02	Pacote	120	Algodão: Formato Disco – Diâmetro: 5,7 cm. Pacote com 50 Unidades, no mínimo.	R\$ 19,80	R\$ 2.376,00
03	Pacote	29	Algodão: Formato Rolo – Embalagem: com 250 g.	R\$ 25,91	R\$ 751,39
04	Unid.	200	Alicate para Cutículas – Material: aço inoxidável; Cabo: em aço inoxidável; Ponta: fina; Requisito: autoclavável.	R\$ 41,75	R\$ 8.350,00
05	Unid.	200	Base Líquida – Acabamento: matte; Cor: diversa; Requisito: Resistente à água. Embalagem: 30 ml, no mínimo.	R\$ 45,64	R\$ 9.128,00
06	Unid.	400	Batom em Bastão – Tipo: matte e cremoso; Cores: diversas.	R\$ 22,50	R\$ 9.000,00
07	Rolo	10	Bobina Plástica - Material: polietileno de alta densidade - PEAD; Micras: 0,10; Medida: 40 x 60 cm (L x A); Capacidade: 10 kg; Cor: transparente; Requisito: com solda reforçada no fundo e lateral; Informações adicionais: picotado. Rolo com 500 Unidades.	R\$ 24,04	R\$ 240,40
08	Unid.	30	Cera Depilatória – Tipo: quente; Composição: à base de açúcar; Requisito: solúvel em água. Embalagem: 1,3 kg, no mínimo.	R\$ 44,84	R\$ 1.345,20





09	Cartela	140	Cílios Postiços – Fios: sintéticos; Tamanho: 23 mm. Cartela com 5 Pares.	R\$ 34,81	R\$ 4.873,40
10	Unid.	140	Cola para Cílios – Cor: preta; Embalagem: frasco com 14 ml, no mínimo.	R\$ 37,38	R\$ 5.233,20
11	Unid.	140	Corretivo Facial – Apresentação: líquido; Cor: bege claro; Informações adicionais: Resistente à água. Embalagem: 8 ml, no mínimo.	R\$ 37,35	R\$ 5.229,00
12	Unid.	200	Cortador de Unha – Material: aço carbono; Medida: 7,5 cm de comprimento; Informações adicionais: sem lixa.	R\$ 8,19	R\$ 1.638,00
13	Unid.	200	Cotonete – Material: polipropileno; Haste: plástica; Informações adicionais: descartável, estéril. Embalagem com 50 Unidades, no mínimo.	R\$ 7,58	R\$ 1.516,00
14	Unid.	200	Delineador de Olhos – Apresentação: líquido; Cor: preta; Embalagem: frasco com 1,7 ml, no mínimo.	R\$ 33,93	R\$ 6.786,00
15	Unid.	140	Demaquilante – Apresentação: deve remover a maquiagem de forma eficaz, mesmo as que são à prova d'água. Não provocar ardência nos olhos e respeitar o pH da pele. Embalagem: 120 ml, no mínimo.	R\$ 50,05	R\$ 7.007,00
16	Unid.	140	Esfoliante para Pés – Composição: com ácido salicílico; Embalagem: com 100 g, no mínimo.	R\$ 27,84	R\$ 3.897,60
17	Unid.	600	Esmalte – Cores: diversas; Acabamento: cremoso; Requisito: hipoalergênico e secagem rápida. Embalagem de 8 ml, no mínimo.	R\$ 10,00	R\$ 6.000,00
18	Unid.	140	Espátula para Cutícula – Material: corpo e ponta em aço inoxidável; Ponta: dupla; Comprimento mínimo de 14 cm.	R\$ 20,80	R\$ 2.912,00
19	Pacote	04	Espátula/Palito para Depilação – Material: madeira; Medida: 13, 8 x 1,5 cm (C x L). Pacote com 100 Unidades.	R\$ 22,52	R\$ 90,08
20	Unid.	200	Espelho de Mesa – Tipo: dupla face; Diâmetro: 30 cm, mínimo; Base: em aço inoxidável, giratória, com ajuste de ângulo de 360°; Requisito: com zoom de até 5 x.	R\$122,59	R\$ 24.518,00
21	Unid.	200	Frasco – Finalidade: borrifar e pulverizar; Material: plástico; Capacidade: 300 ml ; Cor: transparente; Requisito: com válvula gatilho rosqueável, regulagem em spray, jato e trava do gatilho.	R\$ 24,96	R\$ 4.992,00





22	Unid.	200	Frasco – Finalidade: borrifar e pulverizar; Material: plástico; Capacidade: 700 ml ; Cor: transparente; Requisito: com válvula gatilho rosqueável, regulagem em spray, jato e trava do gatilho.	R\$ 30,82	R\$ 6.164,00
23	Unid.	40	Gel Pós-Depilação – Composição: aloe vera; Embalagem: 300 g. no mínimo.	R\$ 47,75	R\$ 1.910,00
24	Kits	200	Jogo/Conjunto/Kit de pincel para maquiagem – Cabo: plástico; Cerdas: sintética. Com 24 Unidades. Tamanhos: 15 cm, mínimo. Sendo: 8 – Pincéis chato de sombra; 5 – Pincéis de sombra arredondado; 3 – Pincéis de blush; 1 – Pincel de base e corretivo; 1 – Pincel de batom; 1 – Pincel de pó; 1 – Pincel delineador de lábios ou olhos; 1 – Pincel de sobancelha; 1 – Pincel de rímel; 1 – Pincel para esfumazar; 1 – Pincel leque.	R\$ 119,72	R\$ 23.944,00
25	Pacote	30	Lixa para unha – Comprimento: 16,5 cm; Cor: diversa. Pacote com 24 Unidades.	R\$ 18,08	R\$ 542,40
26	Unid.	40	Loção Pré-Depilatória – Composição: com extrato de hortelã; Aplicação: corpo e face; Embalagem: 300 ml.	R\$ 79,21	R\$ 3.168,40
27	Unid.	200	Máscara de Cílios – Cor: preta; Embalagem: frasco com 9 ml, no mínimo; Informações adicionais: à prova d'água.	R\$ 47,83	R\$ 9.566,00
28	Cx.	10	Máscara Descartável – Finalidade: proteção contra agentes de transmissão aérea por gotículas; Categoria: cirúrgica; Material: polipropileno; Cor: branca; Tamanho: único; Requisito: tripla camada com filtro e elástico, clipe nasal, descartável, soldada eletronicamente por ultrassom. Caixa com 50 Unidades.	R\$ 17,39	R\$ 173,90
29	Unid.	40	Óleo Pós-Depilação – Aplicação: corpo e face; Fragrância: diversa; Embalagem: frasco com 240 ml, no mínimo.	R\$ 42,56	R\$ 1.702,40
30	Pacote	07	Palito de Unha – Material: laranjeira; Ponta: chanfrada. Pacote com 100 Unidades, no mínimo.	R\$ 36,19	R\$ 253,33
31	Pacote	07	Palito de unha – Material: laranjeira; Ponta: fina. Pacote com 100 Unidades, no mínimo.	R\$ 42,52	R\$ 297,64
32	Pacote	10	Papel para Depilação - Categoria: lenço; Material: tnt; Medida: 23 x 7,5 cm (C x L); Cor: branca. Pacote com 50 Unidades, no mínimo.	R\$ 36,49	R\$ 364,90





33	Unid.	200	Pó Compacto – Acabamento: matte; Cor: bege claro; Embalagem de 10 g. No mínimo.	R\$ 35,63	R\$ 7.126,00
34	Unid.	200	Primer Facial – Apresentação: creme; Acabamento: matte; Embalagem: 25 ml, no mínimo; Informações adicionais: toque aveludado.	R\$ 90,00	R\$ 18.000,00
35	Unid.	400	Removedor de Esmalte – Composição: sem acetona; Embalagem: frasco com 100 ml. No mínimo.	R\$ 11,44	R\$ 4.576,00
36	Unid.	200	Removedor para Cutícula – Apresentação: creme; Composição: água, álcool isopropílico, hidróxido de sódio, lauril éter sulfato de sódio; Embalagem: 120 g. No mínimo.	R\$ 25,44	R\$ 5.088,00
37	Unid.	200	Sombra – Categoria: adulto; Apresentação: pó; Cores: diversas; Requisito: paleta com 12 cores, no mínimo.	R\$ 50,00	R\$ 10.000,00
38	Unid.	40	Talco para Depilação – Apresentação: em pó; Ação: neutra; Embalagem: de 100g. No mínimo.	R\$ 13,40	R\$ 536,00
39	Unid.	20	Tesoura Cabeleireiro – Tipo: reta; Material: aço inoxidável; Tamanho mínimo: 7"; Cabo: polipropileno.	R\$ 193,80	R\$ 3.876,00
40	Unid.	120	Tesoura para Unha – Material: aço inoxidável; Cabo: em aço inoxidável; Ponta: curva; Requisito: autoclavável.	R\$ 34,72	R\$ 4.166,40
41	Unid.	200	Toalha de Rosto – Material: 100% algodão; Medida: 70 x 45 cm, no mínimo (L x A); Cor: branca; Gramatura: 80 g/m²; Informações adicionais: Cor branca.	R\$ 43,37	R\$ 8.674,00
42	Pacote	20	Toalha Descartável – Material: viscose; Medida: 30 x 29 cm (C x L); Gramatura: 50 g/m²; no mínimo. Cor: branca. Pacote com 50 unidades.	R\$ 53,57	R\$ 1.071,40
SUBTOTAL - GRUPO 1			R\$ 221.070,04		
GRUPO 02					
GRUPO – 02 MATERIAS PARA AULAS PRÁTICA DOS CURSOS DO EIXO TECNOLÓGICO RECURSOS NATURAIS - PRONATEC/SEDUC					
IT E M	UND	QTD	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
43	Unid.	40	Balde – Material: polietileno de alta densidade – PEAD; Cor: preta; Alça: alumínio; Capacidade: 10 L ; Requisito: estrutura reforçada, resistente a impactos.	R\$ 38,38	R\$ 1.535,20





44	Unid.	40	Balde – Material: polietileno de alta densidade – PEAD; Cor: preta; Alça: alumínio; Capacidade: 12 L; Requisito: estrutura reforçada, resistente a impactos.	R\$ 38,34	R\$ 1.533,60
45	Unid.	40	Balde em Plástico com Bico – Com capacidade mínima de 12 litros , graduado na escala de intervalo de no máximo 1 litro.	R\$ 48,05	R\$ 1.922,00
46	Unid.	20	Balde – Material: plástico; Cor: branca ; Alça: de plástico; Capacidade: 20 L ; Requisito: com tampa e lacre .	R\$ 75,76	R\$ 1.515,20
47	Unid.	500	Bandeja para Mudas/Sementeira – Material: poliestireno expandido; Quantidade de 200 células de célula: 18 cm ³ , no mínimo. Requisito: Leve e flexível, possibilitando o reaproveitamento.	R\$ 20,89	R\$ 10.445,00
48	Unid.	650	Chapéu – Modelo: Australiano ; Tipo: pescador; Material: brim, 100% algodão; Cor: cáqui; Requisito: com proteção na nuca, botões de pressão para prender as abas, cordão para pescoço e forro interno; Informações adicionais: com logotipo/logomarca institucional em bordado.	R\$ 35,73	R\$ 23.224,50
49	Unid.	40	Colher de Pau – Madeira Reflorestamento Tradicional 44 Cm. No mínimo.	R\$ 40,38	R\$ 1.615,20
50	Unid.	40	Facão – Tipo: para mato; Material: aço carbono; Cabo: em polipropileno; Tamanho: 12".	R\$ 55,07	R\$ 2.202,80
51	Saco	30	Fertilizante: Ácido Bórico – Categoria ácido inorgânico; Informações adicionais: fórmula química H ₃ BO ₃ e peso molecular 61,84, teor de oxido de boro (B ₂ O ₃) 56,00 %, de boro 17,00 %, de sulfato 0,1 % e de ferro 0,002 %. Saco com 3 Quilos, no mínimo.	R\$ 216,25	R\$ 6.487,50
52	Saco	100	Fertilizante: Adubo, Categoria Orgânico ; Requisito: bem curtido. Saco com 25 quilos, no mínimo.	R\$ 7,67	R\$ 767,00
53	Saco	20	Fertilizante: Adubo NPK – Composição: 05 – 25 – 15. Pacotes de 1 Quilo, no mínimo.	R\$ 135,89	R\$ 2.717,80
54	Saco	50	Fertilizante: Sulfato de Cobre - Informações adicionais: teor e forma do nutriente 11% de S e 24% de cobre. Saco com 1 Quilo, no mínimo.	R\$ 79,07	R\$ 3.953,50
55	Saco	20	Fertilizante: Sulfato de Magnésio – Informações adicionais: teor e forma do nutriente 11% de S e 9% de Mg. Saco com 1 Quilo, no mínimo.	R\$ 37,70	R\$ 754,00





56	Saco	20	Fertilizante: Sulfato de Zinco – Informações adicionais: teor e forma do nutriente 9% de S e 20% de Zn. Saco com 1 Quilo.	R\$ 51,27	R\$ 1.025,40
57	Unid.	10	Fita para Enxertia – Tipo: picotada; Medida: 60 m x 18 mm (C x L); Cor: transparente.	R\$ 98,26	R\$ 982,60
58	Unid.	40	Jarra Medidora – Material: plástico; Capacidade: 500 ml; Medição: em litros e mililitros.	R\$ 31,75	R\$ 1.270,00
59	Unid.	400	Óculos de Proteção – Material: policarbonato; Informações adicionais: resistente a impactos e choques físicos de materiais sólidos e líquidos, apoio nasal e proteção lateral do mesmo material da lente.; Proteção: UVA e UVB; Hastes: estilo espátula com ajuste de comprimento.	R\$ 28,18	R\$ 11.272,00
60	Unid.	600	Placa de Identificação de Planta – Material: PVC; Medida: 5 x 4 cm (L x A); Haste: 15 cm; Cor: branca.	R\$ 4,85	R\$ 2.910,00
61	Pacote	10	Saco para muda – Tamanho: 22 x 17 cm (C x L); Finalidade: para muda. Pacote de 1 Quilo.	R\$ 46,16	R\$ 461,60
62	Pacote	100	Semente de Abobrinha: Variedade Caserta Italiana – Embalagem: com 10 g; Germinação mínima: 75%.	R\$ 8,04	R\$ 804,00
63	Pacote	200	Semente de alface: Variedade Grande Lago Americana – Embalagem: com 10 g, no mínimo. Com Germinação mínima: 75%.	R\$ 16,76	R\$ 3.352,00
64	Pacote	100	Semente de Alface: Variedade lisa - Embalagem: com 10 g, no mínimo. Com Germinação mínima: 75%.	R\$ 12,12	R\$ 1.212,00
65	Pacote	100	Semente de Beterraba: Variedade maravilha – Embalagem: com 5 g; Germinação mínima: 75%.	R\$ 10,75	R\$ 1.075,00
66	Pacote	100	Semente de Cebolinha: Variedade Todo Ano – Embalagem: com 3 g, no mínimo. Com Germinação mínima: 75%.	R\$ 7,28	R\$ 728,00
67	Pacote	100	Semente de Cenoura: Variedade Brasília – Embalagem: com 10 g; Germinação mínima: 75%.	R\$ 8,31	R\$ 831,00
68	Pacote	100	Semente de Coentro: Variedade Super Verdão – Embalagem: com 10 g, no mínimo. Com Germinação mínima: 75%.	R\$ 9,00	R\$ 900,00
69	Pacote	100	Semente de Couve Manteiga: Variedade Geórgia – Embalagem: com 50 g; Germinação mínima: 75%.	R\$ 8,56	R\$ 856,00





70	Pacote	50	Semente de Maracujá: Variedade, Redondo Amarelo – Embalagem: com 2 g, no mínimo. Com Germinação mínima: 75%.	R\$ 15,00	R\$ 750,00
71	Pacote	30	Semente de Rúcula: Variedade Gigante de Folha Larga – Embalagem: com 100 g; Germinação mínima: 75%; Requisito: peletizada.	R\$ 62,77	R\$ 1.883,10
SUBTOTAL - GRUPO 2					R\$ 88.986,00
TOTAL					R\$ 310.056,04



**ANEXO II DO EDITAL****TERMO DE REFERÊNCIA**

Art. 6º XXII Lei Federal 14.133/21 – Art. 70 Decreto Estadual 6.606/23.

Nº SGD: 2026/27009/038933

Nº TR: 23/2026/GEPTR

Processo Administrativo nº: 2025/27000/020584

Sector Requisitante: UTE – PRONATEC**1. OBJETO**

1.1. Aquisição de materiais e insumos necessários para a realização das aulas práticas dos cursos Técnicos e de Formação Inicial e Continuada – FICs, ofertados pelo programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A aquisição dos materiais, equipamentos e insumos faz-se necessária para atender à demanda dos cursos da Linha de Fomento Mulheres Mil; Bioeconomia na Amazônia Legal e do MédioTec, que já estão em andamento. Bem como a pretensa aquisição atenderá outras futuras linhas de fomento, que disponibilizados pelo MEC/SECTEC ao Tocantins na Plataforma SISTEC para 2025/2 e 2026/1.

2.2. Justifica-se a presente aquisição, pois ela visa atender às necessidades de se promover aulas práticas dos cursos profissionalizantes, com os devidos materiais. Já que em se tratando da educação profissional a prática pedagógica tem por foco preparar o cursista para o mercado de trabalho, neste sentido, as aulas práticas têm o papel de reproduzir a rotina laboral dos cursistas egressos do PRONATEC, conforme exigem o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos – CNCT e Guia Nacional de Cursos de Formação Inicial e Continuada FICs.

2.3. Além do necessário uso nas aulas práticas a presente aquisição visa também garantir aos cursistas beneficiados com a bolsa-formação, os materiais necessários para as atividades nos trabalhos de campo, nos estágios curriculares, nas visitas técnicas e demais atividades extracurriculares que se fizerem necessárias no decorrer dos cursos.

2.4. Quanto à Legislação Específica do PRONATEC, esta aquisição atende ao § 2º do artigo 60, da Portaria MEC nº 168, de 08 de março de 2013, que determina ao parceiro ofertante o custeio de todo e qualquer material e equipamentos que se fizerem necessários no decorrer das aulas: “Os insumos de que trata o caput deste artigo incluem materiais didáticos, materiais escolares gerais e específicos”.

2.5. Neste mesmo sentido o artigo 6º § 4º da Lei 12.513/2011, orienta que:

“Para os efeitos desta Lei, bolsa-formação refere-se ao custo total do curso (...) é vedado cobrança direta aos estudantes de taxas de matrícula, custeio de material didático ou qualquer outro valor pela prestação do serviço.”

2.6. Portanto a presente aquisição constitui-se de materiais fundamentais para que as aulas práticas ocorram com segurança, devida higiene e o correto manuseio dos insumos, equipamentos e materiais inerentes à cada curso. Simulando assim, as reais condições de trabalho, que eles vivenciarão, quando egressos.





2.7. Visando economicidade, eficiência, celeridade nos procedimentos e atendimento irrestrito aos interesses coletivos e princípios norteadores do Programa de bolsa/formação, financiada com recursos do Governo Federal.

2.8. A modalidade escolhida para a realização deste certame licitatório será o Pregão na modalidade eletrônica e posterior Registro de Preços para eventuais e futuras contratações do objeto deste Termo de Referência. Visando economicidade, eficiência, celeridade nos procedimentos e atendimento irrestrito aos interesses coletivos e princípios norteadores do Programa de bolsa/formação, financiada com recursos do Governo Federal.

2.9. Justificativa das quantidades:

2.9.1. Para se chegar às quantidades necessárias, primeiramente fez-se levantamento, junto ao MEC/SISTEC dos cursos iniciados e concluídos nos exercícios anteriores.

2.9.2. A presente demanda também tem por base no número de vagas disponibilizadas em 2024. Ver tabelas a seguir:

CURSOS OFERTADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES A 2024

Curso	Município/ N° do Processo	Vagas
Téc. em Enfermagem	Araguaína: 2016/27000/7046	30
Téc. em Zootecnia	Araguaína: 2016/27000/7051	30
Téc. em Análises Clínicas	Araguaína: 2016/27000/7053	30
Téc. em Edificações	Araguaína: 2016/27000/7060 e 2016/27000/12715, Palmas: 2016/27000/7071	90
Téc. em Eletroeletrônica	Palmas: 2016/27000/7064	30
Téc. em Estética	Araguaína: 2016/27000/7059	30
Téc. em Prótese Dentária	Araguaína: 2016/27000/7056	30
Téc. Em Agroecologia	Gurupi: 2018/27000/5803	30
FIC-Açougueiro	Itapiratins: 2016/27000/7095	25
FIC-Ag. de Alimentação Escolar	Araguaína: 2020/27000/8922 e Miracema: 2020/27000/8920	50
FIC-Agricultor Familiar	Araguacema: 2016/27000/11029, Chapada de Areia: 2016/27000/10205, Divinópolis: 2016/27000/10178, Dois Irmãos: 2016/27000/10214, Marianópolis: 2016/27000/10174, Pium: 2019/27000/10719 e São Salvador 2016/27000/7076	175
FIC-Agricultor Florestal	Palmas: 2018/27000/6191	25
FIC-Agricultor Orgânico	Dianópolis: 2018/27000/6184, Gurupi 2018/27000/6188 e Palmas 2018/27000/6065	75
FIC-Avicultor	Arapoema: 2016/27000/10188, Bom Jesus do Tocantins: 2016/27000/10219, Buriti do Tocantins: 2016/27000/10197, Carrasco Bonito: 2016/27000/12280 e Juarina: 2016/27000/10177	125
FIC-Auxiliar	Pium: 2016/27000/10215, 2016/27000/10206 e	75





Agropecuário	2016/27000/10215	
FIC– Bovinocultor de Leite	Buriti Tocantins: 2016/27000/10197, Couto Magalhães: 2016/27000/10217, Goianorte: 2016/27000/10190, Itaguatins: 2016/27000/12508, Juarina: 2016/27000/10181 e Pedro Afonso: 2016/27000/10202	150
FIC–Borracheiro	Combinado: 2016/27000/7087	25
FIC–Cozinheiro	Araguatins: 2016/27000/7062	25
FIC–Criador de Peixes	Colinas: 2016/27000/10796	25
FIC–Cuidador de Idoso	Colinas: 2018/270000/6185, Guaraí: 2018/27000/6022, Gurupi: 2018/27000/6189 e 2020/27000/8917, Palmas: 2018/27000/6304, 2020/27000/8914 e 2020/27000/11996 e Porto Nacional: 2018/27000/6170	200
FIC – Eletricista de Rede	Colmeia: 2018/27000/6170 e Santa Rita: 2016/27000/7075	50
FIC–Frentista	Barrolândia: 2018/27000/6181, Dianópolis: 2018/27000/6016, Guaraí: 2018/27000/6186, Palmas: 2018/27000/6171, Paraíso: 2018/27000/6166 e Tocantinópolis: 2018/27000/6165	150
FIC–Fruticultor	Araguacema: 2016/27000/10199, Axixá: 2016/27000/10209, Guaraí: 2018/27000/6187, Bernardo Sayão: 2016/27000/10176, Miranorte: 2018/27000/6168 e São Sebastião: 2016/27000/1218	150
FIC–Horticultor Orgânico	Bom Jesus do Tocantins: 2016/27000/10220, Colmeia: 2016/27000/10211, Combinado: 2016/27000/10198, Dianópolis: 2016/27000/6184 e 2016/27000/10172, Goianorte: 2016/27000/10191 e 2016/27000/10193, Palmas: 2018/27000/6196, Pau D'arco: 2016/27000/10204, São Miguel: 2016/27000/10799, São Sebastião: 2016/27000/12882 e 2016/27000/11026	300
FIC–Manicure e Pedicure	Palmas: 2020/27000/8545	15
FIC–Maquiador	Esperantina: 2016/27000/7074, Palmas: 2018/27000/6172, Pedro Afonso: 2016/27000/1242 e Santa Terezinha: 2016/27000/7050	70
FIC–Mec. de Motocicletas	Araguaína: 2016/27000/7048	25
FI –Montador e Acabador de Calçados	Axixá: 2016/27000/7072	25
FIC–Op. de Escavadeira Hidráulica	Cristalândia: 2016/27000/7089	25
FIC–Operador de Movimentação de Cargas	Colinas: 2016/27000/7093	25
FIC–Padeiro	Barrolândia: 2017/27000/16754, Carmolândia: 2017/27000/16751, Itapiratins: 2017/27000/5875, Lagoa do Tocantins: 2017/27000/5874 e Monte do Carmo: 2019/27000/10851	125
FIC–Pedreiro de Alvenaria	Lagoa do Tocantins: 2017/27000/7101 e Palmas: 2020/27000/8543	30
FIC–Pintor de	Miracema: 2019/27000/15309, Palmas:	45





Obras Imobiliárias	2019/27000/1240 e 2016/27000/11020	
FIC–Pizzaiolo	Barrolândia: 2016/27000/7099	25
FIC–Prod. de Mandioca	Paraná: 2016/27000/10196	25
FIC–Refrigeração e Climatização Industrial	Araguaína: 2016/27000/7045	25
TOTAL GERAL		2.385

2.9.3. E principalmente, observaram-se as pactuações de novos cursos iniciados em 2024. Veja tabela a seguir:

CURSOS PACTUADOS OFERTADOS EM 2024

CURSO	MUNICÍPIO / NÚMERO DO PROCESSO	VAGAS
FIC– Agente de Desenvolvimento Sócioambiental	Lagoa da Confusão: 2024/27000/3463, 2024/27000/3464 e 2024/27000/3465, Rio Sono: 2024/27000/3466 e Santa Fé: 2024/27000/3458	100
FIC – Agricultor Agroflorestal	Porto Nacional: 2024/27000/15696 e 024/27000/15699	40
FIC – Agricultor Orgânico	Buriti do Tocantins: 2024/27000/15694	80
FIC – Criador de Peixes em Viveiros Escavados	Aragominas: 2024/27000/19873, Esperantina: 2024/27000/19874, Muricilândia: 2024/27000/19875, Ponte Alta do Tocantins: 2024/27000/19878 e Tocantínia: 2024/27000/19879	100
FIC – Cuidador de Idoso	Dois Irmãos: 2024/27000/20202 e Miracema: 2024/27000/20198	40
FIC – Frentista	Nova Olinda: 2024/27000/20236	20
FIC – Fruticultor	Nazaré: 2024/27000/20059	20
FIC – Horticultor Orgânico	Aragominas: 2024/27000/20240, Barra do Ouro: 2024/27000/20072, Buriti do Tocantins: 2024/27000/16575, Muricilândia 2024/27000/15676, Porto Nacional: 2024/27000/15685 e 2024/27000/15684, Rio Sono: 024/27000/15675, Sítio Novo: 2024/27000/15673, Talismã: 2024/27000/15682, Tocantínia:	255





	2024/27000/20070 e Tocantinópolis: 2024/27000/15680.	
FIC – Manicure e Pedicure	Ananás: 2024/27000/16693, Centenário: Colinas do Tocantins: 2024/27000/20063, 2024/27 000/20064, 2024/27000/16706 e 2024/27000/20066, Porto Nacional: 2024/27000/16696, 2024/27000/20068, 2024/2 7000/16700 e 2024/27000/20235.	250
FIC – Maquiador	Colinas do Tocantins: 2 2024/27000/16699, Pa lmas: 20 24/27000/16705, 2024/27000/16703 e 2024/27000/16625 e Porto Nacional: 2024/27000/16695	145
FIC – Produtor de Mandioca	Formoso do Araguaia: 2024/27000/20045 e 2024/27000/20054, Lagoa da Confusão: 2024/27000/20053 e 2024/270 00/20041 e Tocantinó polis: 2024/27000/20042 e 2024/27000/20074.	140
	TOTAL DE VAGAS	1.190

2.10. Para se chegar ao total a ser adquirido, considerou-se ainda a quantidade de aquisições anteriores, conforme processos: nº 2017/27000/016908, 2023/270009/62, 2023/270009/724, 2024/270009/12695 e 2024/270009/12871.

2.11. Além disso, levaram-se em consideração os cursos homologados, que já estão em andamento, bem como os pactuados, que estão aguardando confirmar as respectivas matrículas, os quais se iniciarão no segundo semestre de 2025.

2.12. E por último destaca-se que as quantidades, aqui demandadas, levam em conta também a expectativa de novas pactuações, com o MEC/SETEC para o segundo semestre de 2025, cujos cursos iniciar-se-ão em 2026.

2.13. Os materiais serão destinados, exclusivamente, aos cursos profissionalizantes e alunos regularmente matriculados no SISTEC/MEC, no âmbito PRONATEC – Rede Estadual.

3. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO OBJETO E ESTIMATIVA DE VALOR





3.1. Os quantitativos constantes na tabela a seguir são resultantes dos levantamentos elencados nas tabelas dos itens **2.9.2** e **2.9.3**. Eles demonstram as quantidades necessárias para o bom desenvolvimento das aulas prática e para o correto funcionamento das atividades do PRONATEC/TO, conforme planejadas nos respectivos Planos de Curso.

GRUPO 01**GRUPO – 01 MATERIAS PARA AULAS PRÁTICA DOS CURSOS DO EIXO
TECNOLÓGICO AMBIENTE E SAÚDE - PRONATEC/SEDUC**

Item	Unid.	QTD.	DESCRIÇÃO	Valor Unitário	Valor Total
01	Unid.	200	Álcool – Finalidade: multiuso, higienização. Categoria: etílico hidratado; Aspecto físico: gel; INPM: 67°. Potencial Hidrogeniônico (pH): 5 a 7 (25 °C); Odor: característico de álcool; Composição: álcool etílico, espessante, alcalinizante. Frasco de 1 litro.	R\$ 19,93	R\$ 3.986,00
02	Pacote	120	Algodão: Formato Disco – Diâmetro: 5,7 cm. Pacote com 50 Unidades, no mínimo.	R\$ 19,80	R\$ 2.376,00
03	Pacote	29	Algodão: Formato Rolo – Embalagem: com 250 g.	R\$ 25,91	R\$ 751,39
04	Unid.	200	Alicate para Cutículas – Material: aço inoxidável; Cabo: em aço inoxidável; Ponta: fina; Requisito: autoclavável.	R\$ 41,75	R\$ 8.350,00
05	Unid.	200	Base Líquida – Acabamento: matte; Cor: diversa; Requisito: Resistente à água. Embalagem: 30 ml, no mínimo.	R\$ 45,64	R\$ 9.128,00
06	Unid.	400	Batom em Bastão – Tipo: matte e cremoso; Cores: diversas.	R\$ 22,50	R\$ 9.000,00
07	Rolo	10	Bobina Plástica - Material: polietileno de alta densidade - PEAD; Micras: 0,10; Medida: 40 x 60 cm (L x A); Capacidade: 10 kg; Cor: transparente; Requisito: com solda reforçada no fundo e lateral; Informações adicionais: picotado. Rolo com 500 Unidades.	R\$ 24,04	R\$ 240,40
08	Unid.	30	Cera Depilatória – Tipo: quente; Composição: à base de açúcar; Requisito: solúvel em água. Embalagem: 1,3 kg, no mínimo.	R\$ 44,84	R\$ 1.345,20
09	Cartela	140	Cílios Postiços – Fios: sintéticos; Tamanho: 23 mm. Cartela com 5 Pares.	R\$ 34,81	R\$ 4.873,40
10	Unid.	140	Cola para Cílios – Cor: preta; Embalagem: frasco com 14 ml, no mínimo.	R\$ 37,38	R\$ 5.233,20
11	Unid.	140	Corretivo Facial – Apresentação: líquido;	R\$ 37,35	R\$ 5.229,00





			Cor: bege claro; Informações adicionais: Resistente à água. Embalagem: 8 ml, no mínimo.		
12	Unid.	200	Cortador de Unha – Material: aço carbono; Medida: 7,5 cm de comprimento; Informações adicionais: sem lixa.	R\$ 8,19	R\$1.638,00
13	Unid.	200	Cotonete – Material: polipropileno; Haste: plástica; Informações adicionais: descartável, estéril. Embalagem com 50 Unidades, no mínimo.	R\$ 7,58	R\$ 1.516,00
14	Unid.	200	Delineador de Olhos – Apresentação: líquido; Cor: preta; Embalagem: frasco com 1,7 ml, no mínimo.	R\$ 33,93	R\$ 6.786,00
15	Unid.	140	Demaquilante – Apresentação: deve remover a maquiagem de forma eficaz, mesmo as que são a prova d'água. Não provocar ardência nos olhos e respeitar o pH da pele. Embalagem: 120 ml, no mínimo.	R\$ 50,05	R\$ 7.007,00
16	Unid.	140	Esfoliante para Pés – Composição: com ácido salicílico; Embalagem: com 100 g. no mínimo.	R\$ 27,84	R\$ 3.897,60
17	Unid.	600	Esmalte – Cores: diversas; Acabamento: cremoso; Requisito: hipoalergênico e secagem rápida. Embalagem de 8 ml, no mínimo.	R\$ 10,00	R\$ 6.000,00
18	Unid.	140	Espátula para Cutícula – Material: corpo e ponta em aço inoxidável; Ponta: dupla; Comprimento mínimo de 14 cm.	R\$ 20,80	R\$ 2.912,00
19	Pacote	04	Espátula/Palito para Depilação – Material: madeira; Medida: 13, 8 x 1,5 cm (C x L). Pacote com 100 Unidades.	R\$ 22,52	R\$ 90,08
20	Unid.	200	Espelho de Mesa – Tipo: dupla face; Diâmetro: 30 cm, mínimo; Base: em aço inoxidável, giratória, com ajuste de ângulo de 360°; Requisito: com zoom de até 5 x.	R\$ 122,59	R\$ 24.518,00
21	Unid.	200	Frasco – Finalidade: borrifar e pulverizar; Material: plástico; Capacidade: 300 ml ; Cor: transparente; Requisito: com válvula gatilho rosqueável, regulagem em spray, jato e trava do gatilho.	R\$ 24,96	R\$ 4.992,00
22	Unid.	200	Frasco – Finalidade: borrifar e pulverizar; Material: plástico; Capacidade: 700 ml ; Cor: transparente; Requisito: com válvula gatilho rosqueável, regulagem em spray, jato e trava do gatilho.	R\$ 30,82	R\$ 6.164,00





23	Unid.	40	Gel Pós-Depilação – Composição: aloe vera; Embalagem: 300 g. no mínimo.	R\$ 47,75	R\$1.910,00
24	Kits	200	Jogo/Conjunto/Kit de pincel para maquiagem – Cabo: plástico; Cerdas: sintética. Com 24 Unidades. Tamanhos: 15 cm, mínimo. Sendo: 8 – Pincéis chato de sombra; 5 – Pincéis de sombra arredondado; 3 – Pincéis de blush; 1 – Pincel de base e corretivo; 1 – Pincel de batom; 1 – Pincel de pó; 1 – Pincel delineador de lábios ou olhos; 1 – Pincel de sobancelha; 1 – Pincel de rímel; 1 – Pincel para esfumacar; 1 – Pincel leque.	R\$ 119,72	R\$ 23.944,00
25	Pacote	30	Lixa para unha – Comprimento: 16,5 cm; Cor: diversa. Pacote com 24 Unidades.	R\$ 18,08	R\$ 542,40
26	Unid.	40	Loção Pré-Depilatória – Composição: com extrato de hortelã; Aplicação: corpo e face; Embalagem: 300 ml.	R\$ 79,21	R\$ 3.168,40
27	Unid.	200	Máscara de Cílios – Cor: preta; Embalagem: frasco com 9 ml, no mínimo; Informações adicionais: à prova d'água.	R\$ 47,83	R\$ 9.566,00
28	Cx.	10	Máscara Descartável – Finalidade: proteção contra agentes de transmissão aérea por gotículas; Categoria: cirúrgica; Material: polipropileno; Cor: branca; Tamanho: único; Requisito: tripla camada com filtro e elástico, clipe nasal, descartável, soldada eletronicamente por ultrassom. Caixa com 50 Unidades.	R\$ 17,39	R\$ 173,90
29	Unid.	40	Óleo Pós-Depilação – Aplicação: corpo e face; Fragrância: diversa; Embalagem: frasco com 240 ml, no mínimo.	R\$ 42,56	R\$ 1.702,40
30	Pacote	07	Palito de Unha – Material: laranjeira; Ponta: chanfrada. Pacote com 100 Unidades, no mínimo.	R\$ 36,19	R\$ 253,33
31	Pacote	07	Palito de unha – Material: laranjeira; Ponta: fina. Pacote com 100 Unidades, no mínimo.	R\$ 42,52	R\$ 297,64
32	Pacote	10	Papel para Depilação - Categoria: lenço; Material: tnt; Medida: 23 x 7,5 cm (C x L); Cor: branca. Pacote com 50 Unidades, no	R\$ 36,49	R\$ 364,90





			mínimo.		
33	Unid.	200	Pó Compacto – Acabamento: matte; Cor: bege claro; Embalagem de 10 g. No mínimo.	R\$ 35,63	R\$ 7.126,00
34	Unid.	200	Primer Facial – Apresentação: creme; Acabamento: matte; Embalagem: 25 ml, no mínimo; Informações adicionais: toque aveludado.	R\$ 90,00	R\$ 18.000,00
35	Unid.	400	Removedor de Esmalte – Composição: sem acetona; Embalagem: frasco com 100 ml. No mínimo.	R\$ 11,44	R\$ 4.576,00
36	Unid.	200	Removedor para Cutícula – Apresentação: creme; Composição: água, álcool isopropílico, hidróxido de sódio, lauril éter sulfato de sódio; Embalagem: 120 g. No mínimo.	R\$ 25,44	R\$ 5.088,00
37	Unid.	200	Sombra – Categoria: adulto; Apresentação: pó; Cores: diversas; Requisito: paleta com 12 cores, no mínimo.	R\$ 50,00	R\$ 10.000,00
38	Unid.	40	Talco para Depilação – Apresentação: em pó; Ação: neutra; Embalagem: de 100g. No mínimo.	R\$ 13,40	R\$ 536,00
39	Unid.	20	Tesoura Cabeleireiro – Tipo: reta; Material: aço inoxidável; Tamanho mínimo: 7"; Cabo: polipropileno.	R\$ 193,80	R\$ 3.876,00
40	Unid.	120	Tesoura para Unha – Material: aço inoxidável; Cabo: em aço inoxidável; Ponta: curva; Requisito: autoclavável.	R\$ 34,72	R\$ 4.166,40
41	Unid.	200	Toalha de Rosto – Material: 100% algodão; Medida: 70 x 45 cm, no mínimo (L x A); Cor: branca; Gramatura: 80 g/m²; Informações adicionais: Cor branca.	R\$ 43,37	R\$ 8.674,00
42	Pacote	20	Toalha Descartável – Material: viscose; Medida: 30 x 29 cm (C x L); Gramatura: 50 g/m²; no mínimo. Cor: branca. Pacote com 50 unidades.	R\$ 53,57	R\$ 1.071,40
SUBTOTAL - GRUPO 1			R\$ 221.070,04		
GRUPO 02					
GRUPO – 02 MATERIAS PARA AULAS PRÁTICA DOS CURSOS DO EIXO TECNOLÓGICO RECURSOS NATURAIS - PRONATEC/SEDUC					
ITE M	UND	QTD	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL





01	Unid.	40	Balde – Material: polietileno de alta densidade – PEAD; Cor: preta; Alça: alumínio; Capacidade: 10 L ; Requisito: estrutura reforçada, resistente a impactos.	R\$ 38,38	R\$ 1.535,20
02	Unid.	40	Balde – Material: polietileno de alta densidade – PEAD; Cor: preta; Alça: alumínio; Capacidade: 12 L; Requisito: estrutura reforçada, resistente a impactos.	R\$ 38,34	R\$ 1.533,60
03	Unid.	40	Balde em Plástico com Bico – Com capacidade mínima de 12 litros , graduado na escala de intervalo de no máximo 1 litro.	R\$ 48,05	R\$ 1.922,00
04	Unid.	20	Balde – Material: plástico; Cor: branca ; Alça: de plástico; Capacidade: 20 L ; Requisito: com tampa e lacre .	R\$ 75,76	R\$ 1.515,20
05	Unid.	500	Bandeja para Mudar/Sementeira – Material: poliestireno expandido; Quantidade de 200 células de célula: 18 cm ³ , no mínimo. Requisito: Leve e flexível, possibilitando o reaproveitamento.	R\$ 20,89	R\$ 10.445,00
06	Unid.	650	Chapéu – Modelo: Australiano ; Tipo: pescador; Material: brim, 100% algodão; Cor: cáqui; Requisito: com proteção na nuca, botões de pressão para prender as abas, cordão para pescoço e forro interno; Informações adicionais: com logotipo/logomarca institucional em bordado.	R\$ 35,73	R\$ 23.224,50
07	Unid.	40	Colher de Pau – Madeira Reflorestamento Tradicional 44 Cm. No mínimo.	R\$ 40,38	R\$ 1.615,20
08	Unid.	40	Facão – Tipo: para mato; Material: aço carbono; Cabo: em polipropileno; Tamanho: 12".	R\$ 55,07	R\$ 2.202,80
09	Saco	30	Fertilizante: Ácido Bórico – Categoria ácido inorgânico; Informações adicionais: fórmula química H ₃ BO ₃ e peso molecular 61,84, teor de óxido de boro (B ₂ O ₃) 56,00 %, de boro 17,00 %, de sulfato 0,1 % e de ferro 0,002 %. Saco com 3 Quilos, no mínimo.	R\$ 216,25	R\$ 6.487,50
10	Saco	100	Fertilizante: Adubo, Categoria Orgânico ; Requisito: bem curtido. Saco com 25 quilos, no mínimo.	R\$ 7,67	R\$ 767,00
11	Saco	20	Fertilizante: Adubo NPK – Composição: 05 – 25 – 15. Pacotes de 1 Quilo, no mínimo.	R\$ 135,89	R\$ 2.717,80
			Fertilizante: Sulfato de Cobre –	R\$ 79,07	R\$ 3.953,50





12	Saco	50	Informações adicionais: teor e forma do nutriente 11% de S e 24% de cobre. Saco com 1 Quilo, no mínimo.		
13	Saco	20	Fertilizante: Sulfato de Magnésio – Informações adicionais: teor e forma do nutriente 11% de S e 9% de Mg. Saco com 1 Quilo, no mínimo.	R\$ 37,70	R\$ 754,00
14	Saco	20	Fertilizante: Sulfato de Zinco – Informações adicionais: teor e forma do nutriente 9% de S e 20% de Zn. Saco com 1 Quilo.	R\$ 51,27	R\$ 1.025,40
15	Unid.	10	Fita para Enxertia – Tipo: picotada; Medida: 60 m x 18 mm (C x L); Cor: transparente.	R\$ 98,26	R\$ 982,60
16	Unid.	40	Jarra Medidora – Material: plástico; Capacidade: 500 ml; Medição: em litros e mililitros.	R\$ 31,75	R\$ 1.270,00
17	Unid.	400	Óculos de Proteção – Material: policarbonato; Informações adicionais: resistente a impactos e choques físicos de materiais sólidos e líquidos, apoio nasal e proteção lateral do mesmo material da lente.; Proteção: UVA e UVB; Hastes: estilo espátula com ajuste de comprimento.	R\$ 28,18	R\$ 11.272,00
18	Unid.	600	Placa de Identificação de Planta – Material: PVC; Medida: 5 x 4 cm (L x A); Haste: 15 cm; Cor: branca.	R\$ 4,85	R\$ 2.910,00
19	Pacote	10	Saco para muda – Tamanho: 22 x 17 cm (C x L); Finalidade: para muda. Pacote de 1 Quilo.	R\$ 46,16	R\$ 461,60
20	Pacote	100	Semente de Abobrinha: Variedade Caserta Italiana – Embalagem: com 10 g; Germinação mínima: 75%.	R\$ 8,04	R\$ 804,00
21	Pacote	200	Semente de alface: Variedade Grande Lago Americana – Embalagem: com 10 g, no mínimo. Com Germinação mínima: 75%.	R\$ 16,76	R\$ 3.352,00
22	Pacote	100	Semente de Alface: Variedade lisa - Embalagem: com 10 g, no mínimo. Com Germinação mínima: 75%.	R\$ 12,12	R\$ 1.212,00
23	Pacote	100	Semente de Beterraba: Variedade maravilha – Embalagem: com 5 g; Germinação mínima: 75%.	R\$ 10,75	R\$ 1.075,00
24	Pacote	100	Semente de Cebolinha: Variedade Todo Ano – Embalagem: com 3 g, no mínimo. Com Germinação mínima: 75%.	R\$ 7,28	R\$ 728,00





25	Pacote	100	Semente de Cenoura: Variedade Brasília – Embalagem: com 10 g; Germinação mínima: 75%.	R\$ 8,31	R\$ 831,00
26	Pacote	100	Semente de Coentro: Variedade Super Verdão – Embalagem: com 10 g, no mínimo. Com Germinação mínima: 75%.	R\$ 9,00	R\$ 900,00
27	Pacote	100	Semente de Couve Manteiga: Variedade Geórgia – Embalagem: com 50 g; Germinação mínima: 75%.	R\$ 8,56	R\$ 856,00
28	Pacote	50	Semente de Maracujá: Variedade, Redondo Amarelo – Embalagem: com 2 g, no mínimo. Com Germinação mínima: 75%.	R\$ 15,00	R\$ 750,00
29	Pacote	30	Semente de Rúcula: Variedade Gigante de Folha Larga – Embalagem: com 100 g; Germinação mínima: 75%; Requisito: peletizada.	R\$ 62,77	R\$ 1.883,10
SUBTOTAL - GRUPO 2					R\$ 88.986,00
TOTAL					R\$ 310.056,04

3.2. O valor estimado para a referida despesa totalizará a quantia de **R\$ 310.056,04 (trezentos e dez mil e cinquenta e seis reais e quatro centavos)**, sendo **R\$ 221.070,04 (trezentos e dez mil quatro centavos)** referentes ao **GRUPO 01**, e **R\$ 88.580,20 (oitenta e oito mil novecentos e oitenta e seis reais)** referentes ao **GRUPO 02**.

3.3. A memória de cálculo do objeto foi realizada da seguinte forma:

A memória de cálculo do objeto foi realizada da seguinte forma: = A quantidade, multiplicada pelo valor unitário, e após o resultado total por item, foi realizado a soma de todos os itens.

$$QNT \times VL \text{ UNT} = VT$$

3.4. A natureza do objeto a ser licitado enquadra-se como bem comum nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021, por possuir padrões de desempenho e características gerais e específicas, usualmente encontradas no mercado, e poderá ser licitado pela modalidade de Pregão Eletrônico regido pelo sistema de Registro de Preços.

3.5. Estimativas do valor da contratação, nos termos da Instrução Normativa nº 65, de 7 de julho de 2021, acompanhadas dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, com os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços e para os respectivos cálculos, que devem constar de documento separado e classificado. (mapa de cotação de pesquisa de preços realizados pelo setor de compras).

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

4.1. No decorrer do presente Termo de Referência concluiu-se que, o material a ser adquirido





enquadra-se como bem comum nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021, por possuir padrões de desempenho e características gerais e específicas, usualmente encontradas no mercado, e poderá ser licitado pela modalidade de Pregão Eletrônico, regido pelo sistema de Registro de Preços para eventual aquisição dos materiais, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no item 03.

4.2. A entrega deverá ser efetuada no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, a contar da SOLICITAÇÃO feita pela Diretoria de Administração, conforme necessidade do Programa, devendo a entrega do referido material, ser efetuada no Almoxarifado Central da SEDUC/TO, em dias úteis das 08h 00min às 14h00 min horas, situado na 206 Norte NS - 8, Avenida 05, QI - 4 Plano Diretor Norte, CEP: 77.065-600 – Palmas – TO, na presença do fiscal do contrato.

4.3. Aquisição de Materiais de consumo para as aulas práticas dos cursos ofertados pelo PRONATEC/SEDUC apresentou-se como única solução viável para atender a necessidades inerentes aos cursos. Sendo esta solução a mais vantajosa e econômica para esta Administração.

4.4. Não será necessária qualquer adequação, deste órgão para receber e armazenar os materiais, em tela. Ademais, não se verificou qualquer impacto ambiental. Sendo apenas necessário que atendam aos critérios e políticas de sustentabilidade ambiental, descritos neste Documento.

5. GARANTIA E CONDIÇÕES DE MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

5.1. Os produtos deverão ter o prazo de garantia mínima de 12 meses, contados da data da entrega, observando para tanto a legislação vigente, sendo que as entregas ocorrerão de forma parcelada, conforme a necessidade e quando solicitado pela Administração.

5.1.1. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

5.2. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante, o prazo de validade, este deverá ser descrito nas rotulagens dos produtos através das expressões designativas abaixo, suas abreviações ou outras expressões equivalentes:

- VÁLIDO ATÉ: (MÊS/ANO);
- VÁLIDO POR: MESES, a partir da data de fabricação;
- DATA DE FABRICAÇÃO (MÊS/ANO).

5.3. As precauções de uso necessárias para prevenir o usuário dos riscos de ingestão, inalação, irritabilidade da pele e/ou olhos e inflamabilidade do produto, quando for o caso, além das frases: "Conserve fora do alcance das crianças e dos animais domésticos" e "Antes de usar leia as instruções do rótulo"; "Em caso de contato com os olhos, lavar com água em abundância. Se ingerido, consultar de imediato o Centro de Intoxicações ou Serviço de Saúde mais próximo".

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1. O fornecimento dos materiais, objeto deste Termo de Referência, dar-se-á mediante emissão de Nota de Empenho, seguida da Formalização do Contrato.

6.2. A empresa deverá estar regular perante aos órgãos públicos e obrigada a cumprir todas as exigências contidas no Termo de Referência e no Contrato a ser firmado, dando integral





cumprimento a sua proposta, a qual passa a integrar o Contrato, independentemente de transcrição.

6.3. Dos Requisitos de Qualidade e Segurança

6.3.1. Os equipamentos, materiais e insumos fornecidos deverão, obrigatoriamente, atender às exigências de qualidade, observados os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de qualidade industrial, atentando-se o proponente, principalmente para as prescrições contidas no art. 8º, § 1º e 2º da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), bem como conter indicação da marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade, conforme o caso.

6.3.2. A indicação da forma de uso, precauções e cuidados especiais deverão ser expressas em prospectos ou equivalentes, que acompanhem, obrigatoriamente, o produto, devendo na rotulagem figurar a advertência: "Antes de usar leia as instruções do prospecto explicativo" ou frase equivalente.

a) SUSTENTABILIDADE:

6.4. Respeitados os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, a empresa deverá adotar práticas de sustentabilidade e de natureza ambiental e no fornecimento de insumos, observando, no que for cabível, a legislação pertinente, bem como deverão atender à melhor relação entre custo e benefício, considerando-se os impactos ambientais, positivos e negativos, associados ao produto.

6.5. Os critérios de sustentabilidade são aqueles previstos nas especificações do objeto e/ou obrigações da Contratada como requisito previsto em lei especial.

6.6. Bem como se sustenta no o Artigo 5º e respectivos incisos da Instrução Normativa nº 01, de 19/01/2010 da SLTI/MPOG. Que quando da aquisição de bens, a licitação pública poderá exigir os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental:

6.6.1. Os produtos matérias devem ser preferencialmente, acondicionados em embalagens compostas por materiais recicláveis individuais, adequadas com o menor volume possível, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento em atenção ABNT NBR 15448-2;

6.6.2. Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

6.6.3. Que os produtos não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs);

6.6.4. Para os materiais celulósico (RDC nº 88/2016), metálico (RDC nº 20/2007) e vidro e cerâmica (Portaria nº 27/1996) é permitido o uso de material reciclado.

6.7. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:





- 6.7.1. Maior vida útil;
- 6.7.2. Menor custo de manutenção;
- 6.7.3. Uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais;
- 6.7.4. Origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados;
- 6.7.5. Menor geração de resíduos;
- 6.7.6. Materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local.

6.8. Declarações do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação da aquisição dos bens em questão.

b) DA EXIGÊNCIA DE AMOSTRA

6.9. Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar poderá apresentar amostra, que terá data, local e horário de sua realização divulgada por mensagem no sistema, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais fornecedores interessados.

6.10. Poderão ser exigidas amostras dos seguintes itens:

6.10.1. Álcool – Finalidade: multiuso, higienização. Categoria: etílico hidratado; Aspecto físico: gel; INPM: 67°. Potencial Hidrogeniônico (pH): 5 a 7 (25 °C); Odor: característico de álcool; Composição: álcool etílico, espessante, alcalinizante. Frasco de 1 litro

6.10.2. Algodão: Formato Disco – Diâmetro: 5,7 cm. Pacote com 50 Unidades, no mínimo

6.10.3. Algodão: Formato Rolo – Embalagem: com 250 g.

6.10.4. Alicate para Cutículas – Material: aço inoxidável; Cabo: em aço inoxidável; Ponta: fina; Requisito: autoclavável.

6.10.5. Base Líquida – Acabamento: matte; Cor: diversa; Requisito: Resistente à água. Embalagem: 30 ml, no mínimo.

6.10.6. Batom em Bastão – Tipo: matte e cremoso; Cores: diversas.

6.10.7. Bobina Plástica - Material: polietileno de alta densidade - PEAD; Micras: 0,10; Medida: 40 x 60 cm (L x A); Capacidade: 10 kg; Cor: transparente; Requisito: com solda reforçada no fundo e lateral; Informações adicionais: picotado. Rolo com 500 Unidades.

6.10.8. Cera Depilatória – Tipo: quente; Composição: à base de açúcar; Requisito: solúvel em água. Embalagem: 1,3 kg, no mínimo.

6.10.9. Cílios Postiços – Fios: sintéticos; Tamanho: 23 mm. Cartela com 5 Pares.

6.10.10. Cola para Cílios – Cor: preta; Embalagem: frasco com 14 ml, no mínimo.

6.10.11. Corretivo Facial – Apresentação: líquido; Cor: bege claro; Informações adicionais: Resistente à água. Embalagem: 8 ml, no mínimo.

6.10.12. Cortador de Unha – Material: aço carbono; Medida: 7,5 cm de comprimento; Informações adicionais: sem lixa.

6.10.13. Cotonete – Material: polipropileno; Haste: plástica; Informações adicionais: descartável, estéril. Embalagem com 50 Unidades, no mínimo.

6.10.14. Delineador de Olhos – Apresentação: líquido; Cor: preta; Embalagem: frasco com 1,7 ml, no mínimo.





6.10.15. Demaquilante – Apresentação: deve remover a maquiagem de forma eficaz, mesmo as que são a prova d'água. Não provocar ardência nos olhos e respeitar o pH da pele. Embalagem: 120 ml, no mínimo.

6.10.16. Esfoliante para Pés – Composição: com ácido salicílico; Embalagem: com 100 g. no mínimo.

6.10.17. Esmalte – Cores: diversas; Acabamento: cremoso; Requisito: hipoalergênico e secagem rápida. Embalagem de 8 ml, no mínimo.

6.10.18. Espátula para Cutícula – Material: corpo e ponta em aço inoxidável; Ponta: dupla; Comprimento mínimo de 14 cm.

6.10.19. Espátula/Palito para Depilação – Material: madeira; Medida: 13, 8 x 1,5 cm (C x L). Pacote com 100 Unidades.

6.10.20. Espelho de Mesa – Tipo: dupla face; Diâmetro: 30 cm, mínimo; Base: em aço inoxidável, giratória, com ajuste de ângulo de 360°; Requisito: com zoom de até 5 x.

6.10.21. Frasco – Finalidade: borrifar e pulverizar; Material: plástico; Capacidade: **300 ml**; Cor: transparente; Requisito: com válvula gatilho rosqueável, regulagem em spray, jato e trava do gatilho.

6.10.22. Frasco – Finalidade: borrifar e pulverizar; Material: plástico; Capacidade: **700 ml**; Cor: transparente; Requisito: com válvula gatilho rosqueável, regulagem em spray, jato e trava do gatilho.

6.10.23. Gel Pós-Depilação – Composição: aloe vera; Embalagem: 300 g. no mínimo.

6.10.24. Jogo/Conjunto/Kit de pincel para maquiagem – Cabo: plástico; Cerdas: sintética. Com 24 Unidades. Tamanhos: 15 cm, mínimo. Sendo os itens necessários para amostra:

- 1 – Pincel chato de sombra;
- 1 – Pincel de sombra arredondado;
- 1 – Pincel de blush;
- 1 – Pincel de base e corretivo;
- 1 – Pincel de batom;
- 1 – Pincel de pó;
- 1 – Pincel delineador de lábios ou olhos;
- 1 – Pincel de sobrancelha;
- 1 – Pincel de rímel;
- 1 – Pincel para esfumçar;
- 1 – Pincel leque.

6.10.25. Lixa para unha – Comprimento: 16,5 cm; Cor: diversa. Pacote com 24 Unidades.

6.10.26. Loção Pré-Depilatória – Composição: com extrato de hortelã; Aplicação: corpo e face; Embalagem: 300 ml.

6.10.27. Máscara de Cílios – Cor: preta; Embalagem: frasco com 9 ml, no mínimo; Informações adicionais: à prova d'água.

6.10.28. Máscara Descartável – Finalidade: proteção contra agentes de transmissão aérea por gotículas; Categoria: cirúrgica; Material: polipropileno; Cor: branca; Tamanho: único; Requisito: tripla camada com filtro e elástico, clipe nasal, descartável,





soldada eletronicamente por ultrassom. Caixa com 50 Unidades.

6.10.29. Óleo Pós-Depilação – Aplicação: corpo e face; Fragrância: diversa; Embalagem: frasco com 240 ml, no mínimo.

6.10.30. Palito de Unha – Material: laranjeira; **Ponta: chanfrada.** Pacote com 100 Unidades, no mínimo.

6.10.31. Palito de unha – Material: laranjeira; **Ponta: fina.** Pacote com 100 Unidades, no mínimo.

6.10.32. Papel para Depilação - Categoria: lenço; Material: tnt; Medida: 23 x 7,5 cm (C x L); Cor: branca. Pacote com 50 Unidades, no mínimo.

6.10.33. Pó Compacto – Acabamento: matte; Cor: bege claro; Embalagem de 10 g. No mínimo.

6.10.34. Primer Facial – Apresentação: creme; Acabamento: matte; Embalagem: 25 ml, no mínimo; Informações adicionais: toque aveludado.

6.10.35. Removedor de Esmalte – Composição: sem acetona; Embalagem: frasco com 100 ml. No mínimo.

6.10.36. Removedor para Cutícula – Apresentação: creme; Composição: água, álcool isopropílico, hidróxido de sódio, lauril éter sulfato de sódio; Embalagem: 120 g. No mínimo.

6.10.37. Sombra – Categoria: adulto; Apresentação: pó; Cores: diversas; Requisito: paleta com 12 cores, no mínimo.

6.10.38. Talco para Depilação – Apresentação: em pó; Ação: neutra; Embalagem: de 100g. No mínimo.

6.10.39. Tesoura Cabeleireiro – Tipo: reta; Material: aço inoxidável; Tamanho mínimo: 7"; Cabo: polipropileno.

6.10.40. Tesoura para Unha – Material: aço inoxidável; Cabo: em aço inoxidável; Ponta: curva; Requisito: autoclavável.

6.10.41. Toalha de Rosto – Material: 100% algodão; Medida: **70 x 45** cm, no mínimo (L x A); Cor: branca; Gramatura: 80 g/m²; Informações adicionais: Cor branca.

6.10.42. Toalha Descartável – Material: viscose; Medida: 30 x 29 cm (C x L); Gramatura: 50 g/m²; no mínimo. Cor: branca. Pacote com 50 unidades.

6.10.43. Balde – Material: polietileno de alta densidade – PEAD; Cor: preta; Alça: alumínio; Capacidade: **10 L**; Requisito: estrutura reforçada, resistente a impactos.

6.10.44. Balde – Material: polietileno de alta densidade – PEAD; Cor: preta; Alça: alumínio; Capacidade: 12 L; Requisito: estrutura reforçada, resistente a impactos.

6.10.45. Balde em Plástico com Bico – Com capacidade mínima de **12 litros**, graduado na escala de intervalo de no máximo 1 litro.

6.10.46. Balde – Material: plástico; **Cor: branca**; Alça: de plástico; Capacidade: **20 L**; Requisito: **com tampa e lacre.**

6.10.47. Bandeja para Mudanças/Sementeira – Material: poliestireno expandido; Quantidade de 200 células de célula: 18 cm³, no mínimo. Requisito: Leve e flexível, possibilitando o reaproveitamento.

6.10.48. Chapéu – **Modelo: Australiano**; Tipo: pescador; Material: brim, 100%





algodão; Cor: cáqui; Requisito: com proteção na nuca, botões de pressão para prender as abas, cordão para pescoço e forro interno; Informações adicionais: com logotipo/logomarca institucional em bordado.

6.10.49. Colher de Pau – Madeira Reflorestamento Tradicional 44 Cm. No mínimo.

6.10.50. Facão – “Tipo: para mato; Material: aço carbono; Cabo: em polipropileno; Tamanho: 12”.

6.10.51. Fertilizante: Ácido Bórico – Categoria ácida inorgânica; Informações adicionais: fórmula química H_3BO_3 e peso molecular 61,84, teor de óxido de boro (B_2O_3) 56,00 %, de boro 17,00 %, de sulfato 0,1 % e de ferro 0,002 %. Saco com 3 Quilos, no mínimo.

6.10.52. Fertilizante: Adubo, Categoria Orgânico; Requisito: bem curtido. Saco com 25 quilos, no mínimo.

6.10.53. Fertilizante: Adubo NPK – Composição: 05 – 25 – 15. Pacotes de 1 Quilo, no mínimo.

6.10.54. Fertilizante: Sulfato de Cobre – Informações adicionais: teor e forma do nutriente 11% de S e 24% de cobre. Saco com 1 Quilo, no mínimo.

6.10.55. Fertilizante: Sulfato de Magnésio – Informações adicionais: teor e forma do nutriente 11% de S e 9% de Mg. Saco com 1 Quilo, no mínimo.

6.10.56. Fertilizante: Sulfato de Zinco – Informações adicionais: teor e forma do nutriente 9% de S e 20% de Zn. Saco com 1 Quilo.

6.10.57. Fita para Enxertia – Tipo: picotada; Medida: 60 m x 18 mm (C x L); Cor: transparente.

6.10.58. Jarra Medidora – Material: plástico; Capacidade: 500 ml; Medição: em litros e mililitros.

6.10.59. Óculos de Proteção – Material: policarbonato; Informações adicionais: resistente a impactos e choques físicos de materiais sólidos e líquidos, apoio nasal e proteção lateral do mesmo material da lente.; Proteção: UVA e UVB; Hastes: estilo espátula com ajuste de comprimento.

6.10.60. Placa de Identificação de Planta – Material: PVC; Medida: 5 x 4 cm (L x A); Haste: 15 cm; Cor: branca.

6.10.61. Saco para muda – Tamanho: 22 x 17 cm (C x L); Finalidade: para muda. Pacote de 1 Quilo.

6.10.62. Semente de Abobrinha: Variedade Caserta Italiana – Embalagem: com 10 g; Germinação mínima: 75%.

6.10.63. Semente de alface: Variedade Grande Lago Americana – Embalagem: com 10 g, no mínimo. Com Germinação mínima: 75%.

6.10.64. Semente de Alface: Variedade lisa - Embalagem: com 10 g, no mínimo. Com Germinação mínima: 75%.

6.10.65. Semente de Beterraba: Variedade maravilha – Embalagem: com 5 g; Germinação mínima: 75%.

6.10.66. Semente de Cebolinha: Variedade Todo Ano – Embalagem: com 3 g, no mínimo. Com Germinação mínima: 75%.

6.10.67. Semente de Cenoura: Variedade Brasília – Embalagem: com 10 g;





Germinação mínima: 75%.

6.10.68. Semente de Coentro: Variedade Super Verdão – Embalagem: com 10 g, no mínimo. Com Germinação mínima: 75%.

6.10.69. Semente de Couve Manteiga: Variedade Geórgia – Embalagem: com 50 g; Germinação mínima: 75%.

6.10.70. Semente de Maracujá: Variedade, Redondo Amarelo – Embalagem: com 2 g, no mínimo. Com Germinação mínima: 75%.

6.10.71. Semente de Rúcula: Variedade Gigante de Folha Larga – Embalagem: com 100 g; Germinação mínima: 75%; Requisito: peletizada.

6.11. Solicitadas, as amostras deverão ser entregues no **Almoxarifado Central da Secretaria da Educação do Estado do Tocantins, situado no endereço: QD. 206 Norte, Avenida NS-08, Quadra 23, Lote 03, CEP: 77065-600, Palmas-TO, observado os horários de expediente do setor, a saber, das 08:00h às 14h e das 14:00h às 18h, em que o telefone para contato é (63) 32186109 e o e-mail: almoxarifado@seduc.to.gov.br,** sendo que a empresa assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega.

6.12. É facultada prorrogação o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada pelo interessado no chat do sistema ou por meio do e-mail do setor de licitação informado no Edital, antes de findo o prazo.

6.13. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas, a proposta será recusada.

6.14. POSSIBILIDADE DE PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO:

6.14.1. A participação em consórcio é tratada no artigo 15 da lei 14.133/21, a qual conferiu discricionariedade ao ente administrativo para permitir ou não tal condição no instrumento convocatório, desde que a opção seja justificada.

Assim, a administração opta pela participação de consórcios nesta licitação, a qual pode ser justificada pelos seguintes motivos principais.

6.15. A admissibilidade do consórcio fundamenta-se, especialmente, nos seguintes aspectos:

6.15.1. Viabilidade econômica e ganho de escala, tendo em vista o volume elevado e repetitivo de materiais de consumo, o que possibilita a redução significativa do custo unitário por meio da compra conjunta;

6.15.2. Redução de custos administrativos e operacionais, uma vez que a licitação conjunta tende a diminuir despesas com a elaboração de múltiplos editais, publicações oficiais e fiscalização de diversos contratos;

6.15.3. Melhoria do poder de negociação, pois o maior volume contratado atrai fornecedores de maior porte e especializados, ampliando a competitividade e a probabilidade de obtenção de preços mais vantajosos;

6.15.4. Padronização dos materiais, facilitando a gestão de estoque e a uniformização dos insumos utilizados nos cursos, quando aplicável;

6.15.5. Otimização logística, considerando que determinados materiais podem demandar transporte especializado ou condições específicas de armazenamento,





permitindo ao consórcio negociar soluções logísticas mais eficientes, inclusive com entregas fracionadas;

6.15.6. Ampliação da competitividade do mercado, especialmente em cenários de restrição de fornecedores locais, possibilitando que empresas de menor porte se associem para atender aos requisitos técnicos e operacionais do objeto;

6.15.7. Observância ao princípio da eficiência, nos termos do art. 15, inciso V, da Lei nº 14.133/2021;

6.15.8. Fomento às compras sustentáveis, facilitando a aquisição de produtos que atendam a critérios de sustentabilidade e a adequada gestão dos resíduos técnicos eventualmente gerados.

7. ENTREGA, CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO E EXECUÇÃO DO OBJETO

Entrega:

7.1. A entrega dos materiais deverá ocorrer no prazo máximo de **15 (quinze) dias úteis**, contados a partir da **Ordem de Entrega** emitida pela Diretoria de Administração da Secretaria da Educação, conforme a necessidade do Programa.

7.2. Os materiais deverão ser entregues no seguinte local:

7.2.1. Almoxarifado Central da Secretaria da Educação do Estado do Tocantins, situado no endereço: QD. 206 Norte, Avenida NS-08, Quadra 23, Lote 03, CEP: 77065-600, Palmas-TO, observado os horários de expediente do setor, a saber, das 08:00h às 14h e das 14:00h às 18h, em que o telefone para contato é (63) 32186109 e o e-mail: almoxarifado@seduc.to.gov.br.

7.3. A contratada será responsável por todas as despesas relativas ao transporte, incluindo frete, seguro, tributos, encargos trabalhistas e quaisquer outros custos incidentes sobre a entrega dos materiais, até o local definido pela Administração.

7.4. Caso não seja possível à entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 24 horas de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

7.5. No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a seis do prazo total recomendado pelo fabricante.

7.6. Caso os materiais venham em desacordo às especificações e/ou prazo de validade, danificados ou deteriorados deverá ser substituído no prazo máximo de **5 (cinco) dias** corridos. A carga e descarga serão por conta do fornecedor, sem ônus de frete para a Secretaria da Educação do Estado do Tocantins (SEDUC/TO).

7.7. Deverão ser aceitos os produtos em perfeitas condições, conforme descrição pormenorizada nas especificações técnicas do objeto.

7.8. Após minuciosa análise conclui-se que diante da singularidade finalística do objeto a ser licitado, que é, didaticamente ensinar a prática profissionalizante, a aglutinação dos itens em **2 (DOIS) GRUPOS**, é a mais adequada. Assim, os materiais da pretensa aquisição direcionam-se, especificamente aos EIXOS TECNOLÓGICOS MEIO AMBIENTE E SAÚDE E O DE RECURSOS NATURAIS.

7.9. Na divisão por lotes levou-se em conta natureza e segmento dos objetos, tal qual a





segmentação do comércio. Por isso, o **GRUPO 01** aglutina itens pertinentes ao eixo tecnológico, meio ambiente e saúde, enquanto o **GRUPO 02** comporta os itens do eixo tecnológico de recursos naturais.

7.10. Os itens de cada eixo tecnológico estão estritamente ligados. Pois para que a parte prática de cada curso aconteça de forma integral, todos os itens devem ser homologados, a fim de desenvolver o aprendizado dos cursistas, tal qual exige o mercado de trabalho e os respectivos planos de curso.

7.11. Assim, licitar por item, correr-se-á no risco de não haver proposta para um ou mais itens. Um item fracassado tornaria inviável se proceder com as aulas prática. A título de ilustração, se o esmalte e/ou o alicate ficassem sem proposta, não haveria como ensinar o ofício de manicure e pedicure.

7.12. Esta metodologia facilitará para que se efetive a finalidade da presente aquisição, que é atender com qualidade e celeridade a necessidades da Administração Pública, no que diz respeito à gestão da bolsa-formação, bem como garantirá o pleno aprendizado do aluno.

7.13. Ademais, os itens poderão ser fornecidos por diversos estabelecimentos dos respectivos segmentos, permitindo, assim, maior competitividade, diversidade de fabricantes e produtos, possibilitando melhor preço e maior redução no valor dos itens aglutinados em grupos. De forma, que mesmo a presente licitação ocorra por grupos, o Princípio da Economicidade e da Competitividade, será assegurado.

8. MODELO DE GESTÃO DE CONTRATO

8.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderão pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

8.3. As comunicações entre a contratante e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

8.4. A Secretaria da Educação poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

8.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, a Seduc poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

8.6. Fiscalização Técnica:

a) Acompanhamento do contrato com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação ou execução do objeto estão compatíveis com os indicadores estipulados no TR, para efeito de





pagamento conforme o resultado pretendido pela Administração Pública, podendo ser auxiliado pela fiscalização administrativa. **(Decreto Estadual 6.606/23 art. 26, inciso II).**

8.7. Atributos do fiscal técnico:

8.8. Cabe ao fiscal técnico do contrato e, nos seus afastamentos e impedimentos legais, ao substituto, em especial:

8.8.1. Prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato, subsidiando-o de informações pertinentes às suas competências;

8.8.2. Anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

8.8.3. Emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexatidão ou irregularidade constatada em desacordo com a execução do contrato, determinando prazo para a correção;

8.8.4. Informar ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;

8.8.5. Comunicar imediatamente ao gestor do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas;

8.8.6. Fiscalizar a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração Pública, conferindo as notas fiscais e as documentações exigidas para o pagamento, e após o atesto, encaminhar ao gestor de contrato, para ratificação;

8.8.7. Comunicar o gestor do contrato em tempo hábil o término do contrato sob sua responsabilidade, visando à tempestiva renovação ou prorrogação contratual;

8.8.8. Participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, juntamente com o fiscal administrativo e/ou setorial, de que trata o inciso VII do art. 30 do Decreto Estadual 6.606/23;

8.8.9. Auxiliar o gestor do contrato com as informações necessárias, para que elabore o documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, de que trata o inciso VIII do art. 30 do Decreto Estadual 6.606/23. (Decreto Estadual 6.606/23 art. 31).

8.9. Fiscalização Administrativa:

a) Acompanhamento dos aspectos administrativos contratuais quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como quanto ao controle do contrato administrativo e às providências tempestivas nos casos de inadimplemento. **(Decreto Estadual 6.606/23 art. 26, inciso III).**

8.10. Cabe ao fiscal administrativo do contrato e, nos seus afastamentos e impedimentos legais, do substituto, em especial:

8.10.1. Prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato, realizando tarefas relacionadas ao controle dos prazos do contrato, acompanhamento do empenho e pagamento, formalização de apostilamentos e termos aditivos, e acompanhamento de





garantias e glosas;

8.10.2. Verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, solicitando os documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário;

8.10.3. Examinar a regularidade no recolhimento das contribuições fiscal, trabalhista e previdenciária e, em caso de descumprimento, aplicar as medidas cabíveis;

8.10.4. Atuar tempestivamente na solução de eventuais problemas de descumprimento das obrigações contratuais, reportando ao gestor do contrato para providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

8.10.5. Participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, juntamente com o fiscal técnico e/ou setorial, de que trata o inciso VII do art. 30 do Decreto Estadual 6.606/23;

8.10.6. Auxiliar o gestor do contrato com as informações necessárias, para que elabore o documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, de que trata o inciso VIII do art. 30 do Decreto Estadual 6.606/23. (Decreto Estadual 6.606/23 art. 32).

8.11. Gestor do Contrato:

8.12. As atividades de gestão e fiscalização do contrato serão realizadas considerando as seguintes definições:

8.13. Gestão do contrato: coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica e administrativa e setorial, bem como dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para formalização dos procedimentos quanto aos aspectos que envolvam a prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção dos contratos, dentre outros. (**Decreto Estadual 6.606/23 art. 26**).

8.14. Caberá ao gestor do contrato e, nos seus afastamentos e impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:

8.14.1. Coordenar as atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa e setorial, de que dispõem os incisos II, III e IV do art. 26 do Decreto Estadual 6.606/23.

8.14.2. Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato ou dos terceiros contratados, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência.

8.14.3. Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para efeito de empenho de despesa e pagamento, devendo anotar no relatório de riscos eventuais problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e pagamento da despesa.

8.14.4. Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à necessidade ou não de eventuais adequações ao contrato para que atenda a finalidade da Administração Pública.





8.14.5. Coordenar os atos preparatórios à instrução processual e ao envio da documentação pertinente ao setor de contratos para formalização dos procedimentos de que dispõe o inciso I do art. 26 do Decreto Estadual 6.606/23.

8.14.6. Constituir relatório final, de que trata a alínea "d" do inciso VI do §3º do art. 174 da Lei Federal nº 14.133/2021, com as informações obtidas durante a execução do contrato, como forma de aprimoramento das atividades da Administração Pública, podendo ser utilizado como insumo para a confecção dos estudos técnicos preliminares, termo de referência e projeto básico das novas contratações.

8.14.7. Coordenar a atualização contínua do relatório de riscos durante a gestão do contrato, com apoio dos fiscais técnicos, administrativos e/ou setoriais.

8.14.8. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnicos, administrativos e/ou setoriais no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas.

8.14.9. Diligenciar para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei Federal nº 14.133/2021 ou pelo agente/setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto Estadual 6.606/23 art. 30).

9. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

a) Recebimento:

9.1. Recebimento provisório:

9.1.1. Os materiais entregues serão **recebidos provisoriamente no prazo de até 5 (cinco) dias úteis**, a contar da data da entrega no Almoxarifado, pelo(a) servidor(a) designado(a) para o acompanhamento e fiscalização do contrato, com a finalidade de verificação preliminar da conformidade com as especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência e na proposta da contratada.

9.1.2. Caso os materiais estejam em desacordo com o estabelecido, poderão ser rejeitados, total ou parcialmente, devendo ser substituídos no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, a contar da notificação formal à contratada, sem ônus para a Administração e sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas.

9.2. Recebimento definitivo:

9.2.1. O **recebimento definitivo** será formalizado mediante emissão de termo específico no prazo de até **15 (quinze) dias úteis**, contados do recebimento da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, após conferência e aceitação definitiva dos materiais quanto à qualidade, quantidade e conformidade com as exigências contratuais.

9.2.2. O prazo de que trata o item anterior poderá ser excepcionalmente prorrogado, **por igual período**, mediante justificativa formal da Administração, quando houver necessidade de diligências para aferição técnica dos bens entregues.

9.3. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do **art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021**, comunicando-





se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertence à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento;

9.4. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo;

9.5. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato;

b) LIQUIDAÇÃO:

9.6. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

9.7. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.8. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

9.8.1. o prazo de validade;

9.8.2. a data da emissão;

9.8.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

9.8.4. o período respectivo de execução do contrato;

9.8.5. o valor a pagar; e,

9.8.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

9.9. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

9.10. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.11. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

9.12. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.





9.13. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

9.14. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

9.15. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

c) PRAZO DE PAGAMENTO

9.16. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

9.17. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice:

9.17.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na entrega dos bens, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

9.17.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

9.17.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida.

d) FORMA DE PAGAMENTO

9.18. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicado pelo contratado.

9.19. Seremos consideradas data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.20. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

10. PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA E CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA

10.1. As despesas decorrentes da presente aquisição correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

CLASSIFICAÇÃO DE DESPESA	NATUREZA	FONTE	VALOR
27.010.12.363.1156.2343	3.3.90.30	569.0000.000	R\$ 310.056,04



**11. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR****a) Forma de Seleção e Critério de Julgamento da Proposta**

11.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO POR GRUPO**.

b) Modalidade de Licitação:

Pregão Eletrônico.

Motivação sobre a utilização do Pregão Eletrônico:

11.2. A aquisição que se pretende realizar caracteriza-se como bens comuns, pois podem ser fornecidos por diversas empresas e permitem estabelecer para efeitos de julgamento de propostas, mediante especificações utilizadas no mercado, padrões de qualidade e desempenho peculiares ao objeto, correspondendo às exigências da Lei nº 14.133/2021, notadamente ao disposto no inciso XIII, do art. 6º da referida Lei.

11.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

11.4. Portanto, a modalidade de licitação que se adéqua aos objetivos propostos é o pregão na forma eletrônica, sendo que o critério de julgamento a ser adotado será o menor preço por item.

c) Procedimento Auxiliar:

Sistema de Registro de Preços. (x) Sim ou () Não.

Fundamentação: Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e Decreto Estadual nº 6.606, de 28 de março de 2023.

Motivação da escolha do SRP:

11.5. A escolha pelo Sistema de Registro de Preços (SRP) justifica-se pela necessidade de atender, de forma ágil, eficiente e econômica, às demandas variáveis da Administração Pública. Aquisição de materiais e insumos necessários para a realização das aulas práticas dos cursos Técnicos e de Formação Inicial e Continuada – FICs, ofertados pelo programa Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC caracteriza-se por uma necessidade contínua e periódica, decorrente de seu uso cotidiano nas atividades administrativas, o que torna essencial a adoção de um modelo de contratação flexível, capaz de se ajustar às oscilações de consumo sem comprometer a eficiência do serviço público.

11.6. O SRP permite a contratação sob demanda, sem a obrigatoriedade de aquisição imediata, garantindo maior eficiência na gestão de recursos públicos e assegurando que os serviços sejam requisitados apenas quando efetivamente necessários.

11.7. Dessa forma, a Administração obtém maior controle orçamentário, evita desperdícios e aperfeiçoa o planejamento operacional, assegurando que os serviços sejam prestados de maneira eficaz e em conformidade com os princípios da economicidade e transparência.

12. DA SUBCONTRATAÇÃO

12.1. Não é admitida a subcontratação do objeto licitatório.

13. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**a) Obrigações da Contratante:**

13.1. Responsabilizar-se pela lavratura do Termo de Contrato;

13.1.1. Serão responsáveis pela observância das leis, decretos, regulamentos, portarias e





demais normas legais, direta e indiretamente aplicáveis ao contrato;

13.1.2. Prestar informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada;

13.1.3. Assegurar os recursos orçamentários e financeiros para custear as aquisições;

13.1.4. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

13.1.5. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

13.1.6. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada através de comissão/servidor especialmente designado;

13.1.7. Processar e liquidar a fatura correspondente aos equipamentos entregues, por meio de Ordem Bancária, desde que apresentadas, pela Contratada, as certidões necessárias para comprovação de sua regularidade fiscal e trabalhista;

13.1.8. Fiscalizar a execução do contrato, por meio de servidor especialmente designado, sendo permitida a assistência de terceiros;

13.1.9. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados;

13.1.10. Zelar para que durante a vigência do contrato, sejam cumpridas as obrigações assumidas por parte da Contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;

13.1.11. Previamente ao pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018;

b) Obrigações da Contratada:

13.2. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes deste instrumento, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto:

13.2.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

13.2.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, conforme os dispostos na Lei Federal 14.133/21 e de forma subsidiária ao Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

13.2.3. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de





Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

13.2.4. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

13.2.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;

13.2.6. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;

13.2.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da execução do objeto, os seguintes documentos:

- 1) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 2) Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 3) Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
- 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF;
- 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017.

14. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1 Comete infração administrativa nos termos da **Lei nº 14.133/2021**, a Contratada que praticar quaisquer das atividades previstas no **Art. 155**, nos Incisos **I** ao **XII** da **Lei Federal nº 14.133/21**, **C/C Art. 317** e seguintes do **Decreto Estadual 6.606/23**.

14.2 O licitante e a contratada que incorram nas infrações previstas no **art. 155 da Lei Federal no 14.133/2021**, apuradas em regular processo administrativo, garantidos o contraditório e ampla defesa, sujeitar-se-ão às seguintes sanções:

- I** – advertência;
- II** – multa;
- III** – impedimento de licitar e contratar;
- IV** – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

Conforme disposto no **Art. 156 da Lei Federal nº 14.133/21 c/c Art. 317 Decreto Estadual 6.606/23**.

14.3 A multa será calculada na forma prevista no edital ou no contrato, e não poderá ser inferior a 0,5% nem superior a 30% do valor do contrato licitado ou celebrado.

14.3.1 A aplicação de multa moratória será precedida de oportunidade para o exercício do contraditório e da ampla defesa;

14.3.2 A aplicação de multa moratória não impedirá que a Administração Pública a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei Federal no 14.133/2021.

14.4 No que diz respeito à aplicação das sanções para o licitante e a contratada que incorram nas praticas supramencionadas, será levado em consideração os seguintes requisitos:

- I** - a natureza e a gravidade da infração cometida;





II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública.

14.5 Executar fielmente o contrato, em conformidade com as cláusulas avençadas e normas estabelecidas na Lei n.º 14.133/2021 e suas alterações;

14.6. Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;

14.7. Prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo FISCAL DO CONTRATO cujas solicitações e reclamações deverão ser atendidas prontamente, e, quando for o caso, em até 24 (vinte e quatro) horas;

14.8. Arcar com todos os custos necessários à completa execução dos serviços;

14.9. Responder, civil e penalmente, por quaisquer danos materiais ou pessoais ocasionados a esta Secretaria, seus contratados, terceiros e contribuintes a que derem causa seus empregados, dolosa ou culposamente.

15. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

15.1. A vigência inicial do contrato será **12 (doze) MESES** com **POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO** nos termos e prazo do artigo 105 da Lei 14.133/2021, desde que seja comprovada a sua vantajosidade e que os serviços tenham sido prestados com eficiência e qualidade.

15.2. O contrato ainda poderá ser alterado unilateralmente, conforme necessidade da gestão, em razão do acréscimo quantitativo do objeto, nos limites permitidos pela lei, em harmonia com a ordem dos art. 124, inc. I e art. 125 da referida Lei.

16. DO REAJUSTE

16.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis pelo período de 12 (doze) meses, contados da data de apresentação da proposta. Após o período de 12 meses, os preços poderão ser reajustados, observando-se os índices de reajustamento previstos no edital, cuja data-base será vinculada à data do orçamento estimado.

16.2. A periodicidade de reajuste do valor do contrato será anual, com referência ao IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, que incidirá exclusivamente em relação às obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

16.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

16.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgada o índice definitivo.

16.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

16.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

16.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice





oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

16.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

17. DA MOTIVAÇÃO QUANTO À LICITAÇÃO POR GRUPOS

17.1. A decisão de parcelar exige a ponderação de diversos princípios, em especial eficiência, eficácia, economicidade, primazia do interesse público, proporcionalidade e razoabilidade - todos positivados no artigo 5º da NLL – Lei 14.133/2021 (Acórdão TCU nº 4506/2022-1C).

17.2. Nessa lógica, a NLL afasta expressamente o parcelamento de bens quando a economia de escala, a redução de custos de gestão de contratos ou a maior vantagem na contratação recomendar a compra do item do mesmo fornecedor (artigo 40, § 3º). Em serviços, deve ser considerado o custo de gerir vários contratos frente à possível economia decorrente da divisão do objeto em itens (art. 47, § 1º, II).

17.3. No Acórdão nº 214/2023-P, o TCU apontou parcelamento excessivo, com perda de economia de escala. Cinco impressoras e cinco máquinas de escrever braile foram separadas em dez itens, contendo um único equipamento por item. Para o TCU, fazia mais sentido ter só 2 grupos, um com as impressoras e outro com as máquinas de escrever, de forma a estimular a oferta de melhores preços por parte das licitantes. É um exemplo do tipo de ponderação que deve pautar as decisões.

17.4. Como se vê, o planejamento das contratações e a definição de seu projeto exigem dos agentes públicos envolvidos um conjunto expressivo de conhecimentos, habilidades e atitudes, de modo a justificar e fundamentar, com evidências, as opções adotadas.

17.5. Outro aspecto relevante a considerar são os riscos de cada opção de modelagem. Não é demais reforçar que a Nova Lei ainda deixou claro que as decisões devem promover eficiência, efetividade e eficácia nas contratações, levando em conta o ciclo de vida do objeto.

17.6. A avaliação e decisão de modelagem deverão considerar, portanto, o ciclo de vida de cada opção disponível, incluindo aspectos de obtenção, recebimento, estoque, armazenamento, distribuição, descarte.

17.7. Nesses termos, a justificativa para a aglutinação dos itens em grupos para a presente contratação, está especificamente direcionada às características e à natureza do objeto a ser licitado. Considerando que se trata de materiais de consumos interdependentes, a ausência de um desses componentes impactaria significativamente na eficácia e usabilidade do outro, comprometendo o Programa/processo educacional como um todo.

17.8. Em sentido igual, o modelo de execução do contrato torna o parcelamento inviável, de modo que a licitação dar-se-á em grupos, técnica que já vem sendo aplicada em demandas anteriores similares ao objeto do presente procedimento e que comprovadamente, traz maior êxito no processo de aquisição, tendo em vista que será necessária a compra de materiais específicos, com quantidades já previamente definidos, sendo mais viável apenas um vencedor por grupo, que tenha oferecido o menor preço e atendidos os demais requisitos técnicos e legais fornecerem todos os títulos/materiais pretendidos.

17.9. Por mérito de análise executória ampla à contratação, é mais vantajoso para a Administração que a licitação do objeto aconteça por grupos, levando em consideração o risco





do descumprimento parcial ou total de contratos fragmentados decorrentes da adjudicação de determinada unidade do material dependente da outra em favor de fornecedores distintos. Há ainda o fato de as licitações por registro de preços contemplarem entregas parceladas e mesmo imprevisíveis, o que aliado ao baixo valor material de determinado item, licitado individualmente, pode desestimular os potenciais fornecedores. Ao se realizar o agrupamento dos Itens, gera-se um maior vulto econômico, atraindo mais interessados.

17.10. Portanto, com base no exposto acima, o agrupamento dos Itens para a licitação que trata este Termo de Referência reflete positivamente nos seguintes pontos:

a) Interdependência dos Objetos licitados: Os materiais de consumo para aulas práticas dos cursos do EIXO TECNOLÓGICO AMBIENTE e SAÚDE e dos RECURSOS NATURAIS, para alunos matriculados nos cursos do PRONATEC, são interdependentes, o que significa que a eficácia de um depende do outro, o que significa que a eficácia de um depende do outro. Agrupá-los minimiza o risco de propostas desertas para um dos itens, o que poderia comprometer a implementação do programa educacional que trata o presente certame.

b) Eficiência e Economicidade: O agrupamento é justificado também pela busca de eficiência no processo de contratação e economia na gestão de recursos. A gestão de vários contratos seria menos eficiente e mais onerosa para a administração pública. Para, além disso, o agrupamento dos Itens proporciona o ganho e economia em escala. Ademais, assente na perspectiva que o material deverá ser enviado para diversas regiões espalhadas por todo Estado do Tocantins e sem desprezar que por se tratar de registro de Preços, há ainda situações em que, a depender do prazo para que a Administração leve para efetivamente solicitar o fornecimento dos bens, o fornecedor deixa de dispor de condições operacional e econômico-financeira para o adimplemento da obrigação.

c) Conformidade com Práticas Administrativas: A decisão pelo agrupamento também segue práticas adotadas por outros órgãos em situações semelhantes, garantindo uma abordagem alinhada com estratégias administrativas consolidadas para aquisições do setor público.

d) Garantia de Compatibilidade entre os Materiais: Agrupar os itens garante que todos os componentes do material sejam compatíveis entre si, evitando discrepâncias que poderiam surgir se diferentes fornecedores fossem responsáveis pelo fornecimento de partes diferentes do material didático.

e) Conformidade na Execução Contratual: Outro fator relevante a ser considerado é o cenário pós-licitação. É frequente que, após a licitação do item e assinatura da ata de registro de preços, a Administração solicite a entrega de materiais em volume e valores que podem tornar o fornecimento economicamente prejudicial ou inviável para a contratada. Essa situação frequentemente resulta em atrasos na entrega e, ocasionalmente, na recusa em cumprir o fornecimento, o que comumente leva a diversos pedidos de liberação do compromisso e, por conseguinte, na instauração de processos sancionadores. Estes, por sua vez, elevam significativamente o custo administrativo associado à aquisição dos bens. Nesse contexto, o agrupamento de itens possibilita a redução dos custos logísticos e, consequentemente, diminui o risco de não atendimento das necessidades da Administração e os custos administrativos adicionais decorrentes da implementação de medidas sancionatórias.



**18. DA MOTIVAÇÃO QUANTO A UTILIZAÇÃO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS.****a) Da utilização do Sistema de Registro de Preços:**

18.1. Ressalta-se que para esta aquisição, julga-se ser viável o Sistema de Registro de Preço, baseando-se em contratações similares, feitas por outros órgãos e entidades, conforme se constatou em consultas a outros editais, buscando identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações, que melhor atendessem às necessidades da presente demanda.

18.2. Nos termos do Decreto Estadual nº 6.606, de 28 de março de 2023, que regulamenta os artigos 82 a 86 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para disciplinar o sistema de registro de preços (SRP), apresentam-se as seguintes hipóteses em que é cabível a utilização do SRP:

(...)

Art. 251. O sistema de registro de preços, procedimento licitatório que serve para registrar os preços de fornecedores para compras futuras da Administração pública, poderá ser destinado à aquisição de bens, à contratação de serviços, inclusive de obras e serviços de engenharia, observadas as condições estabelecidas no §5º do art. 82 da Lei Federal no 14.133/2021.

Art. 252º O sistema de registro de preços pode ser adotado quando:

I - pelas características da obra, bem ou serviço, houver necessidade permanente ou frequente de contratações;

II - for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa;

III - for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços comuns ou de engenharia ou obras para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo; ou,

IV - pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pelos órgãos da Administração Pública.

18.3. De acordo com a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que estabelece normas gerais de licitação e contratação para as administrações públicas, o Sistema de Registro de Preços (SRP) é um instrumento que visa otimizar o processo de contratação, promovendo maior eficiência, economia e transparência nas aquisições de bens e serviços.

18.4. Para descrever os materiais de forma adequada, diversos sítios foram consultados. Além disso, buscaram-se contratações similares no Painel de Preços da Administração Pública para padronizar as especificações de acordo com o mercado, ampliando a competitividade e obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

18.5. A presente demanda foi estimada com base no número de vagas disponibilizadas em 2024/1, e na previsão de vagas para 2024/2 e 2025/1.

19. DOS CRITÉRIOS DE HABILITAÇÃO

19.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Agente de Contratação verificará o eventual





descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

19.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

19.3. Os documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade de o licitante realizar o objeto da licitação serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133 de 2021](#).

19.4. Para a **HABILITAÇÃO TÉCNICA**, a empresa deverá apresentar:

a) Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens/serviços em características compatíveis com o objeto desta licitação ou com o item pertinente, por meio da apresentação de ATESTADO fornecido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devendo constar o nº do CNPJ da empresa licitante.

a.1) Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

b) Outros documentos de qualificação técnico-profissional específicos ao objeto desta licitação, exigidos por Lei para o livre exercício de atividade específica, quando for o caso, que poderão ser exigidos no termo de referência em anexo e deverão ser apresentados sob pena de inabilitação;

19.5. - Em caso de apresentação por licitante, de atestado de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte, se o atestado ou o contrato de constituição do consórcio não identificar a atividade desempenhada por cada consorciado individualmente, serão adotados os critérios estabelecidos nos incisos I e II do §10 do art. 67 da lei 14.133/2021, quais sejam:

a) caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio homogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada empresa consorciada na proporção quantitativa de sua participação no consórcio, salvo nas licitações para contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, em que todas as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada uma das empresas consorciadas.

b) Caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio heterogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada consorciado de acordo com os respectivos campos de atuação, inclusive nas licitações para contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual.

19.6. Quanto à **HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**, apresentar:





a) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais ou ao último exercício, no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

a.1) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;

a.2) O microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123 de 2006 estará dispensado: (a) da prova de inscrição nos cadastros dos contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

a) Certidão Negativa de feitos sobre Falência expedida pelo Distribuidor da sede do licitante.

b) Apresentar comprovação da boa situação financeira do licitante, aferida com base nos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) igual ou maiores que 01 (um). A empresa deverá apresentar os índices devidamente assinados por profissional habilitado da área contábil que ateste o atendimento pelo licitante dos índices econômicos previstos no TR e Edital.

c) Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

Ativo Circulante + Realizável a Logo Prazo
--

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

Ativo Total

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

Ativo Circulante

Passivo Circulante

c.1) As empresas que apresentarem resultado inferior a 01 (um) em qualquer dos índices referidos no subitem anterior deverão comprovar o capital mínimo ou valor do patrimônio líquido de **1% do valor estimado da contratação** ou do item pertinente, através da apresentação de balanço patrimonial, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta de preços.

c.2) As empresas cujo exercício seja inferior a um ano, deverão comprovar o capital mínimo **de 1% do valor estimado da contratação**, feita relativamente à data da apresentação da proposta de preços.

19.7. DA JUSTIFICATIVA TÉCNICA QUANTO A EXIGÊNCIA DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E ECONÔMICO-FINANCEIRA.

19.8. Da motivação quanto a exigência de qualificação técnica:

19.9. A exigência de atestado de capacidade técnica em processos licitatórios, como no caso do Pregão Eletrônico objeto deste Termo de Referência, tem como fundamento principal assegurar que os licitantes possuam a experiência e a competência necessárias para a execução satisfatória do objeto contratado. Esta medida é fundamental para garantir a qualidade, a eficiência e a segurança nas aquisições/serviços realizadas pela administração pública.





19.10. A justificativa para a exigência de atestados de qualificação técnica é necessária para corroborar a legalidade e a legitimidade do certame, em conformidade com o art. 67 da Lei nº 14.133/2021. Esse artigo estabelece que a documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional deve ser restrita a elementos que comprovem a capacidade do licitante para executar o contrato, como atestados de responsabilidade técnica e certidões emitidas por conselhos profissionais competentes.

19.11. A obrigatoriedade de apresentação de atestados de capacidade técnica visa prevenir contratações inadequadas, protegendo a administração pública contra o risco de inexecução ou execução defeituosa do contrato. No contexto específico do objeto deste Termo de Referência é a garantia de que os fornecedores possuem experiência comprovada e capacidade técnica adequada, como também é essencial para assegurar a qualidade dos produtos/serviços fornecidos e o atendimento aos padrões evitando, assim, prejuízos à administração pública.

19.12. Portanto, a justificativa para a exigência de atestados de capacidade técnica no Pregão Eletrônico em questão é respaldada pela necessidade de garantir a qualidade dos produtos/serviços adquiridos, a segurança dos consumidores e a eficiência na execução contratual, em conformidade com as diretrizes legais e as recomendações que estão sendo feitas em outros processos licitatórios da Procuradoria Geral do Estado do Tocantins.

19.13. Da motivação quanto a qualificação econômico-financeira:

19.14. O índice de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) que serão consignados no Edital não afrontam o disposto no art. 18, inciso IX, e art. 69 da Lei nº 14.133, de 2021, uma vez que se justificam na necessidade de se estabelecer parâmetros claros e objetivos que deem suporte à avaliação da qualificação econômico-financeira dos licitantes que eventualmente venham a ser contratados para o fornecimento do objeto licitado no Pregão. Para, além disso, pontua-se quanto a definição do índice, considerou não apenas a complexidade do objeto a ser licitado, mas vislumbrou-se também a razoabilidade de ser exigido um índice cujo maior número possível de empresas consiga comprová-lo, independente do seu porte de enquadramento (MEI, ME, EPP, etc).

19.15. Cabe ressaltar que o índice de Liquidez Corrente demonstra a capacidade de pagamento em curto prazo, relacionando tudo que se converterá em dinheiro no curto prazo com as dívidas também de curto prazo. Índice menor do que 1,00 demonstra que a empresa não possui recursos financeiros para honrar suas obrigações de curto prazo, o que pode inviabilizar a continuidade das atividades da empresa.

19.16. Já o índice de Liquidez Geral demonstra a capacidade de pagamento da empresa em longo prazo, relacionando tudo que se converterá em dinheiro no curto e no longo prazo com as dívidas também de curto e de longo prazo. Índice menor do que 1,00 demonstra que a empresa não possui recursos financeiros suficientes para pagar as suas dívidas em longo prazo, o que pode comprometer a continuidade das atividades da empresa.

19.17. Por fim, o índice de solvência tem por finalidade verificar se a empresa terá condições de adimplir todos os seus compromissos financeiros sem comprometer a boa qualidade da execução contratual. Dessa forma, a avaliação periódica dos índices de solvência é imprescindível para a determinação da “saúde fiscal” da empresa. Assim, a solvência





demonstra à Administração Pública que a empresa possui capacidade de adimplir fielmente os encargos contratuais que vierem a ser assumidos.

19.18. Relevante registrar que, as contratações públicas precisam ser eficientes para atendimento ao interesse público envolvido. Uma das formas para atender tal objetivo é a contratação de empresas que apresentem saúde financeira suficiente a pelo menos se ter indícios que possam cumprir as exigências da contratação. Aliás, toda a estrutura da presente contratação atende aos princípios da legalidade, da eficiência, do interesse público e da igualdade, conforme previsto no art. 5º da Lei nº 14.133/2021. A Administração Pública está vinculada ao princípio da legalidade, que estabelece que suas ações devam estar em conformidade com a legislação vigente, e é o que ocorre no caso em tela.

19.19. Assente no exposto, ressalta-se que os índices contábeis entabulados no Termo de Referência são similares aqueles usualmente fixados nas licitações da Secretaria da Educação – Seduc, quando da contratação de objetos similares. Novamente repisa-se que, as exigências de habilitação visam à garantia de cumprimento das obrigações da contratação, de modo a dirimir eventuais riscos no decorrer na execução da contratação que venha a ser avençada. No mais, as contratações públicas devem ser entendidas como um conjunto de elementos, não podendo simplesmente se pensar apenas em "ampliar a competitividade" em detrimento da garantia de execução futura. Aliás, isso poderá gerar uma maior insegurança de atendimento ao interesse público futuramente, de mais provável possibilidade de frustração.

20. DA CONSOLIDAÇÃO E VALIDAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

20.1. O presente Termo de Referência foi elaborado com base nas disposições do Estudo Técnico Preliminar constante nos autos, nos termos da **alínea “b”, do inciso XXIII, do art. 6º da Lei nº 14.133/2021.**

20.2. Em conformidade com as disposições da Lei Federal 14.133/2021 que trata das Licitações e Contratos administrativos e Decreto Estadual nº 6.606/2023 que regulamenta a epígrafa Lei Federal no âmbito do Governo do Estado do Tocantins, declara-se consolidado e validado o presente Termo de Referência pelos seguintes partícipes:



ANEXO III - DO EDITAL**MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/2026****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90028/2026****PROCESSO: 2025/27000/020584**

O Estado do Tocantins, por meio da SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, instituição de direito público, inscrita no Ministério da Fazenda sob o nº 25.053.083/0001-08, com sede na Praça dos Girassóis, Centro, em Palmas, Capital do Estado do Tocantins, neste ato representado pelo Senhor, xxxxxxxxxxxxxxxx, nomeado pelo Ato Governamental nº xxxx, de xx de xxxxxxxx de xxxx, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 90028/2026, publicada no Portal Nacional de Compras Públicas em de/...../2026, processo administrativo nº 2025/27000/020584, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no DECRETO nº 6.606, de 28 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. Aquisição de materiais e insumos necessários para a realização das aulas práticas dos cursos Técnicos e de Formação Inicial e Continuada – FICs, ofertados pelo programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item	Especificação	Marca/Modelo	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Prazo da Garantia

3. ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTE

3.1 O órgão gerenciador será a Secretaria da Educação do Estado do Tocantins.

3.2. Além do gerenciador, não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observado a vedação contida no §8º do art. 86 da Lei 14.133/21 e ainda, os seguintes requisitos:





- 4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
- 4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
- 4.1.3. consulta e aceitação prévias à Comissão Permanente de Licitação da Secretaria Estadual da Educação do Tocantins, e do fornecedor.
- 4.2. A autorização da Comissão Permanente de Licitação da Secretaria Estadual da Educação do Tocantins apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
- 4.2.1. A Superintendência de Licitação da Secretaria da Educação do Estado do Tocantins poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
- 4.3. Após a autorização da Secretaria da Educação, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
- 4.4. O prazo de que trata o item anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pela Superintendência de Licitação da Secretaria da Educação, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.
- 4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, desde que seja permitida adesão à ata de registro de preços.

Dos limites para as adesões

- 4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para a Secretaria da Educação do Tocantins e para os participantes, conforme art. 271, §2º, inciso II do Decreto Estadual nº 6.606/2023.
- 4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para a Secretaria da Educação do Tocantins e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços, conforme art. 271, §2º, inciso III do Decreto Estadual nº 6.606/2023.

Vedação a acréscimo de quantitativos

- 4.8. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços, nos termos do art. 23, do Decreto nº 6.606/23.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

- 5.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 12 (doze) meses, contados a partir da publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas, e poderá ser prorrogada, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme disposto no art. 262 do Decreto Estadual nº 6.606/2023.
- 5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
- 5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
- 5.2. Haverá possibilidade de renovação dos quantitativos inicialmente registrados na ata de





registro de preços em caso de prorrogação de vigência.

5.3. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.3.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.4. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.5. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.5.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

5.5.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.5.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.5.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.5.2.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.6. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.7. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.8. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.8.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

5.8.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 8.

5.9. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.10. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.10.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de





reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

- 5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
- 5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

- 6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
- 6.1.3. Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
 - 6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
 - 6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Secretaria da Educação do Tocantins, convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

- 7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
- 7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, a Secretaria da Educação do Tocantins convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
- 7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, a Secretaria da Educação do Tocantins procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
- 7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, a Secretaria da Educação do Tocantins comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de





registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer à Secretaria da Educação do Tocantins a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 8, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, a Secretaria da Educação do Tocantins procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 8.4., e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, a Secretaria da Educação do Tocantins atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.3. A Secretaria da Educação do Tocantins comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

8.1. O registro do fornecedor será cancelado pela Secretaria da Educação do Tocantins, quando o fornecedor:

8.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

8.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

8.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista nos artigos 269 e 270 do Decreto Estadual nº 6.606/ 2023; ou

8.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, a Secretaria da Educação do Tocantins poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

8.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas neste tópico será formalizado por despacho da Secretaria da Educação do Tocantins, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.





8.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, a Secretaria da Educação do Tocantins poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

8.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

8.4.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

8.4.2. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

8.5. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

9. DAS PENALIDADES

9.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Tópico 22 do Edital, incluindo-se nesse rol de penalidades a sanção de impedimento de licitar e contratar, na forma das hipóteses previstas no art. 320 do Decreto Estadual nº 6.606, de 28 de março de 2023 e estará sujeita às penalidades previstas nos arts. 155, 156 a 158 da Lei nº 14.133/2021, incluindo advertência, multa, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade, conforme a gravidade da infração.

9.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

9.2. É da competência da Secretaria da Educação do Tocantins a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, conforme (inciso XII do art. 273 e parágrafo único do art. 275 do Decreto Estadual nº 6.606/23), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 275 do Decreto Estadual nº 6.606/23).

9.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar à Secretaria da Educação do Tocantins qualquer das ocorrências previstas no item 8.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

10. CONDIÇÕES GERAIS

10.1 As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital e seus anexos.

10.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 2 (três) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Palmas - TO, ____ de _____ de 2026.

Representante legal do órgão gerenciador

Representante legal do fornecedor registrado



SECRETARIA DA
EDUCAÇÃO

TOCANTINS
GOVERNO DO ESTADO



Praça dos Girassóis, Esplanada das Secretarias. S/N
Palmas – Tocantins – CEP 77.001.910
Tel: +55 63 3218 1400|1419
www.seduc.to.gov.br



Documento foi assinado digitalmente por JÚNIA KELLY ÁLVARES TAVARES DA PAIXÃO em 18/06/2026 11:30:16.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no site <https://sgd.to.gov.br/verificador>, informando o código verificador: 176C03DC0269884A | SGD:2026/27009/159422

**ANEXO IV - DO EDITAL****MINUTA DE CONTRATO****PROCESSO: 2025/27000/020584****MINUTA DE CONTRATO Nº XXX/2026, CELEBRADO
ENTRE O ESTADO DO TOCANTINS, POR MEIO DA
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E A EMPRESA
XXXXXXXXXXXXXX.**

CONTRATANTE: O Estado do Tocantins, por meio da **SECRETARIA DA EDUCAÇÃO**, instituição de direito público, inscrita no Ministério da Fazenda sob o nº 25.053.083/0001-08, com sede na Esplanada das Secretarias, Praça dos Girassóis, S/N, em Palmas, neste ato representado pelo Senhora XXXXXXXX, portador do RG nº XXX e inscrito no CPF nº XXXX, domiciliado nesta Capital, nomeado pelo Ato Governamental nº XX NM, de XX de XXXX de XXXX.

CONTRATADA: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ sob nº: XX.XXX.XXX/XXXX- XX, pessoa jurídica de direito privado, com sede e foro, na XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX, CEP XX.XXX-XXX, doravante denominada, representada por sua titular, (o) Srº. XXXXXXXX XXXXXXXX XXXXXXXX XXXXXXXX, XXXXXXXX, XXXXXXXX, XXXXXXXX, natural de XXXXXXXXXXXXXXXX - XX, portador do CPF: XXX.XXX.XXX-XX, residente e domiciliado na XXXXXXXX XXXXXXXXXXXX.

Telefone: (xx) xxxx-xxxx. **E-mail:** xxxxxxxxxxxx. **Dados bancários:** Banco xxxxxxxx, **Agência:**

xxxxx, **Conta Corrente:** xxxxxx;

Conforme atos constitutivos da empresa ou procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no **Processo nº 2025/27000/020584** e em observância às disposições da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021, Decreto Estadual nº 6.606/2023 e demais legislação aplicável, sob a modalidade de **Pregão Eletrônico nº 90018/2026, da Secretaria de Educação do Estado do Tocantins** resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

1.1 A contratação tem como fundamento legal o art. 6º, inciso XLI e art. 28, inciso I, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos e Decreto Estadual 6.606/23.



**CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO**

2.1. Aquisição de materiais e insumos necessários para a realização das aulas práticas dos cursos Técnicos e de Formação Inicial e Continuada – FICs, ofertados pelo programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC.

2.2. Descrição do objeto:**GRUPO – 01 MATERIAS PARA AULAS PRÁTICA DOS CURSOS DO EIXO TECNOLÓGICO AMBIENTE
E SAÚDE - PRONATEC/SEDUC**

Item	Und.	Qtd.	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
01	Unid.	200	Álcool – Finalidade: multiuso, higienização. Categoria: etílico hidratado; Aspecto físico: gel; INPM: 67°. Potencial Hidrogeniônico (pH): 5 a 7 (25 °C); Odor: característico de álcool; Composição: álcool etílico, espessante, alcalinizante. Frasco de 1 litro.	R\$ XX,XX	R\$ X.XXX,XX
02	Pacote	120	Algodão: Formato Disco – Diâmetro: 5,7 cm. Pacote com 50 Unidades, no mínimo.	R\$ XX,XX	R\$ X.XXX,XX
03	Pacote	29	Algodão: Formato Rolo – Embalagem: com 250 g.	R\$ XX,XX	R\$ X.XXX,XX
04	Uni.	200	Alicate para Cutículas – Material: aço inoxidável; Cabo: em aço inoxidável; Ponta: fina; Requisito: autoclavável.	R\$ XX,XX	R\$ X.XXX,XX
05	Uni.	200	Base Líquida – Acabamento: matte; Cor: diversa; Requisito: Resistente à água. Embalagem: 30 ml, no mínimo.	R\$ XX,XX	R\$ X.XXX,XX
06	Unid.	400	Batom em Bastão – Tipo: matte e cremoso; Cores: diversas.	R\$ XX,XX	R\$ X.XXX,XX
07	Rolo	10	Bobina Plástica - Material: polietileno de alta densidade - PEAD; Micras: 0,10; Medida: 40 x 60 cm (L x A); Capacidade: 10 kg; Cor: transparente; Requisito: com solda reforçada no fundo e lateral; Informações adicionais: picotado. Rolo com 500 Unidades.	R\$ XX,XX	R\$ X.XXX,XX
08	Unid.	30	Cera Depilatória – Tipo: quente; Composição: à base de açúcar; Requisito: solúvel em água. Embalagem: 1,3 kg, no mínimo.	R\$ XX,XX	R\$ X.XXX,XX
09	Cartela	140	Cílios Postiços – Fios: sintéticos; Tamanho: 23 mm. Cartela com 5 Pares.	R\$ XX,XX	R\$ X.XXX,XX





10	Unid.	140	Cola para Cílios – Cor: preta; Embalagem: frasco com 14 ml, no mínimo.	R\$ XX,XX	R\$ X.XXX,XX
11	Unid.	140	Corretivo Facial – Apresentação: líquido; Cor: bege claro; Informações adicionais: Resistente à água. Embalagem: 8 ml, no mínimo.	R\$ XX,XX	R\$ X.XXX,XX
12	Unid.	200	Cortador de Unha – Material: aço carbono; Medida: 7,5 cm de comprimento; Informações adicionais: sem lixa.	R\$ XX,XX	R\$ X.XXX,XX
13	Unid.	200	Cotonete – Material: polipropileno; Haste: plástica; Informações adicionais: descartável, estéril. Embalagem com 50 Unidades, no mínimo.	R\$ XX,XX	R\$ X.XXX,XX
14	Unid.	200	Delineador de Olhos – Apresentação: líquido; Cor: preta; Embalagem: frasco com 1,7 ml, no mínimo.	R\$ XX,XX	R\$ X.XXX,XX
15	Unid.	140	Demaquilante – Apresentação: deve remover a maquiagem de forma eficaz, mesmo as que são a prova d'água. Não provocar ardência nos olhos e respeitar o pH da pele. Embalagem: 120 ml, no mínimo.	R\$ XX,XX	R\$ X.XXX,XX
16	Unid.	140	Esfoliante para Pés – Composição: com ácido salicílico; Embalagem: com 100 g. No mínimo.	R\$ XX,XX	R\$ X.XXX,XX
17	Unid.	600	Esmalte – Cores: diversas; Acabamento: cremoso; Requisito: hipoalergênico e secagem rápida. Embalagem de 8 ml, no mínimo.	R\$ XX,XX	R\$ X.XXX,XX
18	Unid.	140	Espátula para Cutícula – Material: corpo e ponta em aço inoxidável; Ponta: dupla; Comprimento mínimo de 14 cm.	R\$ XX,XX	R\$ X.XXX,XX
19	Pacote	04	Espátula/Palito para Depilação – Material: madeira; Medida: 13, 8 x 1,5 cm (C x L). Pacote com 100 Unidades.	R\$ XX,XX	R\$ X.XXX,XX
20	Unid.	200	Espelho de Mesa – Tipo: dupla face; Diâmetro: 30 cm, mínimo; Base: em aço inoxidável, giratória, com ajuste de ângulo de 360°; Requisito: com zoom de até 5 x.	R\$ XX,XX	R\$ X.XXX,XX
21	Unid.	200	Frasco – Finalidade: borrifar e pulverizar; Material: plástico; Capacidade: 300 ml ; Cor: transparente; Requisito: com válvula gatilho rosqueável, regulagem em spray, jato e trava do gatilho.	R\$ XX,XX	R\$ X.XXX,XX
22	Unid.	200	Frasco – Finalidade: borrifar e pulverizar; Material: plástico; Capacidade: 700 ml ; Cor: transparente; Requisito: com válvula gatilho rosqueável, regulagem em spray,	R\$ XX,XX	R\$ X.XXX,XX





			jato e trava do gatilho.		
23	Unid.	40	Gel Pós-Depilação – Composição: aloe vera; Embalagem: 300 g. no mínimo.	R\$ XX,XX	R\$ X.XXX,XX
24	Kits	200	Jogo/Conjunto/Kit de pincel para maquiagem – Cabo: plástico; Cerdas: sintética. Com 24 Unidades. Tamanhos: 15 cm, mínimo. Sendo: 8 – Pincéis chato de sombra; 5 – Pincéis de sombra arredondado; 3 – Pincéis de blush; 1 – Pincel de base e corretivo; 1 – Pincel de batom; 1 – Pincel de pó; 1 – Pincel delineador de lábios ou olhos; 1 – Pincel de sobrancelha; 1 – Pincel de rímel; 1 – Pincel para esfumamar; 1 – Pincel leque.	R\$ XX,XX	R\$ X.XXX,XX
25	Pacote	30	Lixa para unha – Comprimento: 16,5 cm; Cor: diversa. Pacote com 24 Unidades.	R\$ XX,XX	R\$ X.XXX,XX
26	Unid.	40	Loção Pré-Depilatória – Composição: com extrato de hortelã; Aplicação: corpo e face; Embalagem: 300 ml.	R\$ XX,XX	R\$ X.XXX,XX
27	Unid.	200	Máscara de Cílios – Cor: preta; Embalagem: frasco com 9 ml, no mínimo; Informações adicionais: à prova d'água.	R\$ XX,XX	R\$ X.XXX,XX
28	Cx.	10	Máscara Descartável – Finalidade: proteção contra agentes de transmissão aérea por gotículas; Categoria: cirúrgica; Material: polipropileno; Cor: branca; Tamanho: único; Requisito: tripla camada com filtro e elástico, clipe nasal, descartável, soldada eletronicamente por ultrassom. Caixa com 50 Unidades.	R\$ XX,XX	R\$ X.XXX,XX
29	Unid.	40	Óleo Pós-Depilação – Aplicação: corpo e face; Fragrância: diversa; Embalagem: frasco com 240 ml, no mínimo.	R\$ XX,XX	R\$ X.XXX,XX
30	Pacote	07	Palito de Unha – Material: laranjeira; Ponta: chanfrada. Pacote com 100 Unidades, no mínimo.	R\$ XX,XX	R\$ X.XXX,XX
31	Pacote	07	Palito de unha – Material: laranjeira; Ponta: fina. Pacote com 100 Unidades, no mínimo.	R\$ XX,XX	R\$ X.XXX,XX
32	Pacote	10	Papel para Depilação - Categoria: lenço; Material: tnt; Medida: 23 x 7,5 cm (C x L); Cor: branca. Pacote com 50 Unidades, no mínimo.	R\$ XX,XX	R\$ X.XXX,XX
33	Unid.	200	Pó Compacto – Acabamento: matte; Cor: bege claro; Embalagem de 10 g. No mínimo.	R\$ XX,XX	R\$ X.XXX,XX
34	Unid.	200	Primer Facial – Apresentação: creme; Acabamento: matte; Embalagem: 25 ml, no mínimo; Informações adicionais:	R\$ XX,XX	R\$ X.XXX,XX





			toque aveludado.		
35	Unid.	400	Removedor de Esmalte – Composição: sem acetona; Embalagem: frasco com 100 ml. No mínimo.	R\$ XX,XX	R\$ X.XXX,XX
36	Unid.	200	Removedor para Cutícula – Apresentação: creme; Composição: água, álcool isopropílico, hidróxido de sódio, lauril éter sulfato de sódio; Embalagem: 120 g. No mínimo.	R\$ XX,XX	R\$ X.XXX,XX
37	Unid.	200	Sombra – Categoria: adulto; Apresentação: pó; Cores: diversas; Requisito: paleta com 12 cores, no mínimo.	R\$ XX,XX	R\$ X.XXX,XX
38	Unid.	40	Talco para Depilação – Apresentação: em pó; Ação: neutra; Embalagem: de 100g. No mínimo.	R\$ XX,XX	R\$ X.XXX,XX
39	Unid.	20	Tesoura Cabeleireiro – Tipo: reta; Material: aço inoxidável; Tamanho mínimo: 7"; Cabo: polipropileno.	R\$ XX,XX	R\$ X.XXX,XX
40	Unid.	120	Tesoura para Unha –Material: aço inoxidável; Cabo: em aço inoxidável; Ponta: curva; Requisito: autoclavável.	R\$ XX,XX	R\$ X.XXX,XX
41	Unid.	200	Toalha de Rosto – Material: 100% algodão; Medida: 70 x 45 cm, no mínimo (L x A); Cor: branca; Gramatura: 80 g/m²; Informações adicionais: Cor branca.	R\$ XX,XX	R\$ X.XXX,XX
42	Pacote	20	Toalha Descartável – Material: viscose; Medida: 30 x 29 cm (C x L); Gramatura: 50 g/m²; no mínimo. Cor: branca. Pacote com 50 unidades.	R\$ XX,XX	R\$ X.XXX,XX
SUBTOTAL - GRUPO 1					R\$XXX.XXX,XX

**GRUPO – 02 MATERIAS PARA AULAS PRÁTICA DOS CURSOS DO EIXO TECNOLÓGICO RECURSOS
NATURAIS - PRONATEC/SEDUC**

Item	UND	QTD	DESCRIÇÃO	Valor Unitário	Valor Total
01	Unid.	40	Balde – Material: polietileno de alta densidade – PEAD; Cor: preta; Alça: alumínio; Capacidade: 10 L ; Requisito: estrutura reforçada, resistente a impactos.	R\$ XX,XX	R\$ XX,XX
02	Unid.	40	Balde – Material: polietileno de alta densidade – PEAD; Cor: preta; Alça: alumínio; Capacidade:	R\$ XX,XX	R\$ XX,XX





			12 L; Requisito: estrutura reforçada, resistente a impactos.		
03	Unid.	40	Balde em Plástico com Bico – Com capacidade mínima de 12 litros , graduado na escala de intervalo de no máximo 1 litro.	R\$ XX,XX	R\$ X.XXX,XX
04	Unid.	20	Balde – Material: plástico; Cor: branca; Alça: de plástico; Capacidade: 20 L; Requisito: com tampa e lacre.	R\$ XX,XX	R\$ X.XXX,XX
05	Unid.	500	Bandeja para Mudas/Sementeira – Material: poliestireno expandido; Quantidade de 200 células de célula: 18 cm ³ , no mínimo. Requisito: Leve e flexível, possibilitando o reaproveitamento.	R\$ XX,XX	R\$ X.XXX,XX
06	Unid.	650	Chapéu – Modelo: Australiano; Tipo: pescador; Material: brim, 100% algodão; Cor: cáqui; Requisito: com proteção na nuca, botões de pressão para prender as abas, cordão para pescoço e forro interno; Informações adicionais: com logotipo/logomarca institucional em bordado.	R\$ XX,XX	R\$ X.XXX,XX
07	Unid.	40	Colher de Pau – Madeira Reflorestamento Tradicional 44 Cm. No mínimo.	R\$ XX,XX	R\$ X.XXX,XX
08	Unid.	40	Facão – Tipo: para mato; Material: aço carbono; Cabo: em polipropileno; Tamanho: 12".	R\$ XX,XX	R\$ X.XXX,XX
09	Saco	30	Fertilizante: Ácido Bórico – Categoria ácido inorgânico; Informações adicionais: fórmula química H ₃ BO ₃ e peso molecular 61,84, teor de óxido de boro (B ₂ O ₃) 56,00 %, de boro 17,00 %, de sulfato 0,1 % e de ferro 0,002 %. Saco com 3 Quilos, no mínimo.	R\$ XX,XX	R\$ X.XXX,XX
10	Saco	100	Fertilizante: Adubo, Categoria Orgânico; Requisito: bem curtido. Saco com 25 quilos, no mínimo.	R\$ XX,XX	R\$ X.XXX,XX
11	Saco	20	Fertilizante: Adubo NPK – Composição: 05 – 25 – 15. Pacotes de 1 Quilo, no mínimo.	R\$ XX,XX	R\$ X.XXX,XX
12	Saco	50	Fertilizante: Sulfato de Cobre - Informações adicionais: teor e forma do nutriente 11% de S e	R\$ XX,XX	R\$ X.XXX,XX





			24% de cobre. Saco com 1 Quilo, no mínimo.		
13	Saco	20	Fertilizante: Sulfato de Magnésio – Informações adicionais: teor e forma do nutriente 11% de S e 9% de Mg. Saco com 1 Quilo, no mínimo.	R\$ XX,XX	R\$ X.XXX,XX
14	Saco	20	Fertilizante: Sulfato de Zinco – Informações adicionais: teor e forma do nutriente 9% de S e 20% de Zn. Saco com 1 Quilo.	R\$ XX,XX	R\$ X.XXX,XX
15	Unid.	10	Fita para Enxertia – Tipo: picotada; Medida: 60 m x 18 mm (C x L); Cor: transparente.	R\$ XX,XX	R\$ X.XXX,XX
16	Unid.	40	Jarra Medidora – Material: plástico; Capacidade: 500 ml; Medição: em litros e mililitros.	R\$ XX,XX	R\$ X.XXX,XX
17	Unid.	400	Óculos de Proteção – Material: policarbonato; Informações adicionais: resistente a impactos e choques físicos de materiais sólidos e líquidos, apoio nasal e proteção lateral do mesmo material da lente.; Proteção: UVA e UVB; Hastes: estilo espátula com ajuste de comprimento.	R\$ XX,XX	R\$ X.XXX,XX
18	Unid.	600	Placa de Identificação de Planta – Material: PVC; Medida: 5 x 4 cm (L x A); Haste: 15 cm; Cor: branca.	R\$ XX,XX	R\$ X.XXX,XX
19	Pacote	10	Saco para muda – Tamanho: 22 x 17 cm (C x L); Finalidade: para muda. Pacote de 1 Quilo.	R\$ XX,XX	R\$ X.XXX,XX
20	Pacote	100	Semente de Abobrinha: Variedade Caserta Italiana – Embalagem: com 10 g; Germinação mínima: 75%.	R\$ XX,XX	R\$ X.XXX,XX
21	Pacote	200	Semente de alface: Variedade Grande Lago Americana – Embalagem: com 10 g, no mínimo. Com Germinação mínima: 75%.	R\$ XX,XX	R\$ X.XXX,XX
22	Pacote	100	Semente de Alface: Variedade lisa - Embalagem: com 10 g, no mínimo. Com Germinação mínima: 75%.	R\$ XX,XX	R\$ X.XXX,XX
23	Pacote	100	Semente de Beterraba: Variedade maravilha – Embalagem: com 5 g; Germinação mínima: 75%.	R\$ XX,XX	R\$ X.XXX,XX





24	Pacote	100	Semente de Cebolinha: Variedade Todo Ano – Embalagem: com 3 g, no mínimo. Com Germinação mínima: 75%.	R\$ XX,XX	R\$ X.XXX,XX
25	Pacote	100	Semente de Cenoura: Variedade Brasília – Embalagem: com 10 g; Germinação mínima: 75%.	R\$ XX,XX	R\$ X.XXX,XX
26	Pacote	100	Semente de Coentro: Variedade Super Verdão – Embalagem: com 10 g, no mínimo. Com Germinação mínima: 75%.	R\$ XX,XX	R\$ X.XXX,XX
27	Pacote	100	Semente de Couve Manteiga: Variedade Geórgia – Embalagem: com 50 g; Germinação mínima: 75%.	R\$ XX,XX	R\$ X.XXX,XX
28	Pacote	50	Semente de Maracujá: Variedade, Redondo Amarelo – Embalagem: com 2 g, no mínimo. Com Germinação mínima: 75%.	R\$ XX,XX	R\$ X.XXX,XX
29	Pacote	30	Semente de Rúcula: Variedade Gigante de Folha Larga – Embalagem: com 100 g; Germinação mínima: 75%; Requisito: peletizada.	R\$ XX,XX	R\$ X.XXX,XX
SUBTOTAL - GRUPO 2					R\$ X.XXX,XX
TOTAL					R\$ XXX.XXX,XX

2.1. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

2.1.1. O Termo de Referência;

2.1.2. O Edital da Licitação;

2.1.3. A Proposta da CONTRATADA;

2.1.4. A Matriz de Riscos;

2.1.5. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA TERCEIRA - ENTREGA, RECEBIMENTO, CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO E PAGAMENTO .

a) Entrega:

3.1. A entrega dos materiais deverá ocorrer no prazo máximo de **15 (quinze) dias úteis**, contados a partir da **Ordem de Entrega** emitida pela Diretoria de Administração da Secretaria da Educação, conforme a necessidade do Programa.

3.1. Os materiais deverão ser entregues no seguinte local:

3.1.1. Almoxarifado Central da Secretaria da Educação do Estado do Tocantins, situado no endereço: QD. 206 Norte, Avenida NS-08, Quadra 23, Lote 03, CEP: 77065-600, Palmas-TO, observado os horários de





expediente do setor, a saber, das 08:00h às 14h e das 14:00h às 18h, em que o telefone para contato é (63) 3218-6109 e o e-mail: almoxarifado@seduc.to.gov.br.

3.3 A contratada será responsável por todas as despesas relativas ao transporte, incluindo frete, seguro, tributos, encargos trabalhistas e quaisquer outros custos incidentes sobre a entrega dos materiais, até o local definido pela Administração.

3.4. Caso não seja possível à entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 24 horas de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

3.5 No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a seis do prazo total recomendado pelo fabricante.

3.6 Caso os materiais venham em desacordo às especificações e/ou prazo de validade, danificados ou deteriorados deverá ser substituído no prazo máximo de **5 (cinco) dias** corridos. A carga e descarga serão por conta do fornecedor, sem ônus de frete para a Secretaria da Educação do Estado do Tocantins (SEDUC/TO).

3.7. Deverão ser aceitos os produtos em perfeitas condições, conforme descrição pormenorizada nas especificações técnicas do objeto.

3.8 Após minuciosa análise conclui-se que diante da singularidade finalística do objeto a ser licitado, que é, didaticamente ensinar a prática profissionalizante, a aglutinação dos itens em **2 (DOIS) GRUPOS**, é a mais adequada. Assim, os materiais da pretensa aquisição direcionam-se, especificamente aos eixos tecnológicos meio ambiente e saúde e o de recursos naturais.

3.9 Na divisão por lotes levou-se em conta natureza e segmento dos objetos, tal qual a segmentação do comércio. Por isso, o **GRUPO 01** aglutina itens pertinentes ao eixo tecnológico, meio ambiente e saúde, enquanto o **GRUPO 02** comporta os itens do eixo tecnológico de recursos naturais.

3.10 Os itens de cada eixo tecnológico estão estritamente ligados. Pois para que a parte prática de cada curso aconteça de forma integral, todos os itens devem ser homologados, a fim de desenvolver o aprendizado dos cursistas, tal qual exige o mercado de trabalho e os respectivos planos de curso.

3.11 Assim, licitar por item, correr-se-á no risco de não haver proposta para um ou mais itens. Um item fracassado tornaria inviável se proceder com as aulas prática. A título de ilustração, se o esmalte e/ou o alicate ficassem sem proposta, não haveria como ensinar o ofício de manicure e pedicure.

3.12 Esta metodologia facilitará para que se efetive a finalidade da presente aquisição, que é atender com qualidade e celeridade a necessidades da Administração Pública, no que diz respeito à gestão da bolsa-formação, bem como garantirá o pleno aprendizado do aluno.

3.13 Ademais, os itens poderão ser fornecidos por diversos estabelecimentos dos respectivos segmentos, permitindo, assim, maior competitividade, diversidade de fabricantes e produtos, possibilitando melhor preço e maior redução no valor dos itens aglutinados em grupos. De forma, que mesmo a presente licitação ocorra por grupos, o Princípio da Economicidade e da Competitividade, será assegurado.

b) RECEBIMENTO:

3.14 Recebimento provisório:

3.14.1. Os materiais entregues serão **recebidos provisoriamente no prazo de até 5 (cinco) dias úteis**, a contar da





data da entrega no Almoxarifado, pelo(a) servidor(a) designado(a) para o acompanhamento e fiscalização do contrato, com a finalidade de verificação preliminar da conformidade com as especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência e na proposta da contratada.

3.14.2. Caso os materiais estejam em desacordo com o estabelecido, poderão ser rejeitados, total ou parcialmente, devendo ser substituídos no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, a contar da notificação formal à contratada, sem ônus para a Administração e sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas.

3.15 Recebimento definitivo:

3.15.1. O **recebimento definitivo** será formalizado mediante emissão de termo específico no prazo de até **15 (quinze) dias úteis**, contados do recebimento da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, após conferência e aceitação definitiva dos materiais quanto à qualidade, quantidade e conformidade com as exigências contratuais.

3.15.2. O prazo de que trata o item anterior poderá ser excepcionalmente prorrogado, **por igual período**, mediante justificativa formal da Administração, quando houver necessidade de diligências para aferição técnica dos bens entregues.

3.16 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do **art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021**, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertence à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento;

3.17 O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo;

3.18 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato;

g) LIQUIDAÇÃO:

3.19 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

3.20 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.21 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

3.21.1 o prazo de validade;

3.21.2 a data da emissão;

3.21.3 os dados do contrato e do órgão contratante;

3.21.4 o período respectivo de execução do contrato;

3.21.5 o valor a pagar; e,

3.21.6 eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

3.22 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se





o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

3.23 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.24 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

3.25 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

3.26 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

3.27 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

3.28 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

d) PRAZO DE PAGAMENTO

3.29 O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

3.30 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice:

3.30.1 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na entrega dos bens, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

3.30.2 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

3.30.3 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida.

d) FORMA DE PAGAMENTO

3.31 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicado pelo contratado.

3.32 Seremos consideradas data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para





pagamento.

3.33. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 As despesas decorrentes da presente contratação/aquisição correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Classificação da Despesa: 27.010.12.363.1156.2343

Elemento de Despesa: 3.3.90.30

Fonte: 569.0000.000 - Outras transferências de recursos do FNDE

Nota de Empenho: 2026NExxxxxx.

CLÁUSULA QUINTA - MODELOS DE GESTÃO DE CONTRATO

5.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderão pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

5.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

5.3 As comunicações entre a contratante e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

5.4 A Secretaria da Educação poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

5.5 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, a Seduc poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

5.6. Fiscalização Técnica:

a) Acompanhamento do contrato com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação ou execução do objeto estão compatíveis com os indicadores estipulados no TR, para efeito de pagamento conforme o resultado pretendido pela Administração Pública, podendo ser auxiliado pela fiscalização administrativa. **(Decreto Estadual 6.606/23 art. 26, inciso II).**

5.7 Atributos do fiscal técnico:

5.8 Cabe ao fiscal técnico do contrato e, nos seus afastamentos e impedimentos legais, ao substituto, em especial:

5.8.1 Prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato, subsidiando-o de informações pertinentes às suas competências;

5.8.2 Anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

5.8.3 Emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexatidão ou irregularidade constatada em desacordo com a execução do contrato, determinando prazo para a correção;

5.8.4 Informar ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que





ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;

5.8.5 Comunicar imediatamente ao gestor do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas;

5.8.6 Fiscalizar a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração Pública, conferindo as notas fiscais e as documentações exigidas para o pagamento, e após o atesto, encaminhar ao gestor de contrato, para ratificação;

5.8.7 Comunicar o gestor do contrato em tempo hábil o término do contrato sob sua responsabilidade, visando à tempestiva renovação ou prorrogação contratual;

5.8.8 Participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, juntamente com o fiscal administrativo e/ou setorial, de que trata o inciso VII do art. 30 do Decreto Estadual 6.606/23;

5.8.9 Auxiliar o gestor do contrato com as informações necessárias, para que elabore o documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, de que trata o inciso VIII do art. 30 do Decreto Estadual 6.606/23. (Decreto Estadual 6.606/23 art. 31).

5.9 Fiscalização Administrativa:

a) Acompanhamento dos aspectos administrativos contratuais quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como quanto ao controle do contrato administrativo e às providências tempestivas nos casos de inadimplemento. (Decreto Estadual 6.606/23 art. 26, inciso III).

5.10 Cabe ao fiscal administrativo do contrato e, nos seus afastamentos e impedimentos legais, do substituto, em especial:

5.10.1 Prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato, realizando tarefas relacionadas ao controle dos prazos do contrato, acompanhamento do empenho e pagamento, formalização de apostilamentos e termos aditivos, e acompanhamento de garantias e glosas;

5.10.2 Verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, solicitando os documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário;

5.10.3 Examinar a regularidade no recolhimento das contribuições fiscal, trabalhista e previdenciária e, em caso de descumprimento, aplicar as medidas cabíveis;

5.10.4 Atuar tempestivamente na solução de eventuais problemas de descumprimento das obrigações contratuais, reportando ao gestor do contrato para providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

5.10.5 Participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, juntamente com o fiscal técnico e/ou setorial, de que trata o inciso VII do art. 30 do Decreto Estadual 6.606/23;

5.10.6 Auxiliar o gestor do contrato com as informações necessárias, para que elabore o documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, de que trata o inciso VIII do art. 30 do Decreto Estadual 6.606/23. (Decreto Estadual 6.606/23 art. 32).

5.11 Gestor do Contrato:

5.12 As atividades de gestão e fiscalização do contrato serão realizadas considerando as seguintes definições:

5.13 Gestão do contrato: coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica e administrativa e setorial, bem como dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao setor





de contratos para formalização dos procedimentos quanto aos aspectos que envolvam a prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção dos contratos, dentre outros. **(Decreto Estadual 6.606/23 art. 26).**

5.14 Caberá ao gestor do contrato e, nos seus afastamentos e impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:

5.14.1 Coordenar as atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa e setorial, de que dispõem os incisos II, III e IV do art. 26 do Decreto Estadual 6.606/23.

5.14.2 Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato ou dos terceiros contratados, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência.

5.14.3 Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para efeito de empenho de despesa e pagamento, devendo anotar no relatório de riscos eventuais problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e pagamento da despesa.

5.14.4 Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à necessidade ou não de eventuais adequações ao contrato para que atenda a finalidade da Administração Pública.

5.14.5 Coordenar os atos preparatórios à instrução processual e ao envio da documentação pertinente ao setor de contratos para formalização dos procedimentos de que dispõe o inciso I do art. 26 do Decreto Estadual 6.606/23.

5.14.6 Constituir relatório final, de que trata a alínea "d" do inciso VI do §3º do art. 174 da Lei Federal no 14.133/2021, com as informações obtidas durante a execução do contrato, como forma de aprimoramento das atividades da Administração Pública, podendo ser utilizado como insumo para a confecção dos estudos técnicos preliminares, termo de referência e projeto básico das novas contratações.

5.14.7 Coordenar a atualização contínua do relatório de riscos durante a gestão do contrato, com apoio dos fiscais técnicos, administrativos e/ou setoriais.

5.14.8 Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnicos, administrativos e/ou setoriais no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas.

5.14.9 Diligenciar para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei Federal n o 14.133/2021 ou pelo agente/setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto Estadual 6.606/23 art. 30).

CLÁUSULA SEXTA – VIGÊNCIA

6.1. A vigência inicial do contrato será **12 (doze) meses** com **possibilidade de prorrogação** nos termos e prazo do artigo 105 da Lei 14.133/2021, desde que seja comprovada a sua vantajosidade e que os serviços tenham sido prestados com eficiência e qualidade.





6.2. O contrato ainda poderá ser alterado unilateralmente, conforme necessidade da gestão, em razão do acréscimo quantitativo do objeto, nos limites permitidos pela lei, em harmonia com a ordem dos art. 124, inc. I e art. 125 da referida Lei.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA SUBCONTRATAÇÃO

7.1. Não será admitida a subcontratação total ou parcial do objeto desta contratação.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Obrigações da Contratante:

8.1 Responsabilizar-se pela lavratura do Termo de Contrato;

8.1.1 Serão responsáveis pela observância das leis, decretos, regulamentos, portarias e demais normas legais, direta e indiretamente aplicáveis ao contrato;

8.1.2 Prestar informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada;

8.1.3 Assegurar os recursos orçamentários e financeiros para custear as aquisições;

8.1.4 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

8.1.5 Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

8.1.6 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada através de comissão/servidor especialmente designado;

8.1.7 Processar e liquidar a fatura correspondente aos equipamentos entregues, por meio de Ordem Bancária, desde que apresentadas, pela Contratada, as certidões necessárias para comprovação de sua regularidade fiscal e trabalhista;

8.1.8 Fiscalizar a execução do contrato, por meio de servidor especialmente designado, sendo permitida a assistência de terceiros;

8.1.9 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados;

8.1.10 Zelar para que durante a vigência do contrato, sejam cumpridas as obrigações assumidas por parte da Contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;

8.1.11 Previamente ao pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018;

8.2. Responder eventuais pedidos de reajuste feitos pela CONTRATADA no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Obrigações da Contratada:

9.1 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes deste instrumento, seus anexos e sua proposta,





assumindo como exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto:

- 9.1.1 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;
- 9.1.2 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, conforme os dispostos na Lei Federal 14.133/21 e de forma subsidiária ao Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 9.1.3 Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
- 9.1.4 Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 9.1.5 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;
- 9.1.6 Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;
- 9.1.7 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da execução do objeto, os seguintes documentos:
 - 1) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
 - 2) Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
 - 3) Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
 - 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF;
 - 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item

do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017.

9.2. O presente contrato atenderá ao disposto no inciso XVII do art. 92 da Lei nº 14.133/2021, incluindo medidas de gestão de riscos, responsabilidades das partes e demais exigências legais aplicáveis, assegurando conformidade com a legislação vigente durante toda a execução contratual.

9.3. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

10.1. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

10.2 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

10.2.1 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

10.2.2 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para





alteração subjetiva.

10.3 O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido: Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

10.3.1 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

10.3.2 Indenizações e multas.

10.4 A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico- financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA ALTERAÇÃO

11.1 O instrumento contratual pode ser alterado nos casos previstos nos artigos 124, 132 e 136 da Lei n.º 14.133/2021, com a apresentação das devidas justificativas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1 Comete infração administrativa nos termos da **Lei nº 14.133/2021**, a Contratada que praticar quaisquer das atividades previstas no **Art. 155**, nos Incisos **I** ao **XII** da **Lei Federal nº 14.133/21**, **C/C Art. 317** e seguintes do **Decreto Estadual 6.606/23**.

12.2 O licitante e a contratada que incorram nas infrações previstas no **art. 155 da Lei Federal no 14.133/2021**, apuradas em regular processo administrativo, garantidos o contraditório e ampla defesa, sujeitar-se-ão às seguintes sanções:

I – advertência;

II – multa;

III – impedimento de licitar e contratar;

IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

Conforme disposto no **Art. 156 da Lei Federal nº 14.133/21 c/c Art. 317 Decreto Estadual 6.606/23**.

12.3 A multa será calculada na forma prevista no edital ou no contrato, e não poderá ser inferior a 0,5% nem superior a 30% do valor do contrato licitado ou celebrado.

12.3.1 A aplicação de multa moratória será precedida de oportunidade para o exercício do contraditório e da ampla defesa;

12.3.2 A aplicação de multa moratória não impedirá que a Administração Pública a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei Federal no 14.133/2021.

12.4 No que diz respeito à aplicação das sanções para o licitante e a contratada que incorram nas praticas supramencionadas, será levado em consideração os seguintes requisitos:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública.





12.5 Executar fielmente o contrato, em conformidade com as cláusulas avençadas e normas estabelecidas na Lei n.º 14.133/2021 e suas alterações;

12.6 Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;

12.7 Prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo FISCAL DO CONTRATO cujas solicitações e reclamações deverão ser atendidas prontamente, e, quando for o caso, em até 24 (vinte e quatro) horas;

12.8 Arcar com todos os custos necessários à completa execução dos serviços;

12.9 Responder, civil e penalmente, por quaisquer danos materiais ou pessoais ocasionados a esta Secretaria, seus contratados, terceiros e contribuintes a que derem causa seus empregados, dolosa ou culposamente.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS

13.1 Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA MATRIZ DE RISCO E DA RECOMPOSIÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

14.1. A Matriz de Risco, anexada aos autos, é uma ferramenta que permite aos gestores mensurar, avaliar e ordenar os eventos de riscos que podem afetar o alcance dos objetivos do processo da unidade e, consequentemente, os objetivos estratégicos do empreendimento.

14.2. Nesse contexto a CONTRATADA é integral, e exclusivamente, responsável por todos os riscos colocados como de sua competência, relacionados ao objeto do contrato, inclusive sem limitação, conforme estabelecido na Matriz de Risco.

14.3. A CONTRATADA não é responsável pelos riscos relacionados ao objeto do contrato que não são de sua alçada, cuja responsabilidade é da CONTRATANTE, conforme estabelecido na Matriz de Risco.

14.4. Constitui peça integrante deste contrato, independentemente de transcrição no instrumento respectivo, a Matriz de Risco.

14.5. O termo risco neste contrato é designado como um evento ou uma condição incerta que, se ocorrer, tem um efeito em pelo menos um objetivo do empreendimento. O risco é o resultado da combinação entre probabilidade de ocorrência de determinado evento futuro e o impacto resultante caso ele ocorra.

14.6. Fica incorporada ao presente contrato a Matriz de Riscos da contratação, aprovada no processo licitatório, a qual integra este instrumento como anexo no **SGD: 2025/27009/178836** contendo os eventos de risco, suas consequências, probabilidades, impactos, frequência observada/esperada, competências responsáveis e medidas de mitigação.

14.7. Para cada risco identificado, fica estabelecida a alocação de responsabilidades, conforme tabela abaixo:

IDENTIFICAR			AVALIAR		TRATAR			
Seq.	Evento de Risco	Dano	Impacto	Probabilidade	Ação Preventiva	Responsável	Ação de Contingência	Responsável





1	Atraso na entrega dos serviços conforme TR ou Contrato.	Atraso na Execução dos serviços	Grande	Pouco Provável	Seduc contingenciar buscando alinhamento com a empresa para que não ocorram atrasos	Gestor e Fiscais do Contrato – SEB, UTE-Pronatec, SAIO – DA	Notificação formal à Contratada imediatamente ANTES do fechamento do prazo estipulado.	Gestor e Fiscais do Contrato – SEB, UTE-Pronatec, SAIO – DA
2	Atraso no pagamento à contratada	Suspensão da entrega dos serviços	Grande	Pouco Provável	Elaborar fluxo de pagamento dos serviços prestados. Seguir o prazo fixado no TR.	Gestor e Fiscais do Contrato.	Informar a empresa sobre o motivo do atraso no pagamento.	Gestor e Fiscais do Contrato – SEB, UTE-Pronatec, SAIO – DA
3	Contratada não mantém habilitação no período de execução do contrato	Impedimento do andamento dos serviços prestados	Grande	Pouco Provável	Verificação das condições de habilitação durante toda a execução do contrato	Gestor e Fiscais do Contrato	Notificação formal à Contratada, para regularização em prazo tempestivo para que não atrapalhe a execução	Gestor e Fiscais do Contrato – SEB, UTE-Pronatec, SAIO – DA
4	Problemas com acesso ao sistema fornecido pela empresa	Interrupção na entrega do material	Grande	Pouco Provável	Corrigir o problema tempestivamente com a empresa para que não ultrapasse o prazo estipulado.	Empresa contratada - Gestor e Fiscais do Contrato - SEB, UTE-Pronatec.	Notificação formal à Contratada imediatamente à ocorrência do fato	Empresa contratada - Gestor e Fiscais do Contrato - SEB, UTE-Pronatec SAIO – DA

14.8. Eventuais alterações nos riscos ou surgimento de eventos supervenientes que impactem o equilíbrio econômico-financeiro do contrato poderão ensejar revisão contratual, conforme disposto na Lei nº 14.133/2021.

14.9. As partes se comprometem a observar as responsabilidades e medidas de mitigação previstas na Matriz de Riscos, garantindo a execução do contrato dentro dos parâmetros acordados.

14.10. Da recomposição do equilíbrio econômico-financeiro:

14.10.1. Sempre que atendidas as condições do Contrato e mantidas as disposições do Contrato, considera-se mantido seu equilíbrio econômico-financeiro.

14.10.2. A Contratada somente poderá solicitar a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro nas hipóteses excluídas de sua responsabilidade no contrato.

14.10.3. Os casos omissos serão objeto de análise acurada e criteriosa, lastreada em elementos técnicos, por intermédio de processo administrativo para apurar o caso concreto.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO REAJUSTE DO PREÇO

15.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses, contados da data de apresentação da proposta. Após o período de 12 meses, os preços poderão ser reajustados, observando-se os índices de reajustamento previstos no edital, cuja data-base será vinculada à data do orçamento estimado.





15.2 A periodicidade de reajuste do valor do contrato será anual, com referência ao IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, que incidirá exclusivamente em relação às obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

15.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

15.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

15.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

15.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

15.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

15.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – GARANTIA E CONDIÇÕES DE MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

16.1 Os produtos deverão ter o prazo de garantia mínima de 12 meses, contados da data da entrega, observando para tanto a legislação vigente, sendo que as entregas ocorrerão de forma parcelada, conforme a necessidade e quando solicitado pela Administração.

16.1.1 Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

16.2 A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante, o prazo de validade, este deverá ser descrito nas rotulagens dos produtos através das expressões designativas abaixo, suas abreviações ou outras expressões equivalentes:

- VÁLIDO ATÉ: (MÊS/ANO);
- VÁLIDO POR: MESES, a partir da data de fabricação;
- DATA DE FABRICAÇÃO (MÊS/ANO).

16.3. As precauções de uso necessárias para prevenir o usuário dos riscos de ingestão, inalação, irritabilidade da pele e/ou olhos e inflamabilidade do produto, quando for o caso, além das frases: "Conserve fora do alcance das crianças e dos animais domésticos" e "Antes de usar leia as instruções do rótulo"; "Em caso de contato com os olhos, lavar com água em abundância. Se ingerido, consultar de imediato o Centro de Intoxicações ou Serviço de Saúde mais próximo".

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PUBLICIDADE

17.1. Incumbirá à CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94, inciso II, da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.





17.2. O extrato deste contrato será publicado em até 20 (vinte) dias a contar da assinatura, nos termos do inciso I do art. 94 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA RESOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS E DO FORO

18.1. Enquadram-se como meios alternativos de prevenção e resolução de controvérsias, entre outros aptos à consensualidade, negociação direta, a mediação, a conciliação, o dispute board e a arbitragem, incumbindo à Procuradoria-Geral do Estado o necessário assessoramento jurídico para viabilização e implementação de técnicas de resolução administrativa de controvérsias, evitando a judicialização com base em avaliação do risco jurídico imposto ao Estado em cada caso concreto.

18.2. As partes envidarão esforços para resolver consensualmente quaisquer controvérsias oriundas da execução deste contrato, preferencialmente por mediação, antes do ajuizamento de qualquer demanda.

18.3. Fica eleito o foro da Capital do Estado do Tocantins - Vara da Fazenda Pública, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que forem para dirimir quaisquer questões fundadas neste Contrato.

E por estarem de acordo, lavrou-se o presente termo, em 03 (três) vias de igual teor e forma, as quais foram lidas e assinadas pelas partes

Palmas, xx de xxxxxxxx de 2026.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Secretária de Estado da Educação

Contratante

Xxxxxxx Xxxxxxxx Xxxxxxxx

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Contratada

